



município  
**tavira**

---

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **2020**

---

# ÍNDICE

Índice.....	1
Sumário executivo .....	7
<b>Caracterização da entidade .....</b>	<b>12</b>
1. Identificação.....	12
2. Legislação.....	14
3. Participações da entidade.....	14
4. Descrição sumária das atividades.....	15
5. Composição do órgão executivo .....	15
5.1 Identificação dos membros do órgão executivo .....	15
5.2 Número de vereadores .....	15
5.3 Número de leitores .....	15
6. Organização contábilística.....	16
7. Outra informação.....	16
7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos) .....	16
7.2 Aprovação dos documentos.....	16
7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior .....	16
7.4 Informação relativa à consolidação de contas.....	17
7.5 Descentralização administrativa .....	17
7.6 Delegação de competências.....	17
7.7 Informação relativa a pessoal .....	17
7.8 Prazo médio de pagamento .....	17
7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas.....	17
7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores .....	18
<b>Desempenho orçamental .....</b>	<b>19</b>
1. Indicadores orçamentais.....	20
2. Análise à execução orçamental.....	23
2.1 Execução da receita.....	24
2.2 Execução da despesa.....	36
2.3 Equilíbrio orçamental .....	47
2.4 Saldo de gerência .....	48

<b>Desempenho económico-financeiro .....</b>	<b>51</b>
1. <i>Indicadores económico-financeiros.....</i>	<i>52</i>
2. <i>Análise ao balanço .....</i>	<i>53</i>
3. <i>Análise à demonstração de resultados .....</i>	<i>55</i>
4. <i>Dívida .....</i>	<i>56</i>
5. <i>Contabilidade de gestão .....</i>	<i>64</i>
<b>COVID-19 .....</b>	<b>71</b>
<b>Demonstrações financeiras .....</b>	<b>74</b>
1. <i>Balanço .....</i>	<i>75</i>
2. <i>Demonstração de Resultados por natureza .....</i>	<i>77</i>
3. <i>Demonstração das alterações do património líquido .....</i>	<i>78</i>
4. <i>Demonstração dos fluxos de caixa .....</i>	<i>79</i>
<i>Anexos às demonstrações financeiras .....</i>	<i>81</i>
1. <i>Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico .....</i>	<i>81</i>
2. <i>Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilística e erros.....</i>	<i>82</i>
3. <i>Ativos intangíveis (AI).....</i>	<i>85</i>
4. <i>Contratos concessão (concedente) .....</i>	<i>86</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis (AFT).....</i>	<i>87</i>
6. <i>Locações .....</i>	<i>90</i>
7. <i>Custo de empréstimos obtidos .....</i>	<i>90</i>
8. <i>Propriedades de investimento .....</i>	<i>92</i>
9. <i>Imparidade de ativos.....</i>	<i>92</i>
10. <i>Inventários .....</i>	<i>92</i>
11. <i>Agricultura.....</i>	<i>93</i>
12. <i>Contratos de construção .....</i>	<i>93</i>
13. <i>Rendimento de transações com contraprestação .....</i>	<i>93</i>
14. <i>Rendimento de transações sem contraprestações.....</i>	<i>93</i>
15. <i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....</i>	<i>94</i>
16. <i>Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....</i>	<i>94</i>
17. <i>Acontecimentos após a data de relato .....</i>	<i>94</i>
18. <i>Instrumentos financeiros .....</i>	<i>95</i>
19. <i>Benefícios dos empregados .....</i>	<i>96</i>
20. <i>Divulgações de partes relacionadas .....</i>	<i>96</i>

21. Relato por segmentos .....	96
22 Interesses em outras entidades .....	96
23. Outras informações.....	96
<b>Conclusão .....</b>	<b>99</b>

## Figuras

Figura 1   Indicadores de receita .....	20
Figura 2   Indicadores de despesa .....	21
Figura 3   Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida .....	22
Figura 4   Evolução da estrutura financeira .....	22
Figura 5   Execução da receita cobrada e da despesa paga.....	23
Figura 6   Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2019/2020.....	24
Figura 7   Distribuição de receitas - 2020 .....	26
Figura 8   Distribuição de receitas - 2019 .....	27
Figura 9   Evolução das receitas cobradas .....	27
Figura 10   Variação das principais receitas correntes - 2019/2020 .....	30
Figura 11   Principais receitas correntes de 2020 .....	30
Figura 12   Evolução dos impostos diretos .....	31
Figura 13   Principais receitas de capital - 2020 .....	33
Figura 14   Distribuição das transferências recebidas.....	34
Figura 15   Principais projetos cofinanciados - 2020.....	35
Figura 16   Distribuição da despesa - 2020 .....	38
Figura 17   Distribuição da despesa - 2019 .....	38
Figura 18   Evolução das despesas.....	39
Figura 19   Distribuição da despesa corrente paga .....	41
Figura 20   Despesas com o pessoal .....	43
Figura 21   Variação da aquisição de bens e serviços - 2019/2020.....	44
Figura 22   Principais variações da aquisição de bens de capital - 2019/2020.....	46
Figura 23   Distribuição das transferências concedidas .....	47
Figura 24   Aferição do equilíbrio orçamental - 2020.....	48
Figura 25   Poupança corrente - 2020.....	48
Figura 26   Evolução dos pagamentos e recebimentos .....	49
Figura 27   Evolução do saldo de gerência.....	50
Figura 28   Evolução da dívida.....	57
Figura 29   Variação da dívida – 2019/2020.....	58
Figura 30   Distribuição da dívida – 2020.....	58
Figura 31   Prazo médio de pagamento a fornecedores .....	60
Figura 32   Limite da dívida total.....	62
Figura 33   Distribuição dos custos por funções .....	66
Figura 34   Distribuição dos custos por tipo de atividade .....	67
Figura 35   Custos com a educação por estabelecimento .....	67
Figura 36   Custos com principais eventos.....	68

Figura 37   Variação dos custos com os principais eventos - 2019/2020 .....	68
Figura 38   Custos com infraestruturas desportivas.....	69
Figura 39   Custos com a habitação social .....	69
Figura 40   Despesas no âmbito do COVID-19 .....	72
Figura 41   Quebra estimada da receita – COVID-19.....	73

## Tabelas

Tabela 1   Resumo da execução orçamental .....	23
Tabela 2   Receita por classificação económica - 2020.....	25
Tabela 3   Execução da receita .....	26
Tabela 4   Receita corrente cobrada bruta .....	28
Tabela 5   Execução da receita de capital e das outras receitas.....	32
Tabela 6   Receita proveniente de transferências .....	33
Tabela 7   Receita corrente comparticipada .....	34
Tabela 8   Receita de capital comparticipada - 2020 .....	35
Tabela 9   Despesa por fases - 2020 .....	36
Tabela 10   Despesa paga.....	37
Tabela 11   Despesa corrente paga .....	40
Tabela 12   Despesa com o pessoal .....	42
Tabela 13   Despesa de capital paga.....	45
Tabela 14   Despesas realizadas com transferências e subsídios .....	46
Tabela 15 – Resumo da conta de gerência .....	49
Tabela 16   Indicadores económico-financeiros .....	52
Tabela 17   Balanço sintético .....	53
Tabela 18   Demonstração de resultados por natureza .....	55
Tabela 19   Dívida .....	56
Tabela 20   Financiamentos obtidos.....	59
Tabela 21   Serviço da dívida.....	60
Tabela 22   Limite da dívida total .....	61
Tabela 23   Apuramento da dívida total.....	61
Tabela 24   Custos por função .....	65

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2020 chegou com a notícia de um vírus vindo da China, o SARS-COV2 que rapidamente e por força do mundo global em que vivemos, se disseminou pelo mundo inteiro e levou a Organização Mundial de Saúde a declarar uma pandemia internacional em 11 março de 2020.

Em Portugal por Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, foi declarado o estado de emergência autorizado por Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, com a duração de 15 dias, nos termos da lei, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública e com o objetivo de habilitar o Governo à tomada de medidas para conter a proliferação de contágio de COVID-19, tendo o governo estabelecido medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março e ainda o Decreto-Lei n.º 2-A/2020 de 20 de março, e respetivas alterações, tornando-se prioridade do Governo prevenir a doença, conter a pandemia, salvar vidas e assegurar que as cadeias de abastecimento fundamentais de bens e serviços essenciais continuassem a ser asseguradas.

Apesar de se tratar de uma crise sanitária, as autarquias assumiram desde logo um papel interventivo na defesa das suas populações tomando várias medidas para mitigar o risco de contágio e também os impactos sociais e económicos provocados por esta crise.

Nesta sequência, o executivo municipal tomou várias medidas no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores e da população, designadamente através do plano de contingência para os serviços da câmara municipal, da adoção do teletrabalho, do atendimento não presencial, do encerramento dos equipamentos municipais desportivos e culturais, dos parques infantis, do reforço de higienização de espaços públicos e do cancelamento de vários eventos a começar pela Sessão Solene Comemorativa dos 500 anos de elevação de Tavira a cidade no dia 16 de Março de 2020.

Todas as restrições e medidas que começaram com um confinamento geral e a paragem das aulas presenciais, foram avançando e recuando conforme a evolução da situação epidemiológica, o que acarretou elevados custos para a economia e principalmente para as famílias que viram a suas fontes de rendimento desaparecer o que conduziu à necessidade de implementação de um conjunto de medidas a nível local, quer no que toca ao apoio junto da população mais carenciada, quer às empresas, nomeadamente:

- Prestação de apoio para compras de bens essenciais para pessoas idosas sem suporte familiar juntamente com as juntas de freguesia;
- Disponibilização de atendimento e acompanhamento psicológico via telefone;
- Disponibilização de alojamento de emergência, kit higiene, tratamento de roupa e refeições para pessoas em situação de sem abrigo;
- Implementação do cartão abem para apoio à compra de medicamentos;
- Celebração de protocolo com a Conferência da Virgem Santíssima com vista a comparticipação de despesas essenciais a agregados em situação de vulnerabilidade social;
- Criação de uma Zona de Apoio à População para quarentena/isolamento de grupos específicos de população no Parque de Feiras e Exposições e que foi ocupada de abril a julho com um grupo de duas dezenas de trabalhadores migrantes com fornecimento de refeições;
- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual às IPSS do concelho;
- Comparticipação financeira no pagamento de rendas a cerca de 30 famílias no âmbito do regulamento municipal em vigor;
- Reforço do apoio alimentar a famílias com carência económica, quer em regime de takeaway, quer na modalidade de senhas para compra de bens essenciais;
- Abertura das cantinas escolares para usufruto de refeições escolares aos alunos com escalão A e B no período de interrupção letiva;
- Disponibilização de dispositivos informáticos e acesso a rede móvel a alunos sinalizados como não dispendo dos meios necessários para as aulas não presenciais;
- A isenção das taxas de ocupação de espaço público e publicidade, cobradas no âmbito do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade de Tavira desde abril;
- A isenção integral do pagamento de rendas a todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais, que sejam propriedade da câmara desde abril;
- A isenção dos valores relativos ao pagamento do serviço de apoio à família (refeições e prolongamentos de horário) quanto ao ensino pré-escolar, assim como o suporte das refeições escolares, no 1.º ciclo do ensino básico, relativamente aos encarregados de educação das crianças que frequentam estabelecimentos da rede pública;
- A suspensão do pagamento de rendas quanto aos/às moradores/as em habitação municipal, enquanto contributo à sua sustentabilidade financeira, perante a particular situação de fragilidade social evidenciada, desde abril;

- Isenção das tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos por parte da Taviraverde EM a clientes não domésticos e mediante requerimento no período do confinamento geral;
- Suspensão de cortes no abastecimento de água por parte da Taviraverde EM;
- Possibilidade de pagamento faseado de faturas da Taviraverde EM;
- Criação, através da locação de módulos, da Área Dedicada às Doenças Respiratórias no Centro Saúde de Tavira permitindo melhorar as condições de atendimento e segurança para os doentes COVID.
- Criação do Fundo de Apoio aos Empresários no montante de €450.000, em parceria com a Associação Baixa de Tavira, para empresas com faturação até €350.000 e quebras no volume de vendas.

Apesar de ser um ano atípico, e para além das medidas já referidas o executivo continuou a promover o bem-estar da sua população, dando continuidade aos apoios e projetos de anos anteriores, designadamente:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros de fichas aos alunos do 1º ciclo, da atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários, da diminuição do IMI e da adoção do IMI familiar;
- os apoios às associações sociais, desportivas, culturais e recreativas com vista ao desenvolvimento dos seus Planos de Atividades, que também sofreram fortes impactos com a pandemia;
- a promoção turística do concelho e a realização do Verão em Tavira, numa versão segura, de forma a potenciar a procura do mercado interno e contribuir para atenuar as quebras da diminuição dos visitantes externos;
- A realização de vários eventos culturais on-line com objetivo de manter a programação cultural regular e apoiar os artistas e associações locais;
- Continuação do Programa de Promoção da Atividade Física em versão on-line de modo a contribuir para a melhoria da saúde física e mental da população.

No que toca aos investimentos de capital pudemos assistir em 2020 à continuidade da reabilitação da rede viária do concelho, à reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro, à requalificação de

equipamentos escolares, à construção da nova Ponte sobre o Rio Gilão e à conservação das Piscinas Municipais, de entre outros.

Não obstante as empreitadas já referidas outras se verificaram ainda no ano em análise, das quais se destacam:

#### **Empreitadas concluídas:**

- Caminhos Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira - Lote 1 a 3 - €1.017.056;
- Requalificação da Fonte Férrea de Cachopo - €158.714;
- Empreitada de execução da Ponte pedonal e ciclável sobre a ribeira do Almargem - €158.355;
- Intervenção em fogos de habitação social - €51.786;
- Beneficiação dos Espaços Exteriores nas Escolas do Concelho - €90.000;
- Reforço do pavimento do Polidesportivo da Conceição de Tavira - €26.667;
- Obras de conservação nos paramentos exteriores e interiores da Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo - €70.500;

#### **Empreitadas em curso:**

- Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro - €4.695.598;
- Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estevão - €626.928;
- Ponte sobre o rio Gilão na ligação do Largo da Caracolinha à Rua do Cais - €1.472.334;
- Beneficiação de Recintos Polidesportivos - €138.375;
- Obras de conservação nas piscinas municipais de Tavira - €1.339.952;
- Casa da aldeia e Jardim Público de Cachopo - €260.496;
- Conservação e Restauro do património integrado e móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo - €259.949;
- Intervenção em Espaço Público no Concelho - €214.707;
- Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da cobertura – €95.414;
- Intervenção nas paragens e nos abrigos BUS existentes na ER 125 no concelho de Tavira - €159.572;
- Substituição do Passadiço de Cabanas - € 492.972;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Caminhos Municipais na

Freguesia Tavira e na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão - €1.648.695.

**Empreitadas em procedimento;**

- Requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas - €1.409.027;
- Beneficiação da Ecovia do Litoral Algarvio - €286.043;
- Substituição de Coberturas em Fibrocimento em Escolas do Concelho - €270.535;
- Valorização dos Espaços Exteriores da Atalaia – Quarteirão Norte – €350.000;
- Obras conservação na EM 397 e Monte dos Currais - €792.247;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Caminhos Municipais na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo -€414.673;
- Obras de Conservação em Edifícios de Habitação Social – €1.894.273;
- Requalificação da Praceta Diogo Mendonça Corte – Real - €60.000;
- Miradouro de Alcaria do Cum - €50.000;
- Valorização Paisagística dos lotes 15 e 28 da Rua José de Oliveira em Santa Luzia - €175.000;
- Requalificação da Frente Ribeirinha – Rua do Cais - €530.439;
- Obras Conservação e Beneficiação na rede viária do concelho - Arruamentos Santa Luzia - €227.506.

Apesar de todos os constrangimentos enfrentados no ano de 2020, o município conseguiu ter um conjunto de respostas que permitiram atenuar os efeitos da crise económica e social originada pela pandemia - COVID 19, ao mesmo tempo que continuou a sua atividade regular adaptando-a sempre que possível às contingências do contexto que vivemos.

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico – financeira do município.

## CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Este capítulo contém a informação em relação à caracterização do Município de Tavira, conforme o Modelo 8.2 da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março, do Tribunal de Contas.

### 1. IDENTIFICAÇÃO

**Designação:** Município de Tavira

**NIPC:** 501 067 191

**Natureza:** Autarquia Local

**Endereço Postal:** Praça da República, 8800 Tavira

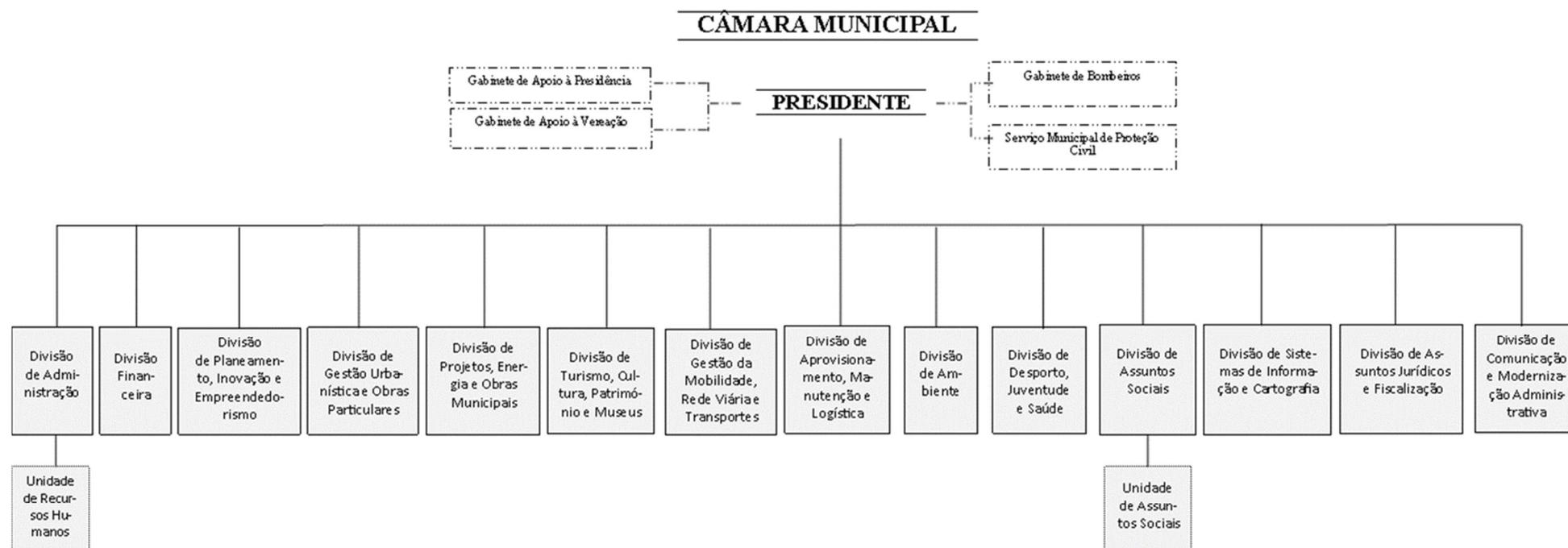
**Telefone / Fax:** 281 320 500

**Endereço correio eletrónico:** camara@cm-tavira.pt

**Sítio na internet:** www.cm-tavira.pt

**Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?** Sim

Organograma:



— cargo de direção intermédia de 2.º grau

.... cargo de direção intermédia de 3.º grau

## 2. LEGISLAÇÃO

**Regime financeiro:** Lei n.º 73/2023 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto na sua versão atual.

**Regime jurídico:** Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua versão atual.

## 3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

Serviços municipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Serviços intermunicipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades intermunicipais	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades associativas municipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
APMCH - Associação Portuguesa Municípios com centro Histórico	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Empresas locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M.	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Empresas participadas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Águas do Algarve, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Cooperativas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
ALSUD - Cooperativa de Ensino e For. Profissional do Alg., CIPRL	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Fundações	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
POLIS - Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A.	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

## 4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A atividade principal do Município é a 84113 – administração local, tendo como atividades secundárias as seguintes: 84250 - atividades de proteção civil; 86902 - atividades de ambulâncias; 55300 - parques de campismo e caravanismo; 68200 - arrendamento de bens imobiliários; 85100 - educação pré-escolar; 85201 - ensino básico (1.º ciclo); 85202 - ensino básico (2.º ciclo); 85310 - ensino básico (3.º ciclo) e secundário.

## 5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

### 5.1 Identificação dos membros do órgão executivo

Presidente	Ana Paula Fernandes Martins
Vereador	José Manuel Madeira Guerreiro
Vereador	João Pedro da Conceição Rodrigues
Vereador	José Vitorino Rodrigues Pereira
Vereadora	Elsa Maria Simas Cordeiro
Vereador	Rui Manuel Mestra Domingos
Vereadora	Marta Sofia Domingos Fonseca Martins
Vereador	Daniel Alexandre de Sousa

### 5.2 Número de vereadores

Em regime de permanência	<input type="text" value="3"/>
A meio tempo	<input type="text" value="0"/>
Restantes Vereadores	<input type="text" value="3"/>

### 5.3 Número de leitores

Até 10.000	<input type="checkbox"/>
Mais de 10.000 e menos de 40.000	<input checked="" type="checkbox"/>
Igual ou superior a 40.000	<input type="checkbox"/>

## 6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município de Tavira está a utilizar diariamente a aplicação Sistema de normalização contabilística (SNC), com interligação ao Sistema de gestão de tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e de faturas (TAX), o Sistema de normalização do património (SNP), o Gestão de stocks (GES), o Obras por administração direta (OAD), e o Sistema de gestão de faturação (SGF), todos da AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

## 7. OUTRA INFORMAÇÃO

### 7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos)

Não houve qualquer ação de fiscalização nos últimos 5 anos.

### 7.2 Aprovação dos documentos

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Norma de controlo interno	1-jan-2013	18-jun-2013
Regulamentos	---	---
Plano Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	6-nov-2014	---
Relatório de avaliação da execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	---	---

### 7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Revisão orçamental	21-abr-2020	17-jun-2020
Alteração orçamental (n.º 6, do art.º 40.º RFALEI)	---	---

#### 7.4 Informação relativa à consolidação de contas

O grupo público é composto pelas empresas locais: EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M. e TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M; e pela Associação para o Desenvolvimento integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira.

#### 7.5 Descentralização administrativa

Transf. comp. de órg. do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Transf. comp. de órgãos do Estado para órgãos das entidades	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

#### 7.6 Delegação de competências

Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

#### 7.7 Informação relativa a pessoal

Existem limites legais em matéria de pessoal	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
--	------------------------------	---

N.º de trabalhadores a 31 de dezembro:

#### 7.8 Prazo médio de pagamento

Início do exercício	Fim do exercício
27	---

Nota: No presente ano a DGAL não divulgou o prazo médio de pagamento, no entanto o Município de Tavira paga a menos de 30 dias.

#### 7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas

Não se aplica.

### 7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores

Sim

Não

## DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 2020, entrou em vigor um novo normativo contabilístico para as administrações públicas, designado por “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178, que pretende resolver a fragmentação e as inconsistências existentes até à data, e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas atualmente utilizados a nível internacional.

No desenrolar deste capítulo serão analisados alguns indicadores orçamentais e a execução orçamental do corrente ano comparativamente ao ano anterior, não obstante existirem ao nível do sistema orçamental diferenças de tratamento/contabilização entre o ano 2020 (SNC-AP) e o ano anterior (POCAL).

## 1. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Os indicadores orçamentais visam efetuar comparações entre as principais componentes contabilísticas, sendo de grande relevância analisar a sua evolução, num horizonte temporal de 5 anos, e por tipo de indicador: de receita; de despesa; de equilíbrio orçamental e dívida.

Figura 1 | Indicadores de receita

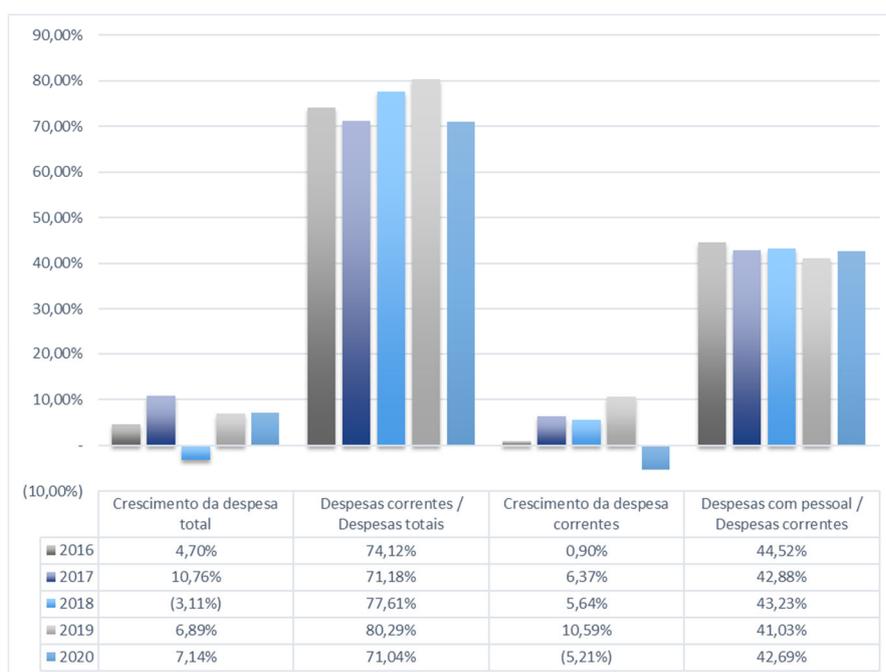


Em relação aos indicadores de receita, verificamos na figura 1, que:

- A receita total (somatório da receita corrente com a de capital, não incluindo o saldo de gerência nem as reposições não abatidas nos pagamentos) tem vindo a crescer, com exceção do corrente ano, com um decréscimo de 0,68%, por força das medidas tomadas no âmbito da situação pandémica;
- As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, com estas a representarem mais de 90% das receitas totais, nos últimos 5 anos, apesar de terem sofrido uma ligeira quebra no corrente ano de 2,45%;
- As receitas fiscais (somatório dos impostos diretos, indiretos e taxas e multas) continuam a ser as receitas correntes mais importantes, com 58,95% em 2020;

- Quanto ao grau de independência financeira, tem vindo a manter-se perto dos 70% por força do peso das receitas próprias (são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros), atingindo os 68,97% em 2020, demonstrando que o Município não depende das transferências e dos passivos financeiros. Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais.

Figura 2 | Indicadores de despesa

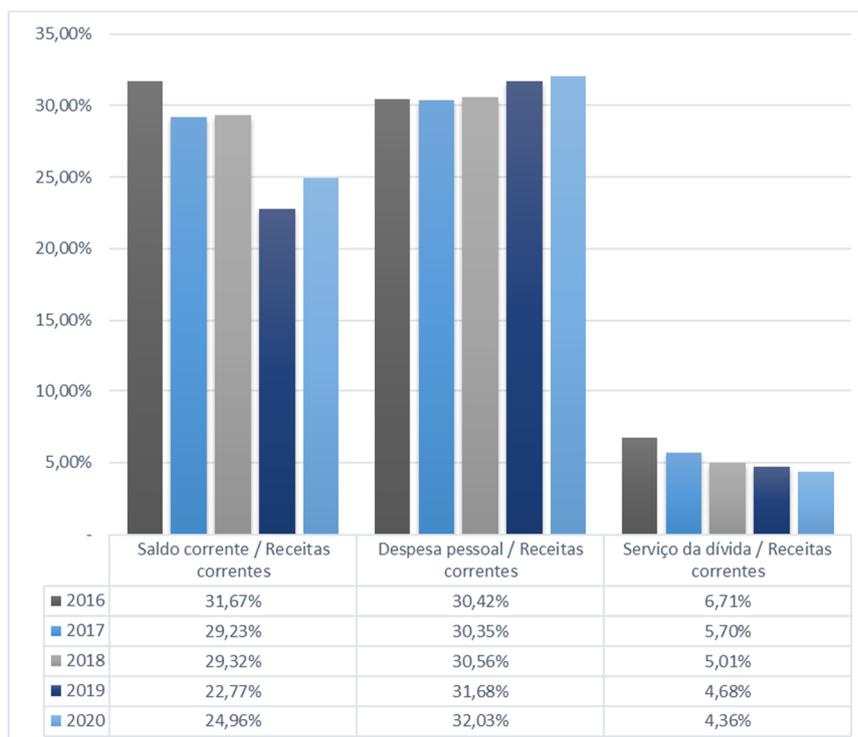


Quanto aos indicadores da despesa, voltou-se a registar um crescimento da despesa total no corrente ano, em 7,14%, conforme ilustrado na figura 2. As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nestes 5 anos, e apesar de terem diminuído 5,21%, atingiram os 71,04% no corrente ano. As despesas com pessoal continuam a ser uma fatia muito importante das despesas correntes da autarquia, representando 42,69% em 2020.

No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida (figura 3), continua-se a verificar um peso relevante do saldo corrente (receitas correntes cobradas menos as despesas correntes pagas) face às receitas correntes, o que permite a afetação de receitas correntes à realização de investimento, e demonstra a existência de equilíbrio orçamental. As despesas com o pessoal têm vindo a pesar cerca de um terço nas receitas correntes, ficando-se pelos 32,03% em 2020. O serviço da dívida (somatório da despesa paga de juros e amortizações) tem diminuído de forma sustentada, e em 2020 representou

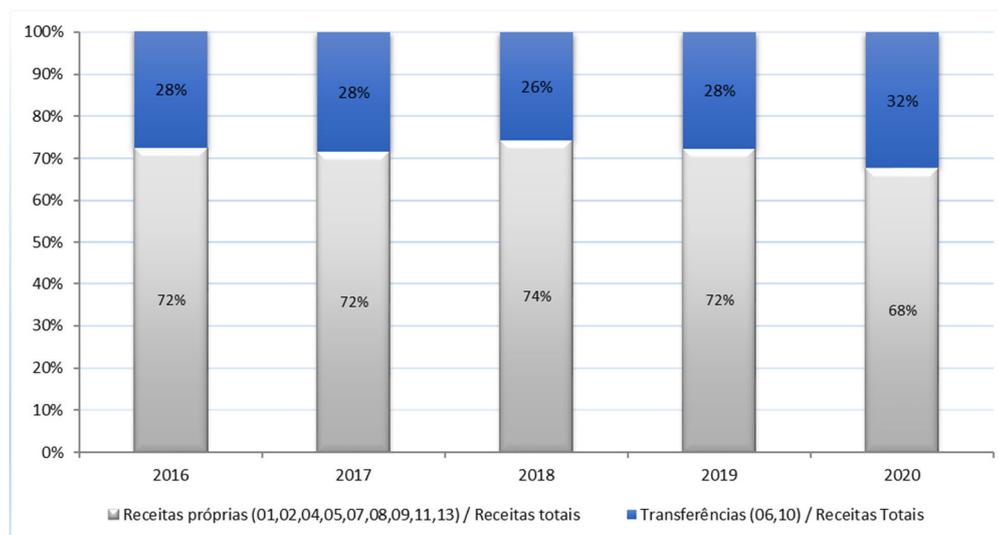
apenas 4,36% das receitas correntes, em virtude da diminuição do endividamento de médio e longo prazo com a consequente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

Figura 3 | Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida



Na figura 4, é ilustrada a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se verifica que as receitas próprias têm rondado os 70%, demonstrando que a autarquia, atualmente, dispõe de uma autonomia financeira relevante.

Figura 4 | Evolução da estrutura financeira



## 2. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

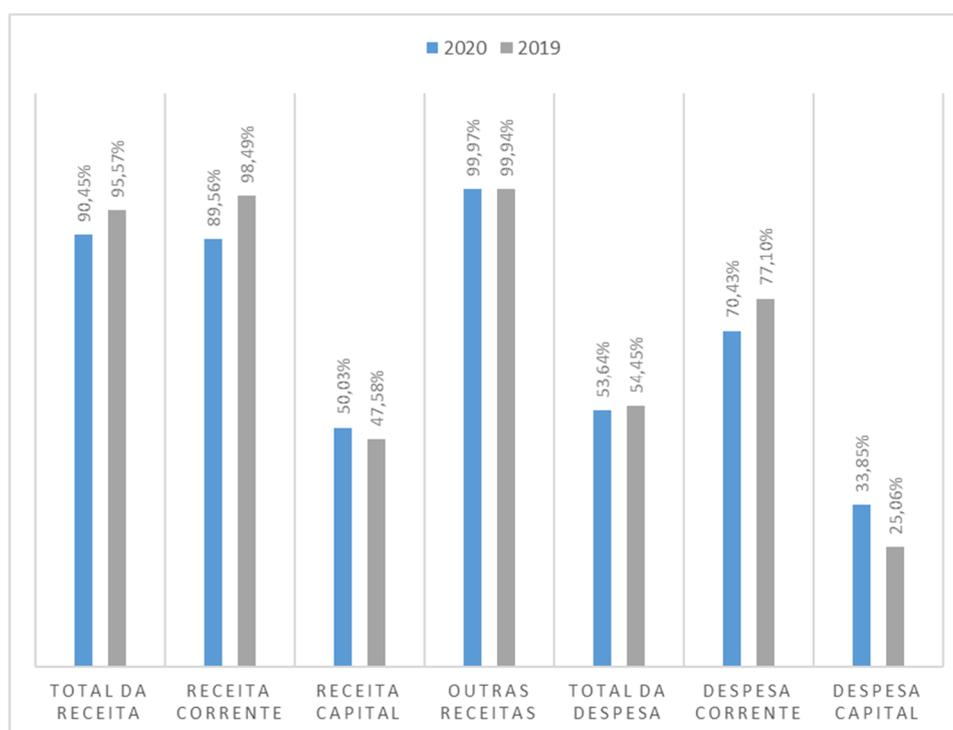
Em termos orçamentais, verificamos na tabela 1, que a receita cobrada bruta no ano de 2020 foi 90,45% da receita orçamentada, destacando-se claramente a receita corrente. Comparativamente com o ano anterior houve uma execução menor, no entanto, cobrou-se mais cerca de 1,2 milhões. Em relação à despesa paga, confirma-se uma quebra na sua execução, para os 53,64%, fruto da menor realização de despesas corrente, que resultou da alteração do sistema contabilístico, e que será melhor descrito no ponto 2.2.

Tabela 1 | Resumo da execução orçamental

Unidade: €

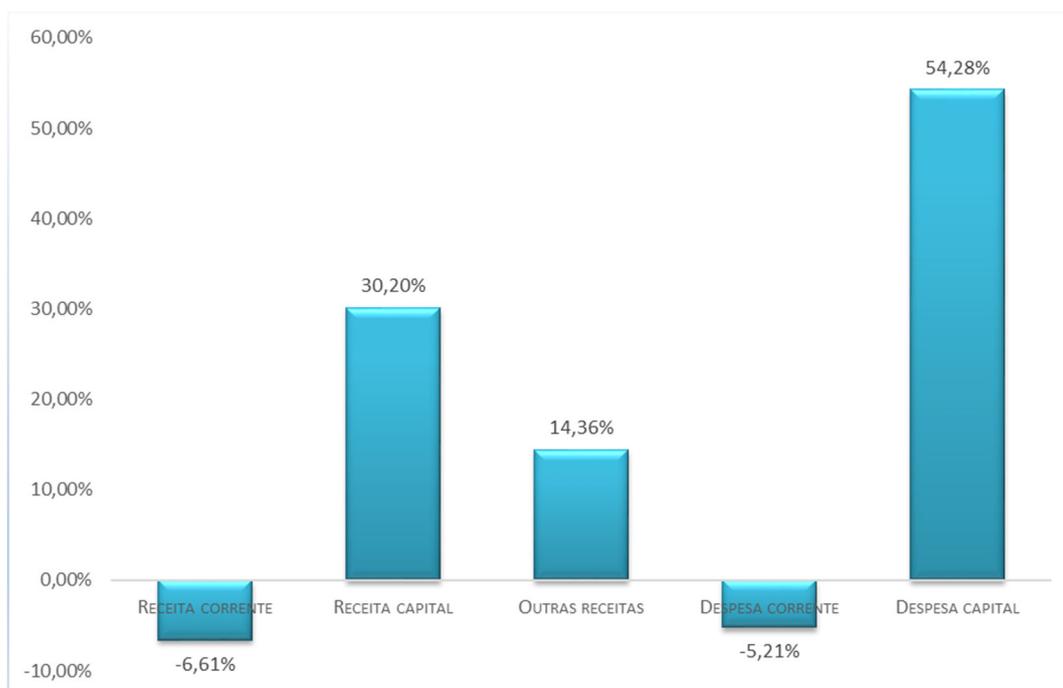
RÚBRICAS	2020			2019		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
<b>Total da receita</b>	<b>56.000.000</b>	<b>50.654.552</b>	<b>90,45%</b>	<b>51.700.000</b>	<b>49.408.539</b>	<b>95,57%</b>
Receita corrente	30.400.000	27.226.542	89,56%	29.600.000	29.153.426	98,49%
Receita capital	4.334.200	2.168.301	50,03%	3.500.000	1.665.346	47,58%
Outras receitas	21.265.800	21.259.709	99,97%	18.600.000	18.589.766	99,94%
<b>Total da despesa</b>	<b>56.000.000</b>	<b>30.041.195</b>	<b>53,64%</b>	<b>51.700.000</b>	<b>28.152.980</b>	<b>54,45%</b>
Despesa corrente	30.300.000	21.341.767	70,43%	29.200.000	22.514.255	77,10%
Despesa capital	25.700.000	8.699.428	33,85%	22.500.000	5.638.725	25,06%

Figura 5 | Execução da receita cobrada e da despesa paga



A figura 5, compreende os dados da tabela 1 – “Resumo da execução orçamental”, o que permite visualizar melhor a descida generalizada da execução em 2020, comparativamente ao ano anterior, quer ao nível da receita, quer da despesa, com exceção da receita e despesa de capital.

**Figura 6 | Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2019/2020**



No que concerne à variação da receita cobrada e da despesa paga, entre 2019/2020, podemos concluir, através da figura 6, que se registaram subidas de 30,20% da receita de capital e de 14,36% das outras receitas, enquanto a receita corrente diminuiu em 6,61%, verificando-se um crescimento da despesa de capital de 54,28%, em detrimento de uma ligeira quebra na despesa corrente.

## 2.1 Execução da receita

No ano de 2020, foi utilizado o saldo da gerência anterior, de cerca de 21,2 milhões de euros, o que fez com que as dotações corrigidas do orçamento atingissem o montante total de 56 milhões de euros, onde €30.400.000 correspondem a receita corrente, €4.334.200 a receita de capital e €21.265.800 a outras receitas.

Na tabela 2, estão refletidas as previsões corrigidas do orçamento, a receita liquidada, a cobrada bruta e a liquidada por tipo de classificação económica, e respetivo grau de execução (Receita cobrada/

Previsões corrigidas), que atingiu no corrente ano os 92,62%. No caso das receitas correntes, a execução situou-se nos 93,55% e a receita de capital ficou-se pelos 50,03%, ficando aquém do estimado, por força da fraca execução dos fundos comunitários.

Tabela 2 | Receita por classificação económica - 2020

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS (1)	LIQUIDADADA (2)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (3)	COBRADA BRUTA (4)	REEMB. E RESTITUIÇÕES (5)	COBRADA LÍQUIDA (6) = (4) - (5)	RECEITA P/COBRAR (7) = (2) - (3) - (6)	GRAU DE EXECUÇÃO (8) = (4)/(1)
Impostos diretos	16.265.100	15.380.218	-	15.380.218	1.198.611	14.181.607	0	94,56%
Impostos indiretos	260.800	216.369	32.148	118.821	4.446	114.375	65.400	45,56%
Taxas, multas e outras penalidades	1.171.900	1.463.408	34.295	1.266.011	8.999	1.257.012	163.101	108,03%
Rendimentos de propriedade	3.713.200	4.070.002	260.156	3.691.870	-	3.691.870	117.975	99,43%
Transferências correntes	7.571.400	7.360.857	16.139	7.339.000	819	7.338.181	5.718	96,93%
Venda de bens e serviços correntes	1.080.100	497.376	1.797	348.451	366	348.085	147.128	32,26%
Outras receitas correntes	337.500	381.105	-	295.412	-	295.412	85.693	87,53%
<b>Receitas correntes</b>	<b>30.400.000</b>	<b>29.369.335</b>	<b>344.535</b>	<b>28.439.783</b>	<b>1.213.242</b>	<b>27.226.542</b>	<b>585.017</b>	<b>93,55%</b>
Venda de bens de investimento	58.800	18.186	-	8.600	-	8.600	9.586	14,63%
Transferências de capital	4.274.900	2.203.308	44.206	2.159.102	-	2.159.102	-	50,51%
Ativos financeiros	200	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	200	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	100	599	-	599	-	599	-	599,05%
<b>Receitas capital</b>	<b>4.334.200</b>	<b>2.222.094</b>	<b>44.206</b>	<b>2.168.301</b>	<b>-</b>	<b>2.168.301</b>	<b>9.586</b>	<b>50,03%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	10.241	4.150	-	4.150	-	4.150	-	40,52%
Saldo da gerência anterior	21.255.559	21.255.559	-	21.255.559	-	21.255.559	-	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>56.000.000</b>	<b>52.851.138</b>	<b>388.741</b>	<b>51.867.793</b>	<b>1.213.242</b>	<b>50.654.551</b>	<b>594.604</b>	<b>92,62%</b>

De forma a podermos comparar a execução da receita entre o ano corrente em que se aplica o SNC-AP e o ano anterior em foi utilizado o POCAL, vamos analisar a receita cobrada bruta e não a líquida, dado que esta última no caso do SNC-AP é muito menor por força de os reembolsos serem tratados como “devoluções” de receita enquanto no POCAL eram tratados como despesa.

Assim, no que concerne à execução da receita cobrada bruta, a tabela 3, demonstra que, em termos globais, a receita do Município de Tavira em 2020 teve um aumento de 4,98% (€2.459.254). No entanto, se não considerarmos o saldo de gerência anterior e nos cingirmos às receitas correntes e de capital verificamos que houve uma ligeiríssima diminuição de 0,68% (€210.689). O que demonstra que apesar do ano extremamente atípico, as receitas da autarquia mantiveram-se ao nível do ano anterior, devido ao aumento das receitas de capital, 30,20% (€502.955), que cobriram em parte a quebra da receita corrente de 2,45% (€713.643).

De realçar ainda, o peso relevante que o “Saldo de gerência anterior” tem no orçamento total da autarquia, atingindo os 40,98% no corrente ano, ou seja, quase metade do orçamento o que revela a

dificuldade em construir o orçamento inicial.

Tabela 3 | Execução da receita

Unidade: €

RÚBRICA	2020		2019		VARIACÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Impostos diretos	15.380.218	29,65%	16.536.947	33,47%	(1.156.729)	(6,99%)
Impostos indiretos	118.821	0,23%	1.335.304	2,70%	(1.216.484)	(91,10%)
Taxas, multas e outras penalidades	1.266.011	2,44%	710.360	1,44%	555.651	78,22%
Rendimentos de propriedade	3.691.870	7,12%	2.170.520	4,39%	1.521.350	70,09%
Transferências correntes	7.339.000	14,15%	6.948.132	14,06%	390.868	5,63%
Venda de bens e serviços correntes	348.451	0,67%	1.101.845	2,23%	(753.393)	(68,38%)
Outras receitas correntes	295.412	0,57%	350.319	0,71%	(54.907)	(15,67%)
<b>Receitas correntes</b>	<b>28.439.783</b>	<b>54,83%</b>	<b>29.153.426</b>	<b>59,00%</b>	<b>(713.643)</b>	<b>(2,45%)</b>
Venda de bens de investimento	8.600	0,02%	57.000	0,12%	(48.400)	(84,91%)
Transferências de capital	2.159.102	4,16%	1.608.346	3,26%	550.756	34,24%
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	599	0,00%	-	-	599	-
<b>Receitas capital</b>	<b>2.168.301</b>	<b>4,18%</b>	<b>1.665.346</b>	<b>3,37%</b>	<b>502.955</b>	<b>30,20%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	4.150	0,01%	8.778	0,02%	(4.629)	(52,73%)
Saldo da gerência anterior	21.255.559	40,98%	18.580.988	37,61%	2.674.571	14,39%
<b>TOTAL</b>	<b>51.867.793</b>	<b>100%</b>	<b>49.408.539</b>	<b>100%</b>	<b>2.459.254</b>	<b>4,98%</b>

Face às alterações ocorridas, importa verificar se houve alterações na distribuição das principais receitas do Município nestes anos. Nas figuras 7 e 8, encontram-se ilustradas essas diferenças onde se constata que as “Receitas fiscais” diminuíram a sua representação para 54,77% em 2020, por contrapartida do aumento da representação das “Transferências” para 31,03%, dos “Rendimentos de propriedade” para 12,06%.

Figura 7 | Distribuição de receitas - 2020

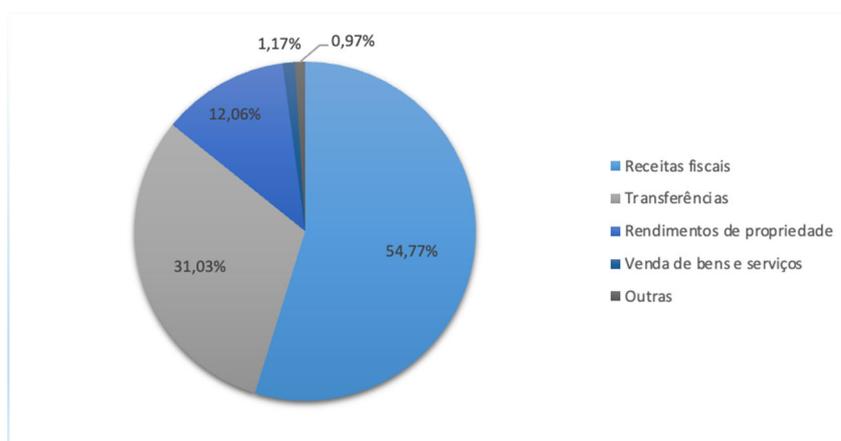
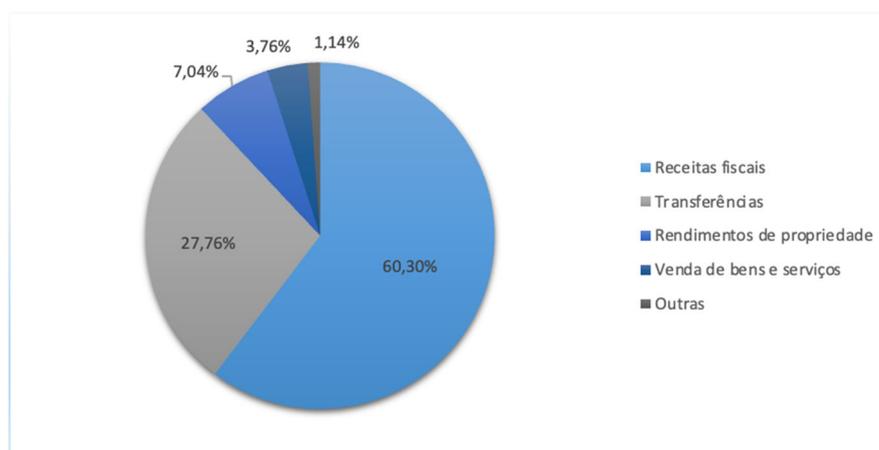


Figura 8 | Distribuição de receitas - 2019



Em termos globais, a figura 9, ilustra a evolução das receitas cobradas (não compreende os montantes das rubricas do saldo da gerência, nem das reposições abatidas aos pagamentos) num horizonte temporal de 5 anos, onde se verifica a curva crescente das receitas totais, mantendo-se neste último ano. Não obstante a receita corrente ser claramente dominadora, observa-se que nos últimos 2 anos houve um aumento do peso das receitas de capital.

De seguida, será analisado com maior detalhe as várias rubricas de receita que compõem as receitas correntes, as de capital e as outras receitas, de forma a melhor espelhar o comportamento destas comparativamente com o período homólogo, quer em termos de variação quer em termos de relevância nas receitas totais da autarquia.

Figura 9 | Evolução das receitas cobradas

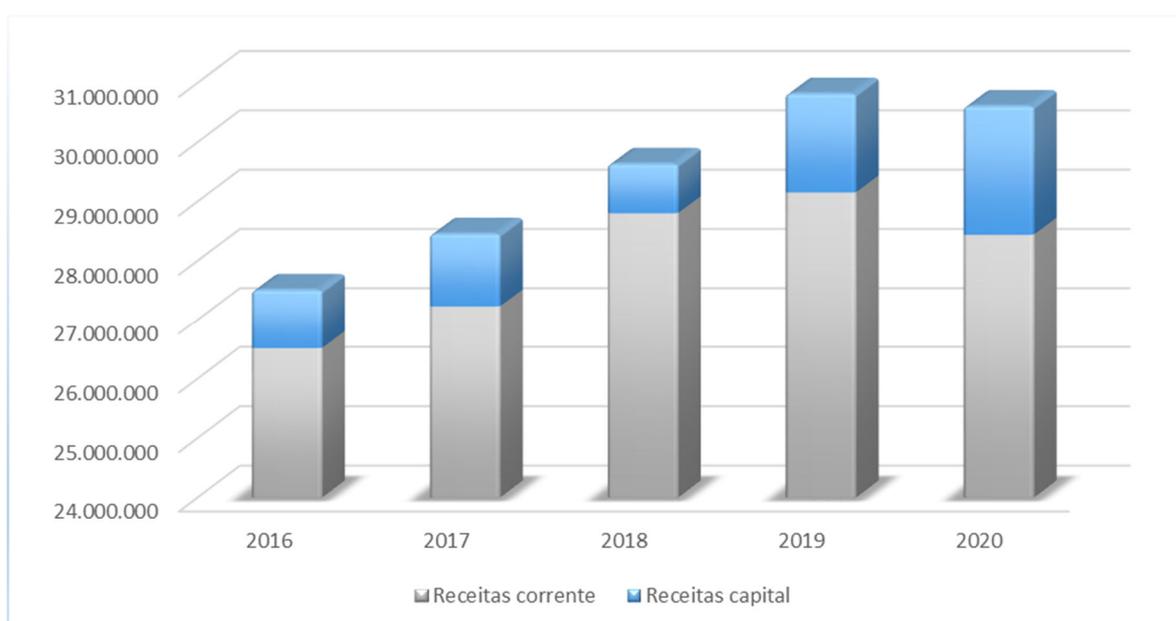


Tabela 4 | Receita corrente cobrada bruta

Unidade: €

RÚBRICA	2020			2019 COBRADA BRUTA	VARIACÃO 2019-2020	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA BRUTA	GRAU EXECUÇÃO		%	€
<b>Impostos diretos</b>	<b>16.265.100</b>	<b>15.380.218</b>	<b>94,56%</b>	<b>16.536.947</b>	<b>(6,99%)</b>	<b>(1.156.729)</b>
IMI	7.563.000	7.735.876	102,29%	7.432.480	4,08%	303.396
IUC	762.000	801.013	105,12%	798.290	0,34%	2.723
IMT	7.940.000	6.843.329	86,19%	8.306.177	(17,61%)	(1.462.848)
Derrama	100	-	-	-	-	-
<b>Impostos indiretos</b>	<b>260.800</b>	<b>118.821</b>	<b>45,56%</b>	<b>1.335.304</b>	<b>(91,10%)</b>	<b>(1.216.484)</b>
Mercados e feiras	800	354	44,23%	1.675	(78,88%)	(1.321)
Loteamentos e obras	152.400	76.180	49,99%	1.132.749	(93,27%)	(1.056.569)
Ocupação da via pública	55.900	23.683	42,37%	148.097	(84,01%)	(124.414)
Publicidade	34.300	10.636	31,01%	30.638	(65,29%)	(20.003)
Outros	17.400	7.968	45,79%	22.144	(64,02%)	(14.177)
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1.171.900</b>	<b>1.266.011</b>	<b>108,03%</b>	<b>710.360</b>	<b>78,22%</b>	<b>555.651</b>
Loteamentos e obras	626.700	915.162	146,03%	370.952	146,71%	544.209
Ocupação da via pública	216.300	110.034	50,87%	95.396	15,35%	14.639
Cemitérios	45.000	45.764	101,70%	-	-	45.764
Outras	283.900	195.051	68,70%	244.011	(20,06%)	(48.961)
<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>3.713.200</b>	<b>3.691.870</b>	<b>99,43%</b>	<b>2.170.520</b>	<b>70,09%</b>	<b>1.521.350</b>
Dividendos	1.630.100	1.685.092	103,37%	-	-	1.685.092
Concessão EDP	1.644.000	1.644.212	100,01%	1.637.537	0,41%	6.674
Concessão eólica	300.000	264.468	88,16%	258.049	2,49%	6.419
Outros	139.100	98.099	70,52%	274.933	(64,32%)	(176.835)
<b>Transferências correntes</b>	<b>7.571.400</b>	<b>7.339.000</b>	<b>96,93%</b>	<b>6.948.132</b>	<b>5,63%</b>	<b>390.868</b>
FEF/FSM/Participação no IRS e IVA	6.307.100	6.618.078	104,93%	6.227.011	6,28%	391.067
Direção geral estab. Escolares	335.000	360.877	107,72%	306.689	17,67%	54.188
INEM	175.900	132.803	75,50%	160.053	(17,03%)	(27.250)
Projetos cofinanciados	364.700	125.106	34,30%	69.138	80,95%	55.968
Outras	388.700	102.137	26,28%	185.242	(44,86%)	(83.104)
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>1.080.100</b>	<b>348.451</b>	<b>32,26%</b>	<b>1.101.845</b>	<b>(68,38%)</b>	<b>(753.393)</b>
Venda de bens	13.900	7.885	56,73%	16.797	(53,06%)	(8.912)
Serviços desportivos	20.800	14.067	67,63%	23.350	(39,76%)	(9.283)
Transporte coletivo	55.000	11.890	21,62%	43.209	(72,48%)	(31.320)
Cemitérios	34.200	27.482	80,36%	81.716	(66,37%)	(54.234)
Mercados e feiras	149.300	29.094	19,49%	125.305	(76,78%)	(96.211)
Prolongamento de horário	22.800	8.187	35,91%	22.956	(64,33%)	(14.769)
Refeições escolares	131.200	63.479	48,38%	126.862	(49,96%)	(63.383)
Rendas	412.700	134.557	32,60%	426.733	(68,47%)	(292.177)
Outras	240.200	51.811	21,57%	234.916	(77,94%)	(183.105)
<b>Outras receitas correntes</b>	<b>337.500</b>	<b>295.412</b>	<b>87,53%</b>	<b>350.319</b>	<b>(15,67%)</b>	<b>(54.907)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30.400.000</b>	<b>28.439.783</b>	<b>93,55%</b>	<b>29.153.426</b>	<b>(2,45%)</b>	<b>(713.643)</b>

Na tabela 4, encontram-se refletidas as principais rúbricas que compõem a receita corrente, e a sua execução nos anos de 2019 e 2020, que importa apreciar para se perceber o que motivou a ligeira

diminuição de 2,45% (€713.643).

Antes de iniciarmos o comparativo das diversas rúbricas, importa esclarecer que as rúbricas incluídas nos “*Impostos diretos*” no ano de 2020, passaram a partir de abril a ser incluídas na rúbrica “*Taxas, multas e outras penalidades*”, uma vez que a DGAL alterou o normativo da classificação económica para o corrente ano após a elaboração do orçamento, o que implicou uma retificação das dotações apenas quando foi elaborada a alteração permutativa (antiga revisão) já no decorrer do ano (abril). Pelo que para compararmos melhor deverá ser considerado o somatório destas duas rúbricas.

Assim, verificamos que a rúbrica que apresentou a maior quebra foi a da “*Venda de bens e serviços correntes*” com 68,38% (€753.393), seguida do somatório dos “*Impostos indiretos*” e das “*Taxas, multas e outras penalidades*” com uma diminuição de 32,30% (€660.832) e por último a dos “*Impostos diretos*” com 6,99% (€1.156.729), sendo que esta foi, em termos de valor absoluto, a mais relevante. Em contrapartida, houve um crescimento dos “*Rendimentos de propriedade*” com 70,09% (€1.521.350), seguido das “*Outras receitas correntes*” com 15,67% (€54.507) e das “*Transferências correntes*” com 5,63% (€390.868).

Podemos concluir que as quebras da receita tiveram influência direta das medidas que foram tomadas no âmbito da pandemia, que serão abordadas no capítulo do COVID.

Na figura 10, podemos visualizar melhor quais as receitas que influenciaram as quebras e quais as que tiveram um comportamento positivo, onde se destacam claramente os “*Dividendos*” com €1.685.092 que foram os responsáveis pelo aumento registado nos “*Rendimentos de propriedade*”, dado que no corrente ano foram recebidos os dividendos da empresa local “*TaviraVerde*” referente aos anos económicos de 2018 e 2019, enquanto no ano anterior não tinha sido recebida qualquer verba, seguido das “*Transferências do OE*” com €391.067 uma vez que no corrente ano o Município passou a receber uma participação do IVA, e do “*IMI*” que também aumentou com €303.396 e que diminuiu um pouco o impacto da quebra sentida nos “*Impostos indiretos*”, provocada pela maior redução de receita no corrente ano que foi o “*IMT*” com uma redução de €1.462.848. A segunda rúbrica com maior variação negativa foi a de “*Loteamentos e Obras*” com €512.360, seguida das “*Rendas*” com €292.177 que se deveu ao facto de as rendas da habitação social serem isentas desde março. Verificaram-se ainda quebras nos “*Mercados e feiras*” uma vez que não se realizaram no presente ano.

Figura 10 | Variação das principais receitas correntes - 2019/2020

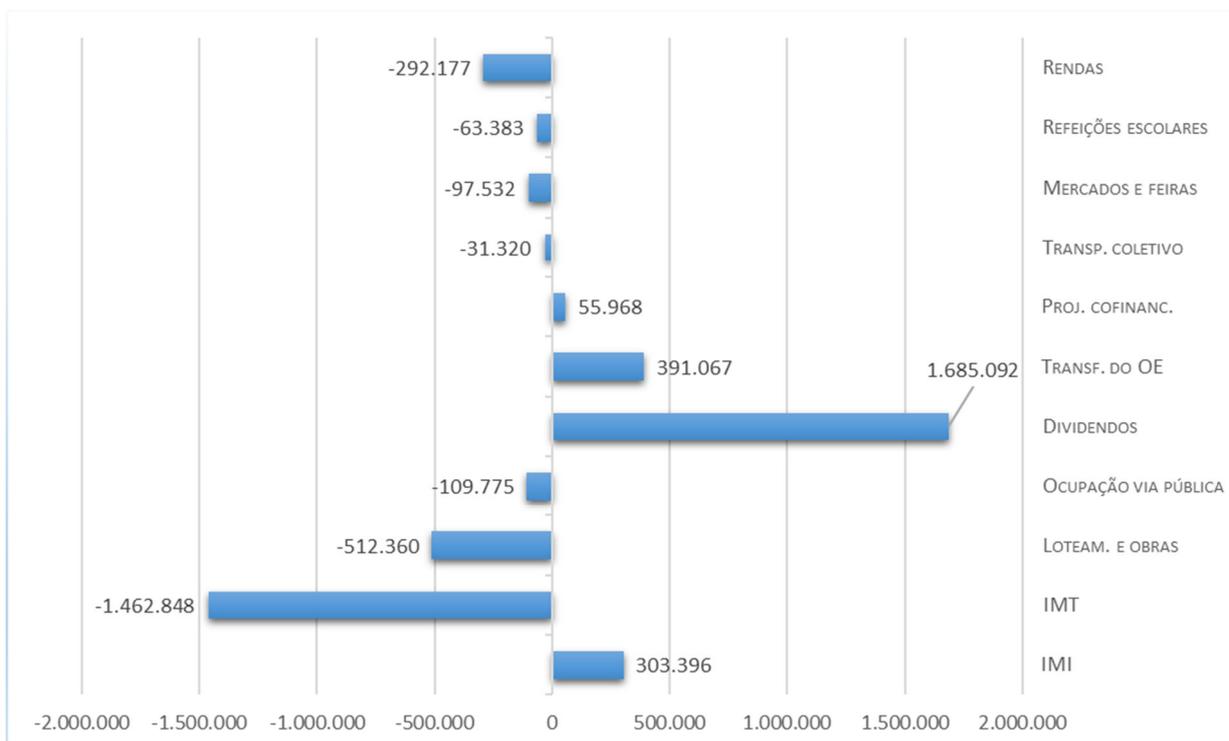
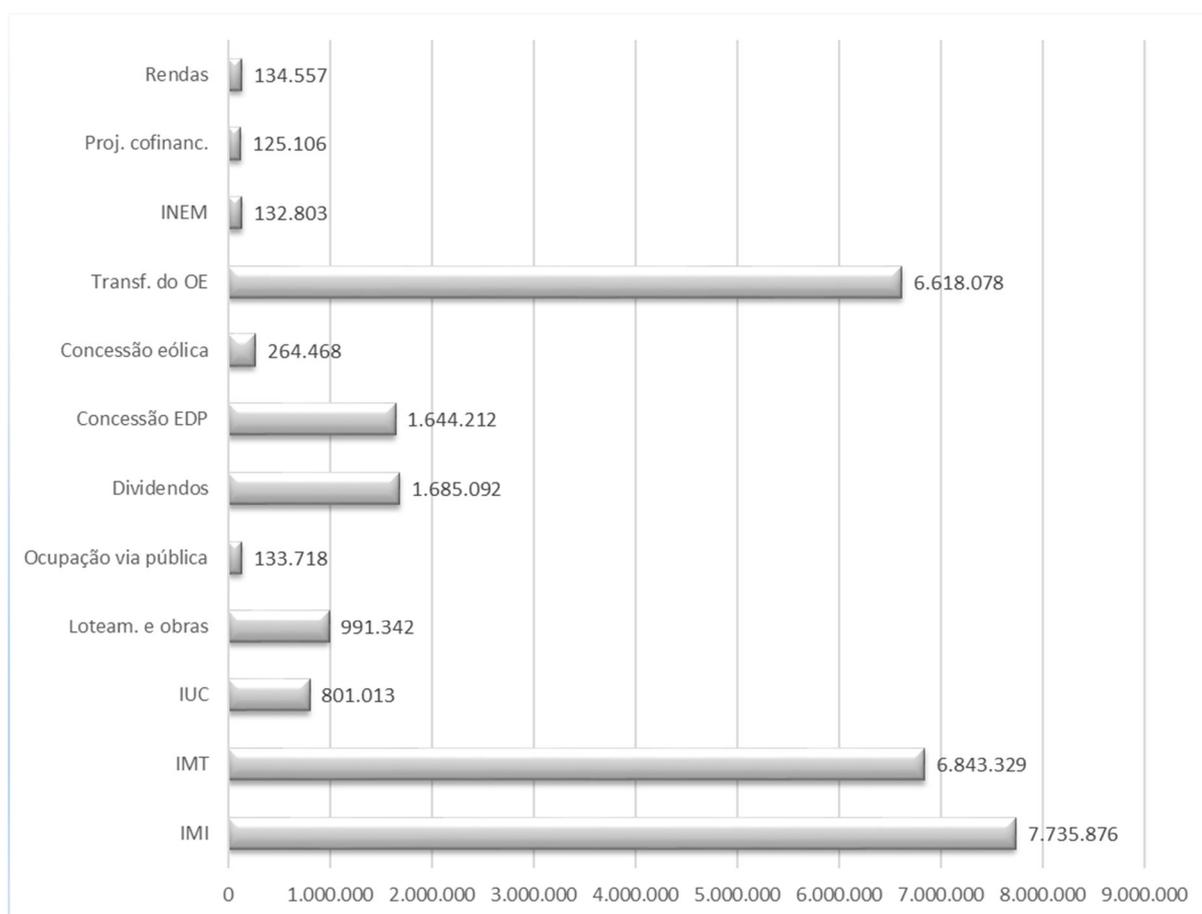


Figura 11 | Principais receitas correntes de 2020



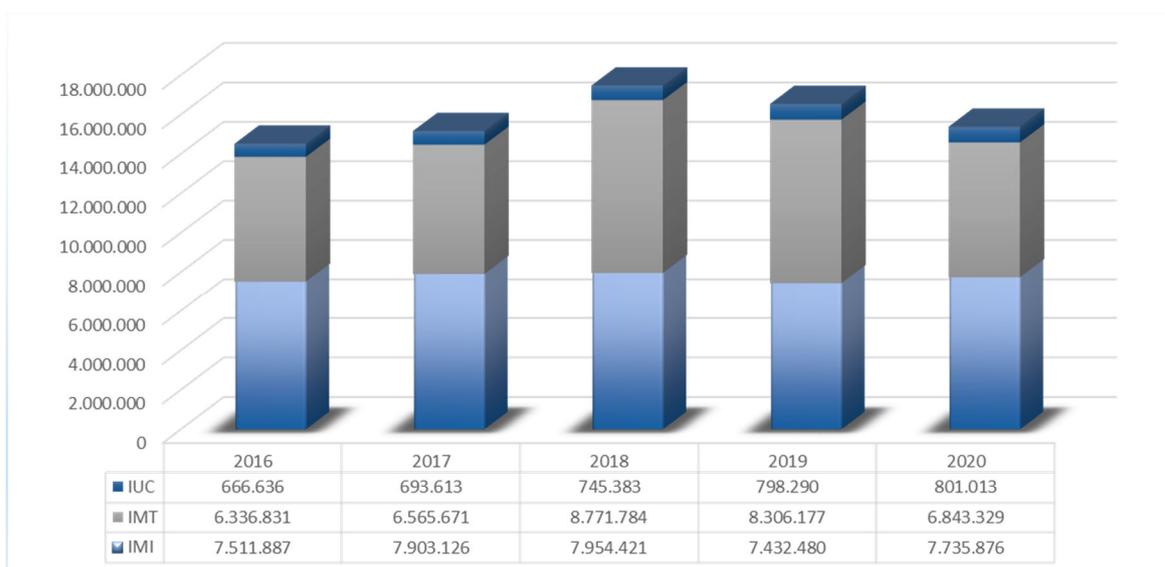
Na figura 11, estão refletidas as principais receitas correntes de 2020, onde se destacam claramente o “IMI” e o “IMT” a rondar os 7 milhões de euros cada e as “Transferências do OE” com 6,6 milhões de euros, o que demonstra a grande dependência destas, principalmente da receita de IMT que é uma receita volátil em comparação com as restantes, dado que depende da boa saúde dos vários agentes económicos. Numa segunda escala de grandeza surgem as receitas com os “Dividendos” e a “Concessão da EDP” que atingiram cerca de 1,6 milhões de euros, seguida dos “Loteamentos e obras” com 1 milhão de euros.

Tendo presente que os impostos diretos (IMI – Imposto municipal sobre imóveis, IMT – Imposto municipal sobre transmissões de imóveis e IUC – Imposto único de circulação) são a principal fonte de receitas da autarquia, importa apreciar o seu comportamento no espaço temporal de 5 anos, para perceber se a sua influência tem sofrido variações significativas.

Assim, na figura 12, encontra-se refletida a evolução dos impostos diretos entre os anos 2016 e 2020, onde se observa que estes cresceram até 2018, por força do aumento do IMT, que passou de cerca de 6,3 milhões de euros em 2016 para um máximo de 8,7 milhões de euros em 2018, e posterior diminuição, ficando-se pelos 6,8 milhões de euros no corrente ano.

Se apurarmos o peso do IMT e do IMI nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam em 2020, 24,06% e 27,20% respetivamente (o peso do IMT e do IMI é o resultado do valor destes impostos a dividir pelo total das receitas correntes).

Figura 12 | Evolução dos impostos diretos



No que concerne às receitas de capital e às outras receitas, temos refletido na tabela 5, a execução das várias rubricas que as compõem, bem como as variações entre os anos 2019 e 2020, que originaram o aumento relevante de 30,20% (€502.955) da receita de capital e de 14,36% (€2.669.942) das outras receitas.

O aumento da receita de capital em 2020 deveu-se ao incremento das verbas provenientes dos “*Projetos cofinanciados*” em 52,44% (€426.484) face ao ano anterior, seguida das transferências do Orçamento de Estado (OE) ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013, que visa compensar a participação do município nos impostos do Estado e que aumentou 33,79% (€102.578). No que diz respeito às outras receitas o crescimento resultou do aumento do “*Saldo da gerência anterior*”, que no corrente ano foi superior em 14,39% (€2.674.571).

Tabela 5 | Execução da receita de capital e das outras receitas

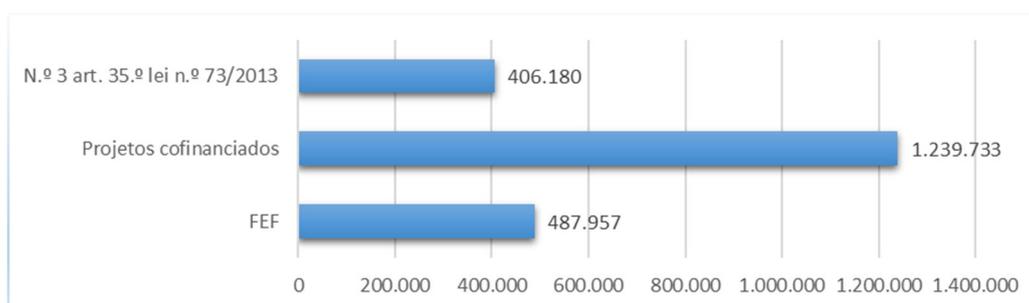
Unidade: €

RÚBRICA	2020			2019 COBRADA	VARIÇÃO 2019-2020	
	ORÇADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO		%	€
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>58.800</b>	<b>8.600</b>	<b>14,63%</b>	<b>57.000</b>	<b>(84,91%)</b>	<b>(48.400)</b>
Terrenos	200	2.075	1.037,39%	-	-	2.075
Habitações	22.700	-	-	-	-	-
Outros bens de investimento	35.900	6.525	18,18%	57.000	(88,55%)	(50.475)
<b>Transferências de capital</b>	<b>4.274.900</b>	<b>2.159.102</b>	<b>50,51%</b>	<b>1.608.346</b>	<b>34,24%</b>	<b>550.756</b>
FEF	536.200	487.957	91,00%	491.496	(0,72%)	(3.539)
N.º 3 art. 35.º lei n.º 73/2013	830.200	406.180	48,93%	303.602	33,79%	102.578
Projetos cofinanciados	2.881.200	1.239.733	43,03%	813.248	52,44%	426.484
Outros	27.300	25.233	92,43%	-	-	25.233
<b>Ativos financeiros</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>100</b>	<b>599</b>	<b>599,05%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>599</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.334.200</b>	<b>2.168.301</b>	<b>50,03%</b>	<b>1.665.346</b>	<b>30,20%</b>	<b>502.955</b>
Reposições n/abatidas aos pagamentos	10.241	4.150	40,52%	8.778	(52,73%)	(4.629)
Saldo da gerência anterior	21.255.559	21.255.559	100,00%	18.580.988	14,39%	2.674.571
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>21.265.800</b>	<b>21.259.709</b>	<b>99,97%</b>	<b>18.589.766</b>	<b>14,36%</b>	<b>2.669.942</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.600.000</b>	<b>23.428.010</b>	<b>91,52%</b>	<b>20.255.113</b>	<b>15,66%</b>	<b>3.172.897</b>

Assim, na figura 13, temos as principais receitas de capital, em 2020, onde se destacam as provenientes dos “*Projetos cofinanciados*” que atingiram 1,2 milhões de euros, seguidas das verbas do “*FEF*” (Fundo

de equilíbrio financeiro) e do “N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013” que proveem do OE.

Figura 13 | Principais receitas de capital - 2020



Considerando que as receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira a seguir às receitas fiscais, importa apreciar com maior detalhe o seu comportamento.

Na tabela 6, constam as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2019 e 2020, agrupadas em 3 tipos: as provenientes do Estado (incluí o FEF, o FSM, a Participação de IRS, a participação do IVA, a verba transferida ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013 e a verba da direção geral dos estabelecimentos escolares), as dos fundos comunitários e as outras, onde se concluí que globalmente estas sofreram uma variação positiva de 11% (€941.624), onde se destacam as receitas recebidas de fundos comunitários com um crescimento de 54,68% (€482.452), seguida das transferências do Estado com 7,43% (€544.294), uma vez que no ano 2020 passou-se a receber uma participação do IVA e houve um aumento no montante recebido ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da lei 73/2013.

Tabela 6 | Receita proveniente de transferências

RÚBRICA	Unidade: €					
	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Transferências do Estado</b>	<b>7.873.091</b>	<b>82,89%</b>	<b>7.328.798</b>	<b>85,65%</b>	<b>7,43%</b>	<b>544.294</b>
Correntes	6.978.954	73,48%	6.533.700	76,36%	6,81%	445.255
Capital	894.137	9,41%	795.098	9,29%	12,46%	99.039
<b>Fundos comunitários</b>	<b>1.364.838</b>	<b>14,37%</b>	<b>882.386</b>	<b>10,31%</b>	<b>54,68%</b>	<b>482.452</b>
Correntes	125.106	1,32%	69.138	0,81%	80,95%	55.968
Capital	1.239.733	13,05%	813.248	9,50%	52,44%	426.484
<b>Outras transferências</b>	<b>260.172</b>	<b>2,74%</b>	<b>345.294</b>	<b>4,04%</b>	<b>(24,65%)</b>	<b>(85.122)</b>
Correntes	234.940	2,47%	345.294	4,04%	(31,96%)	-110.354
Capital	25.233	0,27%	0	-	-	25.233
<b>TOTAL</b>	<b>9.498.102</b>	<b>100%</b>	<b>8.556.478</b>	<b>100%</b>	<b>11,00%</b>	<b>941.624</b>

Face a estas variações, é normal que se verifiquem algumas alterações na distribuição deste tipo de receita, conforme demonstra a figura 16. Apesar de não serem relevantes, os “Fundos comunitários” ganharam maior destaque face ao ano anterior, passando a representar 14,37%, por contrapartida da ligeira diminuição das “Transferências do Estado”, que passou para 82,89%, sendo de longe a principal receita proveniente de transferências.

Figura 14 | Distribuição das transferências recebidas

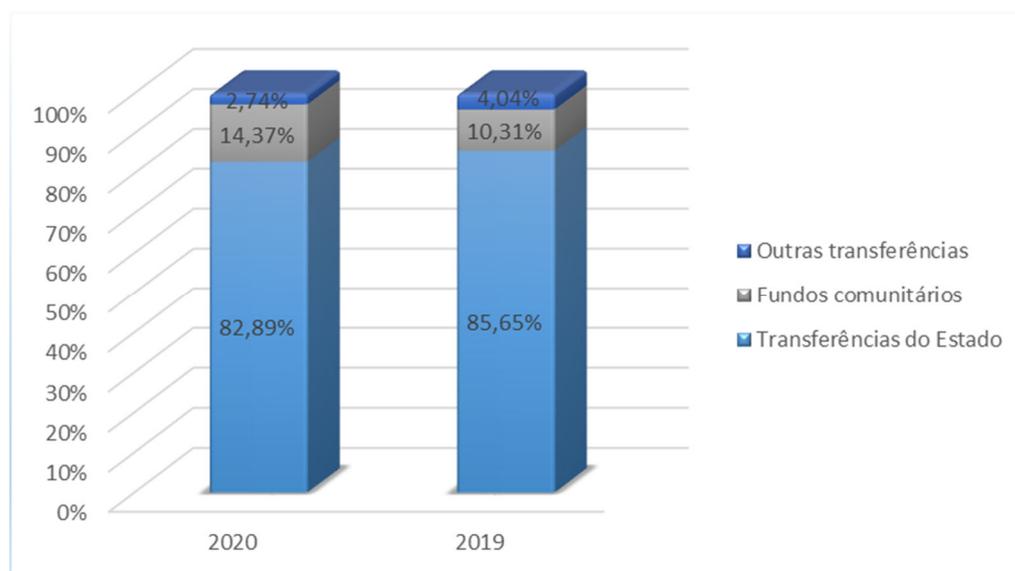


Tabela 7 | Receita corrente comparticipada

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Gestão Promoção e Animação Urbana do PARU Tavira todo o ano com a dieta mediterrânica	CRESC Algarve 2020	8.610	6,55%
Qualificação e Promoção Turística e Cultural	CRESC Algarve 2020	58.639	44,58%
Valorização do Património Natural de Tavira	CRESC Algarve 2020	2.799	2,13%
FOME - Festival de Objetivos e Marionetas e Outros Comerces	CRESC Algarve 2020	5.359	4,07%
Prom. Turística e Eventos Culturais - Algarve Central	CRESC Algarve 2020	2.952	2,24%
Requalificação e Ampliação da Escola EB1+JI Santo Estêvão	CRESC Algarve 2021	1.745	1,33%
Ciclovia/Ecovia do Litoral Sul - Troço TV3 - Tavira Cabanas	CRESC Algarve 2020	3.044	2,31%
Plano Local para a Igualdade de Género	CRESC Algarve 2021	11.200	8,51%
Centro Competências da Dieta Mediterrânica	PDR 2020	4.069	3,09%
Roteiros da Pesca de Santa Luzia - Rota do Polvo e Rota do Atum	MAR 2020	19.258	14,64%
Fruta escolar	IFAP	2.361	1,80%
<b>TOTAL</b>		<b>131.536</b>	<b>100%</b>

No que concerne aos projetos cofinanciados de natureza corrente, observamos na tabela seguinte a discriminação de todos os projetos que recebemos no corrente ano, onde o projeto “Qualificação e Promoção Turística e Cultural” se destacou com uma representação de 44,58% (€58.639), seguido do

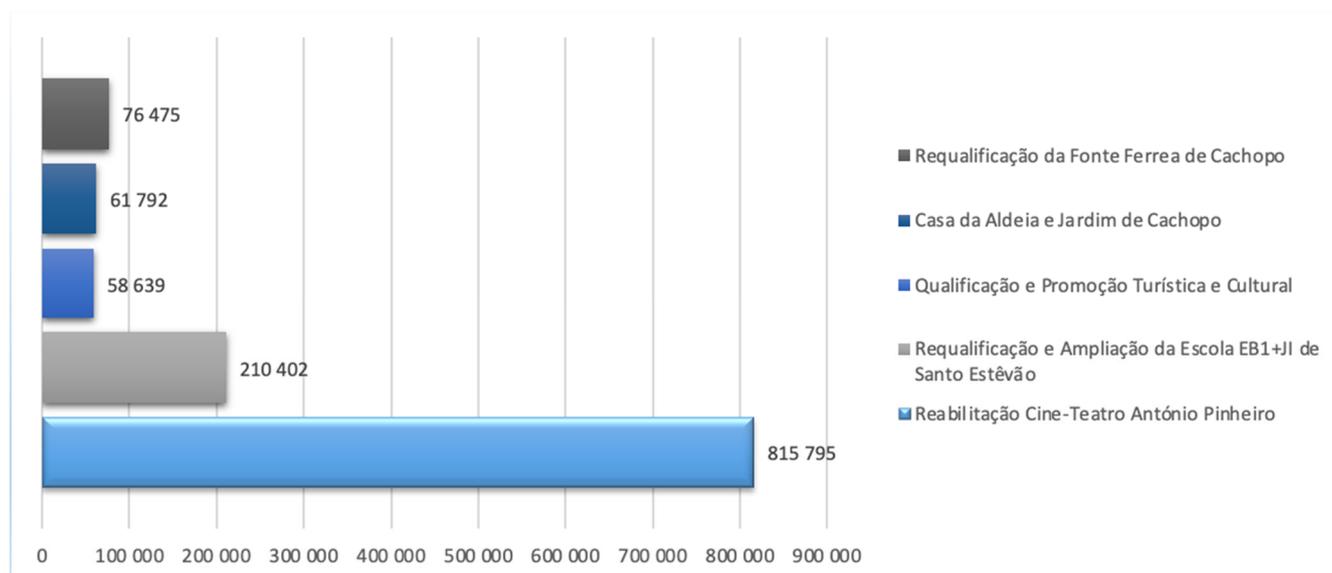
“Roteiros da Pesca de St.<sup>a</sup> Luzia – Rota do Polvo e do Atum” com 14,64% (€19.258) e do “Plano Local para a Igualdade” com 8,51% (€11.200).

Quanto aos projetos cofinanciados de natureza de capital, verificamos na tabela 8, que no corrente ano a receita destes ascendeu a cerca de 1,2 milhões de euros onde se destacou claramente o projeto “Reabilitação do Cineteatro António Pinheiro” com uma representatividade de 64,69% (€814.795), seguido da “Requalificação e Ampliação da Escola EB1+JI de Santo Estêvão” com 16,50% (€208.657).

Tabela 8 | Receita de capital participada - 2020

Unidade: €			
DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Recuperação do Edifício do Compromisso Marítimo	CRESC Algarve 2020	7.416	0,59%
Reabilitação Cine-Teatro António Pinheiro	CRESC Algarve 2020	815.795	64,49%
Simplex 2.0 - Municípios do Algarve Central	CRESC Algarve 2020	36.184	2,86%
Ciclovía/Ecovia do Litoral Sul - Troço TV3 - Tavira Cabanas	CRESC Algarve 2020	20.855	1,65%
Requalificação e Ampliação da Escola EB1+JI de Santo Est	CRESC Algarve 2020	208.657	16,50%
Casa da Aldeia e Jardim de Cachopo	CRESC Algarve 2020	61.792	4,88%
Valorização do Património Natural de Tavira	CRESC Algarve 2020	12.559	0,99%
Requalificação da Fonte Ferrea de Cachopo	CRESC Algarve 2020	76.475	6,05%
Wifi na Ilha de Tavira e Centro histórico da cidade	Turismo de Portugal	25.233	1,99%
<b>TOTAL</b>		<b>1.264.965</b>	<b>100%</b>

Figura 15 | Principais projetos cofinanciados - 2020



Considerando que as despesas em investimento são em regra superiores às correntes é normal que os financiamentos com maior representatividade, em termos gerais, sejam os projetos que têm uma

natureza de capital, verificando-se na figura seguinte que a única exceção foi o projeto “Qualificação e Promoção Turística e Cultural” com a quinta maior representatividade, estando muito próxima da terceira posição geral.

## 2.2 Execução da despesa

No que concerne à despesa, registaram-se no decorrer do ano 2020, 16 alterações orçamentais, das quais 15 foram alterações permutativas que permitiram a correta inscrição em orçamento das despesas no decorrer do ano, e uma alteração modificativa (revisão), para a integração do saldo de gerência. Assim, as verbas incluídas nas “Previsões corrigidas” correspondem às dotações finais de cada rubrica, ou seja, as dotações que resultaram das várias alterações orçamentais no decorrer do ano.

Em 2020, a despesa teve uma execução de apenas 53,64%, conforme pode ser comprovado na tabela 9, onde constam as diferentes fases da despesa por classificação económica. Ou seja, dos 56 milhões de euros previstos foram efetuados apenas 30 milhões de euros de pagamentos.

Em relação aos compromissos assumidos o município registou cerca de 35,4 milhões de euros, ou seja, 63,21% da despesa prevista, enquanto a despesa faturada, ficou-se pelos 28 milhões de euros, o que significa que apenas 53,75% da despesa prevista é que foi faturada.

Tabela 9 | Despesa por fases - 2020

Unidade: €

RÚBRICAS	PREVISÕES CORRIGIDAS (1)	COMPROMETIDO (2)	FATURADO (3)	PAGO (4)	EXECUÇÃO (5) = (4) / (1)	DÍVIDA (6) = (3) - (4)
<b>Despesas correntes</b>	<b>30.300.000</b>	<b>23.870.394</b>	<b>21.413.461</b>	<b>21.341.767</b>	<b>70,43%</b>	<b>71.693</b>
Despesa com o pessoal	10.392.300	9.206.180	9.165.548	9.110.054	87,66%	55.494
Aquisição de bens e serviços	11.759.200	7.691.534	5.831.569	5.815.370	49,45%	16.199
Juros e outros encargos	133.900	45.396	45.396	45.396	33,90%	-
Transferências correntes	3.694.300	3.078.562	2.871.537	2.871.537	77,73%	-
Subsídios	4.107.000	3.777.384	3.437.019	3.437.019	83,69%	-
Outras despesas correntes	213.300	71.338	62.392	62.392	29,25%	-
<b>Despesas de capital</b>	<b>25.700.000</b>	<b>11.565.496</b>	<b>8.708.731</b>	<b>8.699.428</b>	<b>33,85%</b>	<b>9.303</b>
Aquisição de bens de capital	23.561.100	9.823.350	7.007.065	7.007.065	29,74%	-
Transferências de capital	649.200	355.595	315.115	305.812	47,11%	9.303
Ativos financeiros	45.100	44.246	44.246	44.246	98,11%	-
Passivos financeiros	1.217.600	1.195.838	1.195.838	1.195.838	98,21%	-
Outras despesas capital	227.000	146.468	146.468	146.468	64,52%	-
<b>TOTAL</b>	<b>56.000.000</b>	<b>35.435.890</b>	<b>30.122.192</b>	<b>30.041.195</b>	<b>53,64%</b>	<b>80.996</b>

Assim, importa verificar qual foi o comportamento/variação da execução da despesa (paga) no ano 2020 e 2019, pelas diferentes rubricas correntes e de capital. Na tabela 10, verificamos que a despesa corrente paga em 2020 foi inferior em 5,21% (€1.172.488), enquanto a despesa de capital apresentou um aumento significativo de 54,28% (€3.060.703) face ao ano anterior. O que proporcionou uma variação positiva da despesa paga de 6,71% (€1.888.215). Esta redução resultou do impacto direto da alteração da contabilização dos reembolsos no corrente ano, dado que no SNC-AP os reembolsos deixaram de ser processados como despesa (Outras despesas correntes) e passou a ser tratado como receita (abate à receita bruta), no corrente ano foram cerca de 1,2 milhões de euros., ou seja, se não fosse esta alteração da forma de contabilização, não teríamos qualquer redução da despesa corrente e sim um ligeiro aumento.

Tabela 10 | Despesa paga

Unidade: €

RÚBRICAS	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Despesas correntes</b>	<b>21.341.767</b>	<b>71,04%</b>	<b>22.514.255</b>	<b>79,97%</b>	<b>(5,21%)</b>	<b>(1.172.488)</b>
Despesa com o pessoal	9.110.054	30,33%	9.236.730	32,81%	(1,37%)	(126.676)
Aquisição de bens e serviços	5.815.370	19,36%	6.308.195	22,41%	(7,81%)	(492.825)
Juros e outros encargos	45.396	0,15%	80.748	0,29%	(43,78%)	(35.352)
Transferências correntes	2.871.537	9,56%	2.084.723	7,40%	37,74%	786.814
Subsídios	3.437.019	11,44%	3.057.273	10,86%	12,42%	379.746
Outras despesas correntes	62.392	0,21%	1.746.586	6,20%	(96,43%)	(1.684.195)
<b>Despesas de capital</b>	<b>8.699.428</b>	<b>28,96%</b>	<b>5.638.725</b>	<b>20,03%</b>	<b>54,28%</b>	<b>3.060.703</b>
Aquisição de bens de capital	7.007.065	23,32%	4.044.332	14,37%	73,26%	2.962.733
Transferências de capital	305.812	1,02%	104.294	0,37%	193,22%	201.518
Ativos financeiros	44.246	0,15%	88.492	0,31%	(50,00%)	(44.246)
Passivos financeiros	1.195.838	3,98%	1.343.243	4,77%	(10,97%)	(147.405)
Outras despesas capital	146.468	0,49%	58.365	0,21%	---	88.103
<b>TOTAL</b>	<b>30.041.195</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.152.980</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,71%</b>	<b>1.888.215</b>

Face a este incremento da despesa de capital, verifica-se que no corrente ano houve um aumento da representação deste tipo de despesa para cerca de um terço (28,96%) da despesa total da autarquia, por contrapartida das despesas correntes que representam os restantes 2 terços.

Em termos de distribuição das despesas por tipo de despesa, se observarmos as figuras 16 e 17, concluímos que se registaram algumas alterações pouco significativas. Importa antes de mais esclarecer que a construção dos gráficos pretende demonstrar os gastos da autarquia, independentemente de se tratar de despesa corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa

incluem quer o montante de natureza corrente quer o de capital, com exceção da “Despesa com o pessoal” que é apenas corrente.

Figura 16 | Distribuição da despesa - 2020

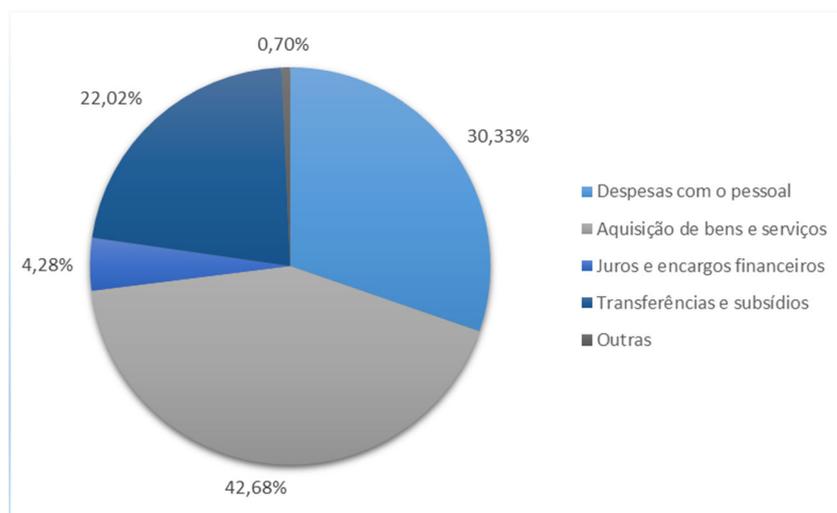
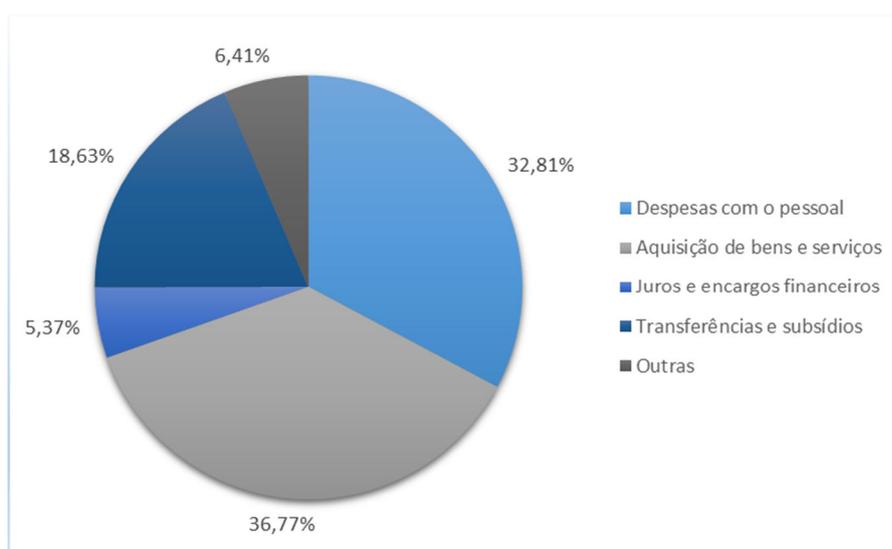


Figura 17 | Distribuição da despesa - 2019



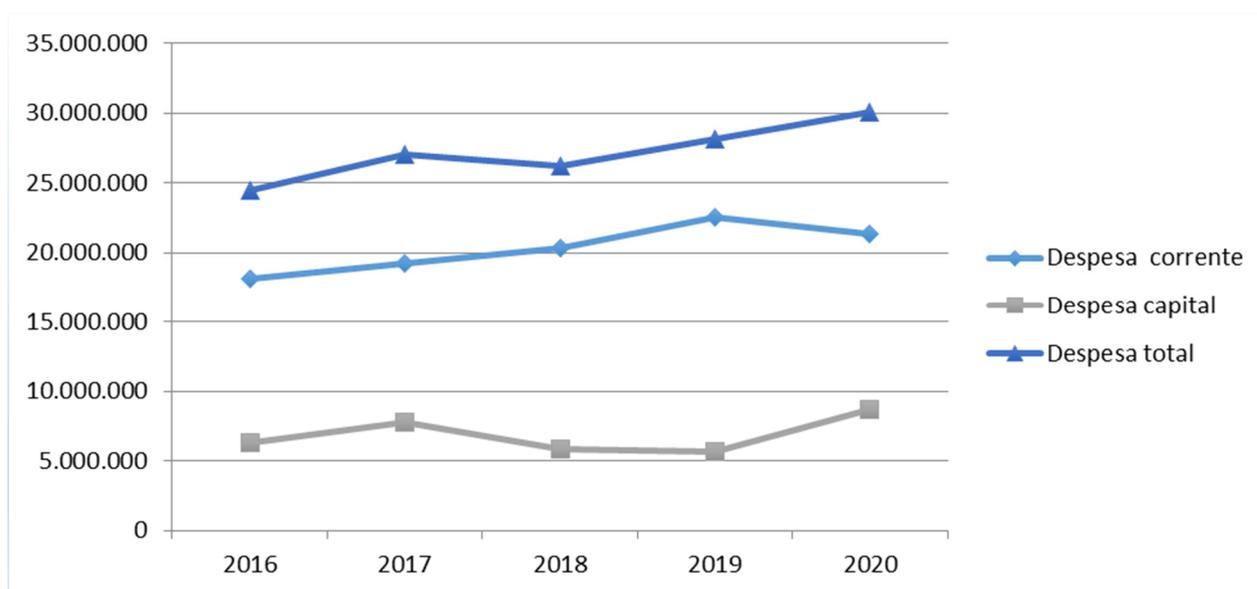
Assim, temos que a “Aquisição de bens e serviços”, continua a ser a mais relevante com uma representação de 42,68% em 2020, tendo aumentado ligeiramente, seguida das “Despesas com o pessoal” que diminuíram ligeiramente o seu peso para 30,33%, e em terceiro lugar e com um peso significativo surge a “Transferências e subsídios” com 22,02% que apenas tem esta relevância por causa da componente de subsídios, onde se incluem as transferências financeiras efetuadas no âmbito dos contratos de gestão de espaços verdes, praias e limpeza urbana com a empresa municipal.

A figura 18, demonstra a evolução da despesa paga nos últimos cinco anos, onde se verifica que as

despesas têm vindo a crescer apesar da ligeira inflexão no ano 2018, sendo notório o crescimento da despesa de capital em 2020.

Não obstante a maior parte das despesas da autarquia continuarem a ser correntes, houve uma aproximação, mesmo que ligeira, das despesas de capital no corrente ano. De referir, que as despesas correntes continuarão a ter o maior peso dado que a maior parte destas são despesas estruturais, necessárias para o regular funcionamento da autarquia.

Figura 18 | Evolução das despesas



Na tabela 11, estão refletidas as despesas correntes pagas nos anos 2019 e 2020, verificando-se variações negativas em várias rúbricas, com maior destaque para a ocorrida nas “*Outras despesas correntes*” com menos 96,43% (€1.684.195), face ao ano de 2019, devido na maior parte à mudança da contabilização dos reembolsos de impostos (1,2 milhões), conforme anteriormente referido. A segunda maior quebra aconteceu na rúbrica dos “*Juros e outros encargos*” 43,78% (€35.352), uma vez que a dívida de empréstimos tem vindo a diminuir em virtude da amortização de empréstimos, seguida da “*Aquisição de bens e serviços*” e das “*Despesas com o pessoal*” com 7,81% (492.825) e 1,37% (€126.676) respetivamente, as quais serão aprofundadas mais à frente, uma vez que são as despesas correntes com maior peso.

Por outro lado, as “*Transferências correntes*” e os “*Subsídios*” apresentaram aumentos, de 37,74% (€786.814) e 12,42% (€379.746), respetivamente. No caso das “*Transferências correntes*”, é o reflexo do aumento significativo dos apoios que ocorreram no âmbito das medidas de combate e prevenção

da epidemia SARS -CoV-2, e no caso dos “Subsídios” deve-se essencialmente ao contrato de limpeza urbana que apenas iniciou por volta de abril de 2019, não tendo por isso 12 meses de execução nesse ano.

Tabela 11 | Despesa corrente paga

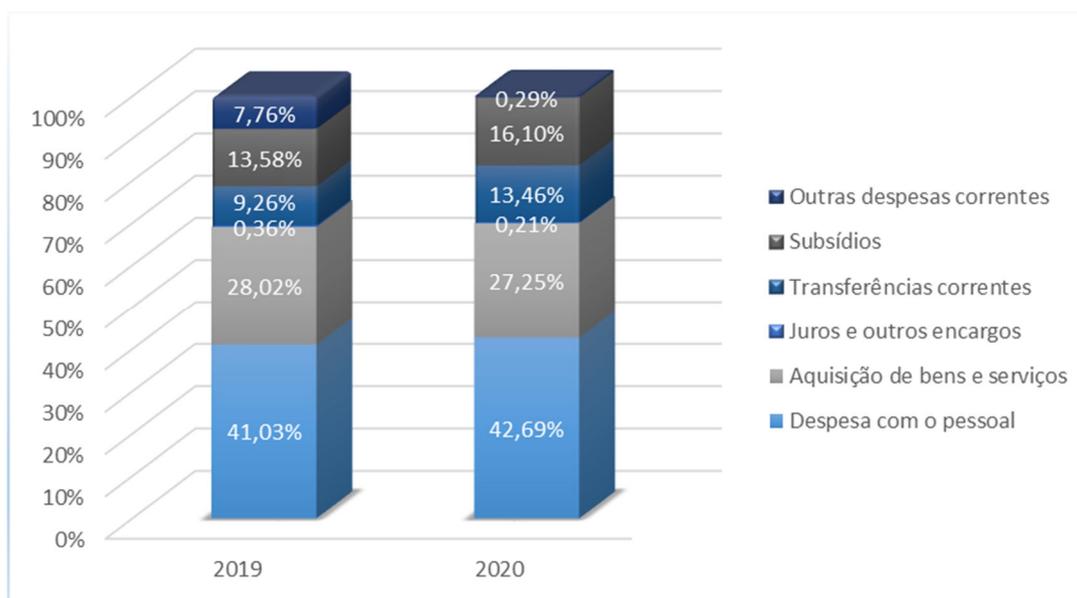
Unidade: €

RÚBRICAS	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Despesa com o pessoal</b>	<b>9.110.054</b>	<b>42,69%</b>	<b>9.236.730</b>	<b>41,03%</b>	<b>(1,37%)</b>	<b>(126.676)</b>
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>5.815.370</b>	<b>27,25%</b>	<b>6.308.195</b>	<b>28,02%</b>	<b>(7,81%)</b>	<b>(492.825)</b>
Matérias-primas	57.941	0,27%	94.927	0,42%	(38,96%)	(36.987)
Combustíveis	187.761	0,88%	355.428	1,58%	(47,17%)	(167.667)
Alimentação	218.541	1,02%	321.742	1,43%	(32,08%)	(103.201)
Material de escritório	20.718	0,10%	16.881	0,07%	22,73%	3.837
Material de consumo clínico e produtos químicos	211.037	0,99%	21.838	0,10%	866,38%	189.199
Material transporte - peças	31.387	0,15%	57.060	0,25%	(44,99%)	(25.673)
Prémios, condecorações e ofertas	149.115	0,70%	83.141	0,37%	79,35%	65.974
Material de educação, cultura e recreio	128.615	0,60%	124.866	0,55%	3,00%	3.748
Encargos das instalações	548.109	2,57%	738.936	3,28%	(25,82%)	(190.827)
Limpeza e higiene	142.061	0,67%	255.859	1,14%	(44,48%)	(113.797)
Conservação de bens	132.221	0,62%	129.004	0,57%	2,49%	3.217
Locação de bens	234.929	1,10%	285.811	1,27%	(17,80%)	(50.882)
Comunicações	69.307	0,32%	71.129	0,32%	(2,56%)	(1.822)
Transportes	352.690	1,65%	383.487	1,70%	(8,03%)	(30.798)
Seguros	167.408	0,78%	166.956	0,74%	0,27%	452
Publicidade	100.832	0,47%	137.703	0,61%	(26,78%)	(36.871)
Vigilância e segurança	27.064	0,13%	121.385	0,54%	(77,70%)	(94.321)
Assistência técnica	150.573	0,71%	105.653	0,47%	42,52%	44.920
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	9.809	0,05%	42.588	0,19%	(76,97%)	(32.779)
Formação	28.165	0,13%	33.651	0,15%	(16,30%)	(5.486)
Seminários, exposições e similares	98.963	0,46%	59.810	0,27%	65,46%	39.153
Trabalhos especializados	452.405	2,12%	577.748	2,57%	(21,70%)	(125.342)
Encargos cobrança de receita	355.515	1,67%	372.655	1,66%	(4,60%)	(17.140)
Outros	1.940.204	9,09%	1.749.936	7,77%	10,87%	190.268
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>45.396</b>	<b>0,21%</b>	<b>80.748</b>	<b>0,36%</b>	<b>(43,78%)</b>	<b>(35.352)</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>2.871.537</b>	<b>13,46%</b>	<b>2.084.723</b>	<b>9,26%</b>	<b>37,74%</b>	<b>786.814</b>
Freguesias	828.420	3,88%	858.355	3,81%	(3,49%)	(29.936)
Associações de Municípios	100.702	0,47%	39.954	0,18%	152,04%	60.747
Inst. Sem fins lucrativos	1.915.306	8,97%	1.166.181	5,18%	64,24%	749.125
Outros	27.110	0,13%	20.232	0,09%	33,99%	6.877
<b>Subsídios</b>	<b>3.437.019</b>	<b>16,10%</b>	<b>3.057.273</b>	<b>13,58%</b>	<b>12,42%</b>	<b>379.746</b>
Empresas públicas municipais e intermunicipais	3.184.990	14,92%	2.826.166	12,55%	12,70%	358.825
Outros	252.029	1,18%	231.107	1,03%	9,05%	20.922
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>62.392</b>	<b>0,29%</b>	<b>1.746.586</b>	<b>7,76%</b>	<b>(96,43%)</b>	<b>(1.684.195)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21.341.767</b>	<b>100%</b>	<b>22.514.255</b>	<b>100%</b>	<b>(5,21%)</b>	<b>(1.172.488)</b>

Apesar das variações ocorridas, podemos observar na figura 19, que a distribuição da despesa corrente

realizada sofreu apenas ligeiras alterações. A “Despesa com o pessoal” continua a ser a principal despesa corrente com uma representação de 42,69%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” com 27,25%, e dos “Subsídios” e das “Transferências correntes” a aumentarem o seu peso para os 16,10% e os 13,46%, respetivamente.

Figura 19 | Distribuição da despesa corrente paga



Assim, no que concerne à rúbrica de “Despesa com o pessoal” da análise da tabela 12, verifica-se que a diminuição nas despesas com pessoal, resultaram do decréscimo nas diversas rúbricas de pessoal.

No que concerne às “Remunerações certas e permanentes”, a redução de 0,69% (€46.584), resultou do facto de não terem sido efetuados os pagamentos dos descontos dos vencimentos (€53.106) do mês de dezembro dentro do próprio ano (2020), o que não sucedeu no ano anterior, caso contrário teríamos tido um aumento de €6.522 em vez da diminuição.

No decorrer do ano 2020 ocorreram nove aposentações, três mobilidades para outros serviços, uma cedência de interesse público, uma comissão de serviço para outra entidade, um falecimento e duas licenças sem remuneração e regressaram ao Município seis trabalhadores (dois da empresa municipal Taviraverde, duas mobilidades, uma licença sem vencimento e um, após cumprimento de pena de prisão). Ingressaram ainda, vinte e três trabalhadores através de procedimento concursal nos últimos meses de 2020.

Não obstante a entrada e saída de trabalhadores que ocorreu ao longo do ano, não se verificaram

variações significativas na rubrica “Remunerações certas e permanentes”. Enquanto a diminuição na rubrica “Abonos variáveis ou eventuais” de 5,45% (€23.917), deveu-se sobretudo ao decréscimo na rubrica de horas extraordinárias 11% (€27.908), que resultou da redução dos serviços prestados pelos motoristas a partir de abril de 2020. Pelo mesmo motivo a rubrica “Ajudas de custo” teve um decréscimo de 60,87% (€15.801).

Tabela 12 | Despesa com o pessoal

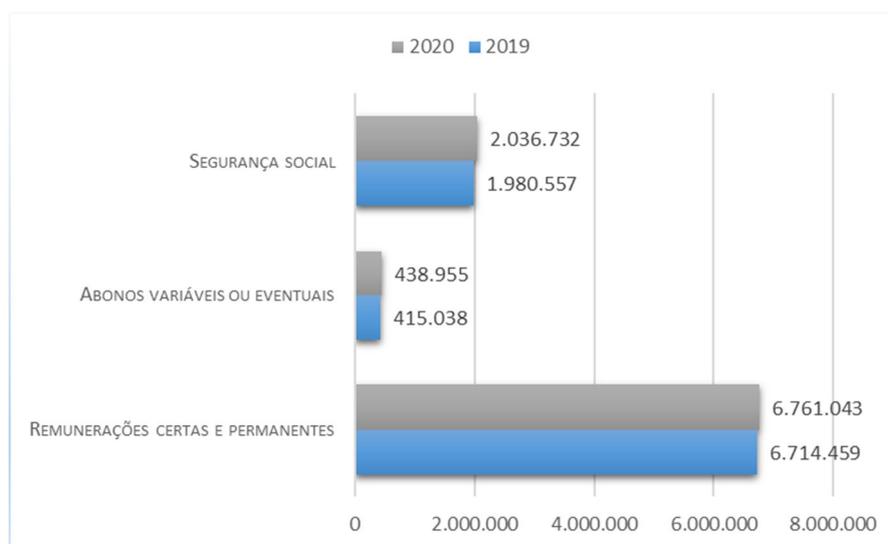
Unidade: €

RÚBRICAS	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>6.714.459</b>	<b>73,70%</b>	<b>6.761.043</b>	<b>73,20%</b>	<b>(0,69%)</b>	<b>(46.584)</b>
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	130.449	1,43%	153.097	1,66%	(14,79%)	(22.648)
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.994.369	54,82%	4.977.953	53,89%	0,33%	16.417
Pessoal aguardando aposentação	14.778	0,16%	6.215	0,07%	137,76%	8.562
Pessoal em qualquer outra situação	67.376	0,74%	82.155	0,89%	(17,99%)	(14.779)
Representação	56.825	0,62%	61.847	0,67%	(8,12%)	(5.022)
Subsídio de refeição	436.345	4,79%	457.577	4,95%	(4,64%)	(21.231)
Subsídio de férias e de Natal	909.757	9,99%	919.451	9,95%	(1,05%)	(9.694)
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	104.559	1,15%	102.749	1,11%	1,76%	1.810
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>415.038</b>	<b>4,56%</b>	<b>438.955</b>	<b>4,75%</b>	<b>(5,45%)</b>	<b>(23.917)</b>
Horas extraordinárias	225.813	2,48%	253.720	2,75%	(11,00%)	(27.908)
Ajudas de custo	10.156	0,11%	25.958	0,28%	(60,87%)	(15.801)
Abono para falhas	2.152	0,02%	2.926	0,03%	(26,46%)	(774)
Subsídio de turno	95.805	1,05%	85.318	0,92%	12,29%	10.487
Outros suplementos e prémios	81.112	0,89%	71.034	0,77%	14,19%	10.079
<b>Segurança social</b>	<b>1.980.557</b>	<b>21,74%</b>	<b>2.036.732</b>	<b>22,05%</b>	<b>(2,76%)</b>	<b>(56.175)</b>
Encargos com a saúde	246.591	2,71%	295.662	3,20%	(16,60%)	(49.070)
Outros encargos com a saúde	74.928	0,82%	71.533	0,77%	4,75%	3.396
Subsídio familiar a criança e jovens	18.974	0,21%	24.527	0,27%	(22,64%)	(5.553)
Outras prestações familiares	4.240	0,05%	4.514	0,05%	(6,07%)	(274)
Contribuições para a segurança social	1.555.020	17,07%	1.558.986	16,88%	(0,25%)	(3.966)
Seguros	80.311	0,88%	80.826	0,88%	(0,64%)	(515)
Outras despesas de segurança social	493	0,01%	685	0,01%	(27,98%)	(192)
<b>TOTAL</b>	<b>9.110.054</b>	<b>100%</b>	<b>9.236.730</b>	<b>100%</b>	<b>(1,37%)</b>	<b>(126.676)</b>

A redução na rubrica “Segurança social” de 2,76% (€56.175), deveu-se à diminuição nos “Encargos com saúde” 16,60% (€49.071), provocada pelo pagamento de menores valores das notas de reembolso da ADSE, e também pelo motivo de ser uma rubrica cujos pagamentos variam de mês para mês face às datas dos processos.

A figura 20, ilustra as alterações pontuais ocorridas nas despesas com o pessoal nos anos de 2019 e 2020.

Figura 20 | Despesas com o pessoal



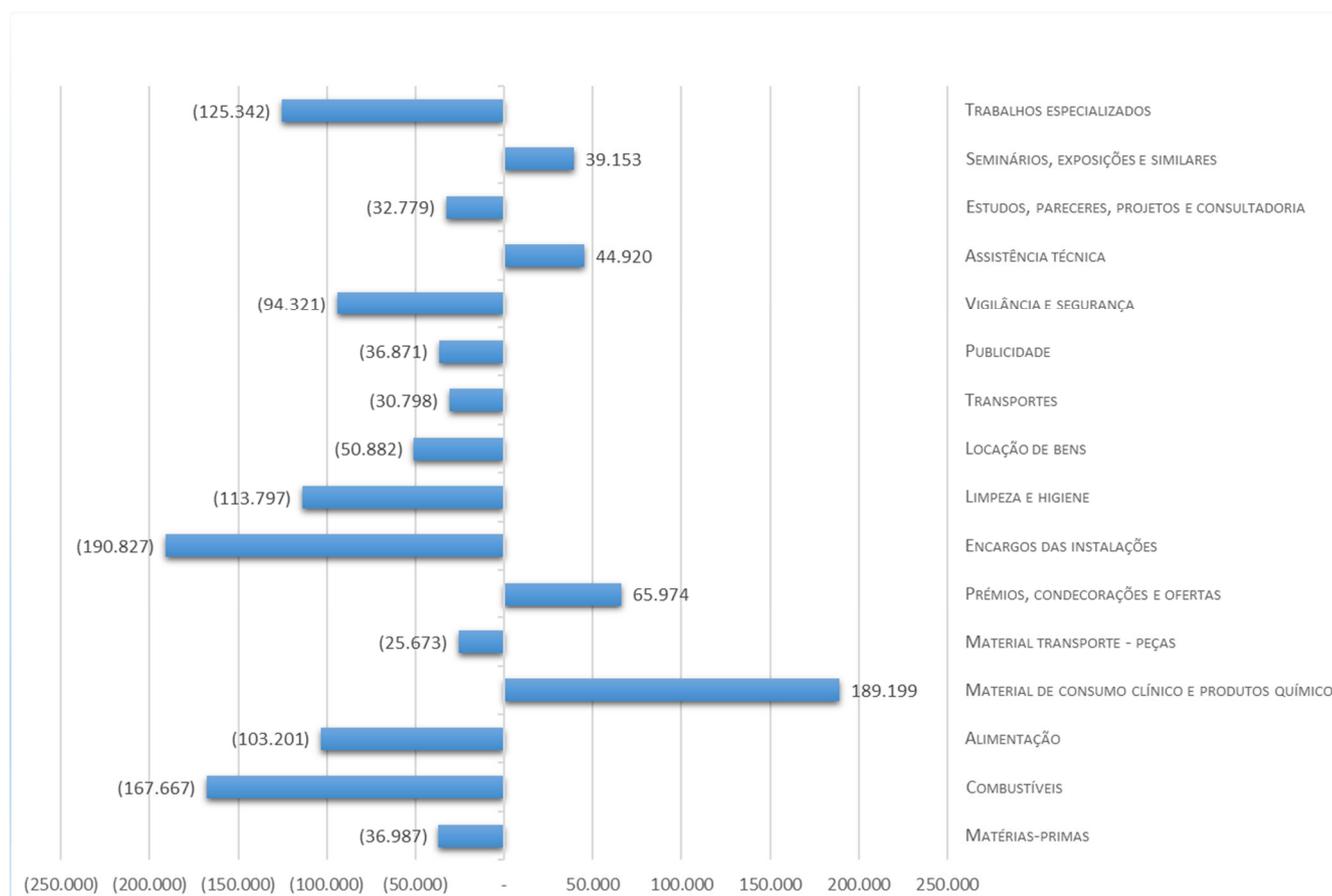
Em relação, às despesas com “*Aquisições de serviços*”, foi elaborada a figura 21, para se perceber de uma forma mais clara as variações positivas e negativas, em termos absolutos (acima dos €25.000), das principais rúbricas que a comportam. Este tipo de análise é sempre suscetível de ter algumas particularidades que afetam o resultado final, dado que muitas vezes esses aumentos/diminuições não são resultado direto de um maior/menor gasto em determinada área.

Não obstante o referido anteriormente, verificamos que as despesas com “*Material de consumo clínico e produtos químicos*” se destacaram pela positiva, com um incremento de €189.199, reflexo de no corrente ano termos lidado com uma epidemia que provocou investimentos em áreas diferentes das ditas “*normais*”, sendo este um desses casos, seguida dos “*Prémios, condecorações e ofertas*” com €65.974, fruto do aumento do valor e do número de cabazes de natal fornecidos no corrente ano.

Em contrapartida, as maiores variações negativas registaram-se nos “*Encargos das instalações*” com (€190.827), devido essencialmente à redução do consumo de água no corrente ano, reflexo da pandemia, uma vez que houve o encerramento de vários serviços, nomeadamente os desportivos (piscinas, pavilhão e polidesportivos) e escolares, seguida da redução dos “*Combustíveis*” (€167.667), fruto do encerramento das várias instalações desportivas e escolares, bem como à menor necessidade de deslocação dos variados serviços no decorrer deste ano. Em terceiro lugar vêm os “*Trabalhos especializados*”, com €125.342, tendo-se efetuado menos contratações externas. Todas as outras reduções desde a “*Limpeza e higiene*” até ao “*Material de Transporte – peças*” são reflexo mais ou menos direto das medidas que foram implementadas pelo governo no combate e prevenção à

pandemia e que tiverem um impacto significativo nas despesas normais de funcionamento, quer pelos encerramentos já mencionados quer pela não realização de eventos culturais, em comparação com o ano 2019.

Figura 21 | Variação da aquisição de bens e serviços - 2019/2020



De seguida passaremos a analisar as despesas de capital pagas, para determinar se existiu investimento duradouro, no concelho e quais as áreas que estão a ter um maior investimento no orçamento municipal.

Na tabela 13, encontram-se refletidas as várias rubricas que compõem a despesa de capital que deram origem ao aumento significativo de 54,28% (€3.060.703), com as “*Transferências de capital*” a aumentarem 193,22% (€201.518) fruto do pagamento de um protocolo com a POLIS para o cais das Quatro águas de cerca de 150 mil euros, seguida das “*Outras despesas e capital*” a crescerem 150,95% (€88.103), nesta rubrica estão incluídas as várias obras em edifícios que se encontram a decorrer, tais como a reabilitação do cineteatro e a do antigo edifício da Seg. Social, e da “*Aquisição de bens de capital*” com um crescimento de 73,26% (€2.962.733) sendo esta a principal razão do aumento deste

tipo de despesas, nomeadamente o “Material de transporte”, a “Viação urbana” e as “Instalações desportivas e recreativas” e que iremos apreciar com maior detalhe na figura seguinte.

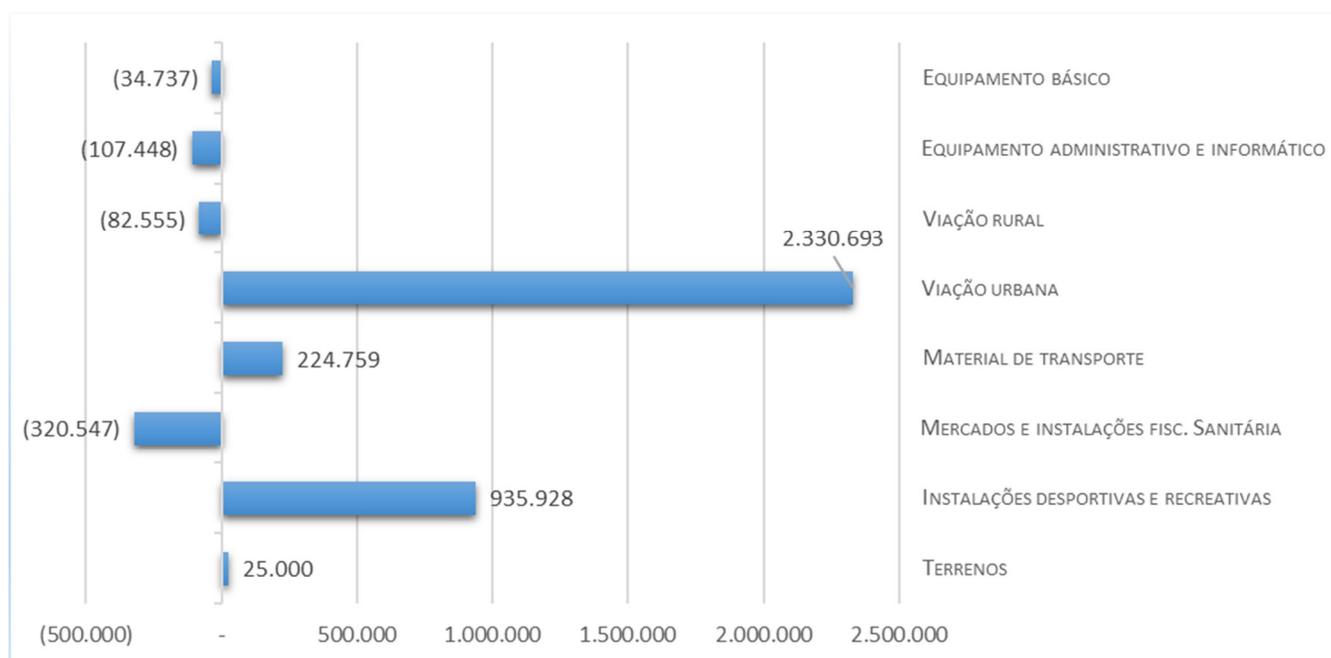
Tabela 13 | Despesa de capital paga

RÚBRICA	Unidade: €					
	2020		2019		VARIAÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>7.007.065</b>	<b>80,55%</b>	<b>4.044.332</b>	<b>71,72%</b>	<b>73,26%</b>	<b>2.962.733</b>
Terrenos	42.957	0,49%	17.957	0,32%	139,22%	25.000
Habitacões	54.893	0,63%	23.111	0,41%	137,52%	31.782
Instalações desportivas e recreativas	1.269.336	14,59%	333.408	5,91%	280,72%	935.928
Mercados e instalações fisc. Sanitária	-	-	320.547	5,68%	(100,00%)	(320.547)
Escolas	342.738	3,94%	335.668	5,95%	2,11%	7.070
Sinalização e trânsito	60.881	0,70%	75.434	1,34%	(19,29%)	(14.553)
Material de transporte	261.117	3,00%	36.358	0,64%	618,18%	224.759
Viação urbana	2.816.298	32,37%	485.605	8,61%	479,96%	2.330.693
Viação rural	-	-	82.555	1,46%	(100,00%)	(82.555)
Equipamento administrativo e informático	244.641	2,81%	352.088	6,24%	(30,52%)	(107.448)
Equipamento básico	310.314	3,57%	345.051	6,12%	(10,07%)	(34.737)
Outros	1.603.890	18,44%	1.636.550	29,02%	(2,00%)	(32.659)
<b>Tranferências de capital</b>	<b>305.812</b>	<b>3,52%</b>	<b>104.294</b>	<b>1,85%</b>	<b>193,22%</b>	<b>201.518</b>
Inst. sem fins lucrativos	102.655	1,18%	104.294	1,85%	(1,57%)	(1.639)
Outras	203.157	2,34%	-	-	-	203.157
<b>Ativos financeiros</b>	<b>44.246</b>	<b>0,51%</b>	<b>88.492</b>	<b>1,57%</b>	<b>(50,00%)</b>	<b>(44.246)</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1.195.838</b>	<b>13,75%</b>	<b>1.343.243</b>	<b>23,82%</b>	<b>(10,97%)</b>	<b>(147.405)</b>
<b>Outras despesas capital</b>	<b>146.468</b>	<b>1,68%</b>	<b>58.365</b>	<b>1,04%</b>	<b>150,95%</b>	<b>88.103</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.699.428</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.638.725</b>	<b>100,00%</b>	<b>54,28%</b>	<b>3.060.703</b>

Em contrapartida verificamos uma diminuição das despesas com “Ativos financeiros” em 50% (€44.246) uma vez que nesta rúbrica apenas se encontra refletido o pagamento da participação no FAM, seguida da quebra nas despesas com passivos financeiros de 10,97% (147.405) e que resulta do facto que cada vez temos menos empréstimos pelo que os gatos com as amortizações vão diminuindo.

Assim, na figura 22 vemos com maior visibilidade as principais variações das despesas de aquisição de bens de capital, onde a “Viação Urbana” se destaca com um aumento de €2.330.693 motivado pela execução da Ponte sobre o rio Gilão cujos pagamentos incidiram principalmente no corrente ano com cerca de 1,5 milhões de euros e os caminhos municipais na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira com cerca de 1 milhão de euros, seguida das “Instalações desportivas e recreativas” com uma variação positiva de €935.928 que resultou da conclusão da obra de conservação das Piscinas Municipais.

Figura 22 | Principais variações da aquisição de bens de capital - 2019/2020



As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano registaram um aumento de 26,08% (1.368.078) face ao ano anterior, conforme pode ser observado na tabela 14.

Tabela 14 | Despesas realizadas com transferências e subsídios

Unidade: €

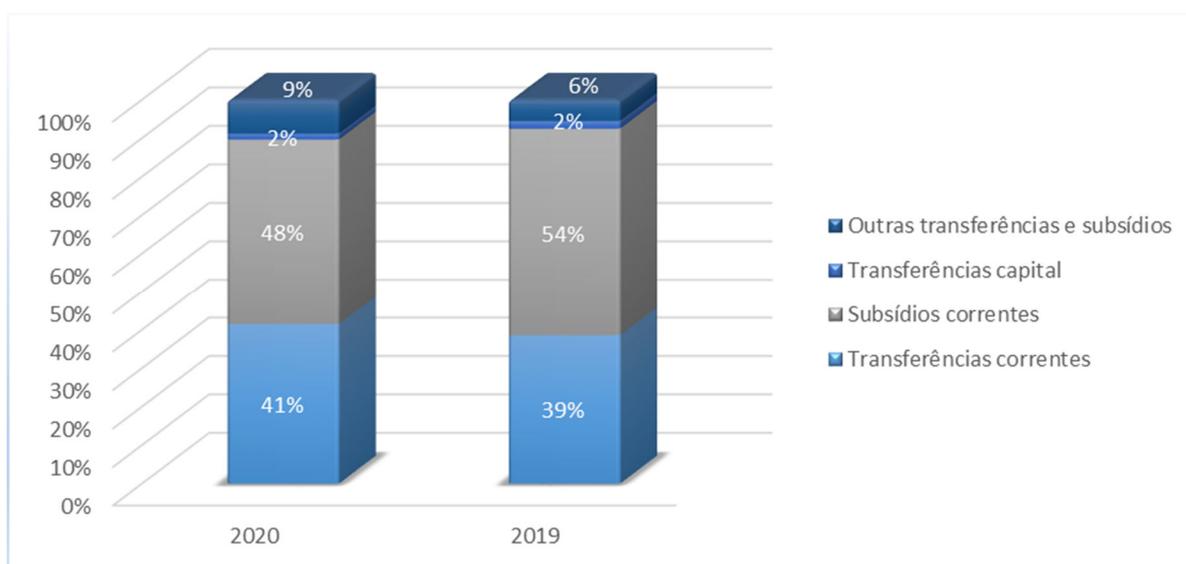
RÚBRICA	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Transferências correntes</b>	<b>2.743.725</b>	<b>41,48%</b>	<b>2.024.536</b>	<b>38,59%</b>	<b>35,52%</b>	<b>719.189</b>
Freguesias	828.420	12,52%	858.355	16,36%	(3,49%)	(29.936)
Instituições sem fins lucrativos	1.915.306	28,96%	1.166.181	22,23%	64,24%	749.125
<b>Subsídios correntes</b>	<b>3.184.990</b>	<b>48,15%</b>	<b>2.826.166</b>	<b>53,87%</b>	<b>12,70%</b>	<b>358.825</b>
Empresas municipais	3.184.990	48,15%	2.826.166	53,87%	12,70%	358.825
<b>Transferências capital</b>	<b>102.655</b>	<b>1,55%</b>	<b>104.294</b>	<b>1,99%</b>	<b>(1,57%)</b>	<b>(1.639)</b>
Instituições sem fins lucrativos	102.655	1,55%	104.294	1,99%	(1,57%)	(1.639)
<b>Outras transferências e subsídios</b>	<b>582.997</b>	<b>8,81%</b>	<b>291.294</b>	<b>5,55%</b>	<b>100,14%</b>	<b>291.703</b>
Correntes	379.840	5,74%	291.294	5,55%	30,40%	88.546
Capital	203.157	3,07%	-	-	---	203.157
<b>TOTAL</b>	<b>6.614.368</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.246.290</b>	<b>100,00%</b>	<b>26,08%</b>	<b>1.368.078</b>

As “Outras transferências e subsídios” foram as que apresentaram maior crescimento com 100,14% (€291.703), seguida das “Transferências correntes” com 35,52% (€719.189) impulsionadas essencialmente pelos apoios dados no âmbito da pandemia, e dos “Subsídios correntes” com 12,70%

(€358.825) que resultam do pagamento de 12 meses do contrato de limpeza urbana com a TaviraVerde em contrapartida de apenas 10 meses no ano de 2019 (o contrato teve início em março). Por outro lado, as “Transferências de capital” diminuíram ligeiramente em 1,57% (€1.639).

Em termos de estrutura, em 2020, houve uma ligeira alteração da distribuição das transferências e subsídios concedidos, conforme se pode observar na figura 23. Assim, os “Subsídios correntes” apesar de perderem algum terreno continuam a ser os que tem a maior representação com 48%. Enquanto, as “Transferências correntes” e as “Outras transferências e subsídios” tiveram uma representação de 41% e 9%, respetivamente.

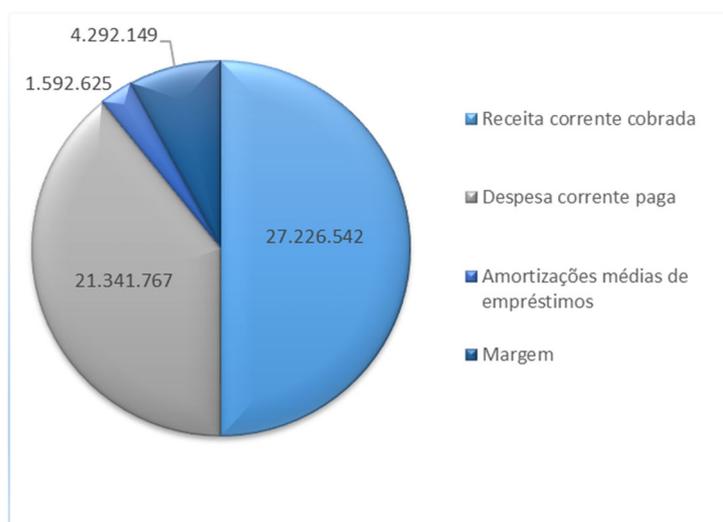
Figura 23 | Distribuição das transferências concedidas



### 2.3 Equilíbrio orçamental

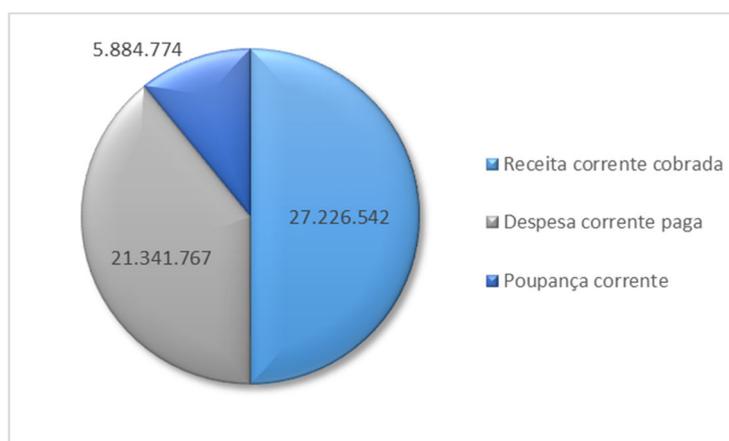
Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a aferição do equilíbrio orçamental passou a ser apurada conforme o disposto no n.º 2 do artigo 40.º: “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Assim, na figura 24, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €4.292.149, cumprindo-se assim o critério.

Figura 24 | Aferição do equilíbrio orçamental - 2020



Em termos de poupança corrente, em 2020, atingiram-se cerca de 5,9 milhões de euros, conforme ilustrado na figura 25. Ou seja, pagaram-se €21.341.767 de despesas corrente comparativamente com os €27.226.542 de receitas correntes cobradas líquidas. Esta poupança é um indicador importante dado que reflete o montante que pode ser canalizado para o financiamento de despesas de investimento de médio e longo prazo (despesas de capital).

Figura 25 | Poupança corrente - 2020



## 2.4 Saldo de gerência

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes

saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado na tabela 15, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

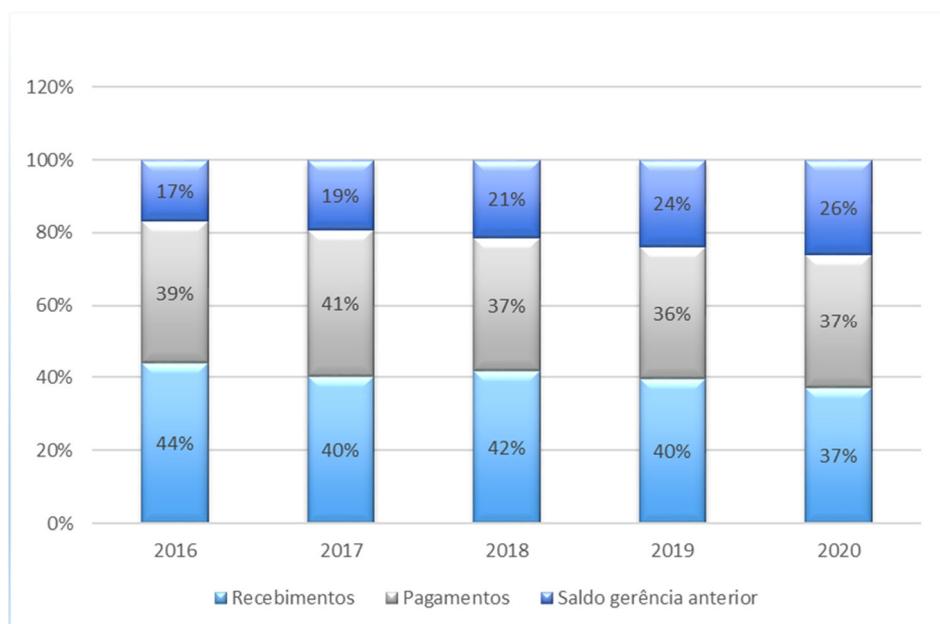
Tabela 15 – Resumo da conta de gerência

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2020			2019		
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo da gerência anterior	21.255.559	131.297	21.386.856	18.580.988	141.615	15.202.960
Receita cobrada líquida	29.398.992	60.660	29.459.652	30.827.551	1.833.955	31.451.174
Despesas pagas	30.041.195	115.609	30.156.804	28.152.980	1.844.273	27.931.530
<b>Saldo a transitar p/gerência seguinte</b>	<b>20.613.356</b>	<b>76.349</b>	<b>20.689.704</b>	<b>21.255.559</b>	<b>131.297</b>	<b>18.722.603</b>

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2020, constata-se que a receita cobrada líquida, comparativamente com a de 2019, sofreu uma diminuição de cerca de 1,4 milhões de euros e a despesa paga aumentou cerca de 1,4 milhões de euros. Verificando-se assim, que as receitas foram inferiores às despesas pagas em cerca de 700 mil euros, pelo que o saldo a transitar para o ano de 2020 apresenta uma diminuição dessa ordem, totalizando os €20.613.356, o qual se decompõe em €20.689.704 de saldo de operações orçamentais e €76.349 de saldo de operações de tesouraria.

Figura 26 | Evolução dos pagamentos e recebimentos

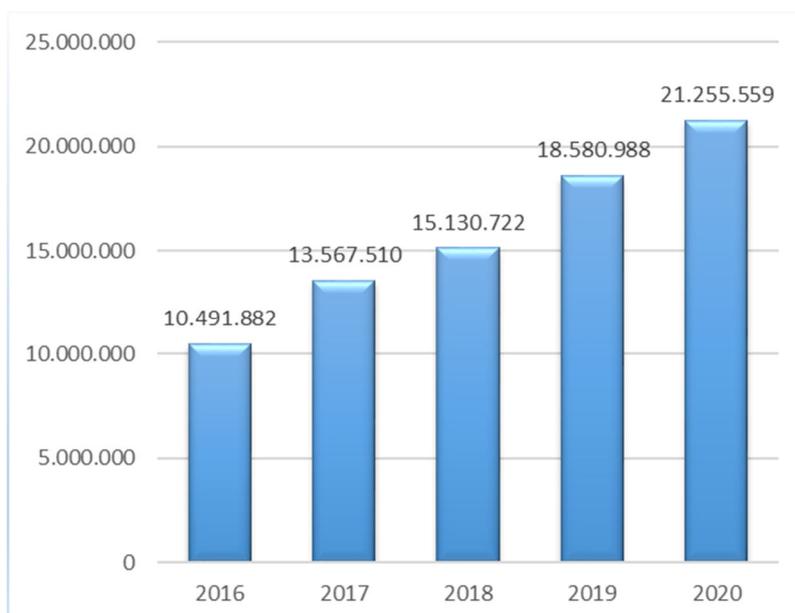


A evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 5 anos é demonstrada na figura 26, onde se encontra ilustrada a diminuição da diferença entre os recebimentos e os pagamentos

desde 2016 e um crescimento do saldo da gerência até 2020, em que atingiu os 26%.

No que concerne ao montante do “Saldo da gerência anterior” conforme se pode observar na figura 27, tem vindo a crescer de forma significativa nos últimos 5 anos. Este crescimento é o principal motivador do aumento do orçamento da autarquia de ano para ano.

Figura 27 | Evolução do saldo de gerência



Esclarece-se que os montantes apresentados na figura anterior se referem aos os montantes de saldo de gerência utilizados no orçamento do ano. Ou seja, o montante de €21.255.559 em 2020, refere-se ao saldo da gerência de 2019 que foi utilizado no Orçamento de 2020, sendo que para o ano 2021 o saldo de gerência é o constante na tabela 15 (€20.613.356).

## DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do referido normativo contabilístico - SNC-AP; o sistema financeiro assumiu um maior protagonismo, dado que este passou a contemplar um subsistema de contabilidade financeira e um de contabilidade de gestão, para além do subsistema de contabilidade orçamental.

Neste capítulo irão ser abordados alguns indicadores económicos e financeiros e será feita uma breve análise às principais demonstrações financeiras: o balanço e a demonstração de resultados por natureza. Irá também ser demonstrado o apuramento da dívida do Município de Tavira e os seus diversos fatores, sendo ainda, apresentados dados da contabilidade de gestão com a respetiva análise.

## 1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Na tabela 16, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- Os indicadores de liquidez demonstram a elevada capacidade de cobertura do passivo da autarquia, quer através do seu património quer das disponibilidades, as quais cobrem em 2020 quase 7 vezes o passivo (693%);
- Em termos de rentabilidade verifica-se uma melhoria em virtude do melhor desempenho operacional;
- Quer o prazo médio de recebimentos quer o de pagamentos são inferiores a 30 dias;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através do seu património líquido sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 90%;
- O indicador de solvabilidade demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos;

Tabela 16 | Indicadores económico-financeiros

		Unidade: €	
INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	2019	2020
<b>Liquidez</b>			
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	1.007%	960%
Liquidez reduzida	(Ativo corrente-inventários) / Passivo corrente	993%	946%
Liquidez imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	693%	653%
<b>Rentabilidade</b>			
Rentabilidade oper. do vol. negócios	Resultados operacionais / Volume de negócios * 100	(2.392%)	(4.839%)
Taxa de margem bruta	Margem bruta / Volume negócios * 100	9.189%	9.486%
Rentabilidade do património líquido	Resultados líquidos / Património líquido	(2%)	(4%)
Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais / Ativo * 100	(2%)	(4%)
<b>Atividade</b>			
Grau de rotação do ativo	Volume de negócios / Ativo	7,90%	7,57%
Prazo médio de recebimentos	[(Receita liquidada – Receita cobrada) / Receita liquidada] * 365	6	15
Prazo médio de pagamentos	Informação da DGAL	27	-
<b>Estrutura financeira</b>			
Autonomia financeira	Património líquido / Ativo	90%	89%
Solvabilidade	Património líquido / Passivo	853%	779%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos financeiros	(4.913%)	(17.078%)
Endividamento	Passivo / Ativo	10%	11%

Fonte: Modelo único de Prestação de contas das entidades públicas - Unileo

## 2. ANÁLISE AO BALANÇO

Tabela 17 | Balanço sintético

Unidade: €

RÚBRICA	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	180.276.318	82,94%	192.784.441	84,40%	(6,49%)	(12.508.123)
Ativos intangíveis	889.217	0,41%	822.328	0,36%	8,13%	66.889
Participações financeiras	5.443.506	2,50%	3.747.974	1,64%	45,24%	1.695.532
Outras contas a receber	303.910	0,14%	-	-	-	303.910
	<b>186.912.951</b>	<b>85,99%</b>	<b>197.354.742</b>	<b>86,40%</b>	<b>-5,29%</b>	<b>(10.441.792)</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários	453.908	0,21%	455.747	0,20%	(0,40%)	(1.840)
Devedores por transferências e sub. não reemb.	2.000	0,00%	2.000	0,00%	-	-
Devedores por empréstimos bonif. e sub. não reemb.	7.902	0,00%	7.902	0,00%	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	143.571	0,07%	234.247	0,10%	(38,71%)	(90.675)
Estado e outros entes públicos	39.939	0,02%	30.984	0,01%	28,90%	8.955
Outras contas a receber	9.021.044	4,15%	8.876.707	3,89%	1,63%	144.337
Diferimentos	84.051	0,04%	72.917	0,03%	15,27%	11.133
Caixa e depósitos	20.689.705	9,52%	21.386.856	9,36%	(3,26%)	(697.151)
	<b>30.442.120</b>	<b>14,01%</b>	<b>31.067.360</b>	<b>13,60%</b>	<b>(2,01%)</b>	<b>(625.241)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>217.355.070</b>	<b>100%</b>	<b>228.422.103</b>	<b>100%</b>	<b>(4,84%)</b>	<b>(11.067.032)</b>
<b>Património líquido</b>						
Património/Capital	211.991.064	97,53%	211.991.064	92,81%	-	-
Reservas	2.729.471	1,26%	2.729.471	1,19%	-	-
Resultados transitados	(28.994.205)	(13,34%)	(17.662.698)	(7,73%)	64,16%	(11.331.506)
Ajustamentos em ativos financeiros	2.717.782	1,25%	-	-	-	2.717.782
Outras variações no Património Líquido	12.037.721	5,54%	11.776.105	5,16%	2,22%	261.616
Resultado líquido do período	(7.857.037)	(3,61%)	(4.382.507)	(1,92%)	79,28%	(3.474.530)
	<b>192.624.796</b>	<b>88,62%</b>	<b>204.451.435</b>	<b>89,51%</b>	<b>(5,78%)</b>	<b>(11.826.639)</b>
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	4.349.535	2,00%	4.518.135	1,98%	(3,73%)	(168.600)
Financiamentos obtidos	4.610.089	2,12%	5.394.952	2,36%	(14,55%)	(784.863)
Fornecedores de investimentos	178.070	0,08%	196.027	0,09%	(9,16%)	(17.957)
Diferimentos	12.407.043	5,71%	10.761.587	4,71%	15,29%	1.645.456
Outras contas a pagar	15.774	0,01%	15.774	0,01%	-	-
	<b>21.560.511</b>	<b>9,92%</b>	<b>20.886.475</b>	<b>9,14%</b>	<b>3,23%</b>	<b>674.036</b>
<b>Passivo corrente</b>						
Credores por transf. e sub. não reemb. Concedidos	9.303	0,00%	3.432	0,00%	171,10%	5.871
Fornecedores	628.096	0,29%	495.351	0,22%	26,80%	132.745
Estado e outros entes públicos	61.414	0,03%	60.621	0,03%	1,31%	793
Financiamentos obtidos	991.229	0,46%	1.215.788	0,53%	(18,47%)	(224.559)
Fornecedores de investimentos	68.971	0,03%	214.622	0,09%	(67,86%)	(145.651)
Outras contas a pagar	1.401.251	0,64%	1.084.879	0,47%	29,16%	316.372
Diferimentos	9.500	0,00%	9.500	0,00%	-	-
	<b>3.169.764</b>	<b>1,46%</b>	<b>3.084.193</b>	<b>1,35%</b>	<b>2,77%</b>	<b>85.571</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>24.730.275</b>	<b>11,38%</b>	<b>23.970.668</b>	<b>10,49%</b>	<b>3,17%</b>	<b>759.607</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>217.355.070</b>	<b>100%</b>	<b>228.422.103</b>	<b>100%</b>	<b>(4,84%)</b>	<b>(11.067.032)</b>

O Balanço é uma das principais demonstrações financeiras, pelo que importa analisar em termos sintéticos o seu conteúdo, não obstante deste ser apresentado com as respetivas notas no capítulo das “*Demonstrações financeiras*”.

Em resumo, a tabela 17, espelha, os ativos, o património e os passivos do Município de Tavira que em termos gerais, registaram uma diminuição de 4,84%, ou seja, menos €11.067.032 face ao ano anterior.

A diminuição resulta essencialmente dos “*Resultados transitados*” e do “*Resultado líquido do exercício*” (RLE), serem cada vez mais negativos por força da acumulação de resultados de exercício negativos ao longo de vários anos, que são normais a partir do momento em que o Município tem reconhecido o seu vasto património e conseqüentemente as suas depreciações.

No que concerne ao “*Ativo*” verifica-se que o “*Ativo não corrente*” representa cerca de 86%, sendo principalmente composto pelos “*Ativos fixos tangíveis*” que apesar de terem reduzido cerca de 12,5 milhões de euros em resultado das depreciações do corrente ano representam cerca 83% do ativo do município.

### 3. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela 18, apresenta os gastos e ganhos que compõem a demonstração de resultados por natureza do Município de Tavira no ano de 2020, bem como as variações ocorridas em cada uma das rubricas.

Tabela 18 | Demonstração de resultados por natureza

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2020	2019	VARIÇÃO 2019-2020	
			%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	16.064.679	16.961.069	(5,28%)	(896.389)
Prestações de serviços e concessões	397.850	1.083.588	(63,28%)	(685.738)
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.	752.029	291.133	158,31%	460.896
Transferências e subsídios correntes obtidos	7.341.899	7.742.340	(5,17%)	(400.441)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(380.380)	(448.360)	(15,16%)	67.980
Fornecimentos e serviços externos	(5.491.921)	(5.991.940)	(8,34%)	500.019
Gastos com pessoal	(9.269.479)	(9.263.765)	0,06%	(5.714)
Transferências e subsídios concedidos	(6.724.066)	(5.269.299)	27,61%	(1.454.767)
Provisões (aumentos/reduções)	152.422	11.435	1.232,97%	140.987
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	17.702	-	-	17.702
Outros rendimentos	2.258.069	2.555.699	(11,65%)	(297.630)
Outros gastos	(1.000.726)	(463.125)	116,08%	(537.601)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>4.118.078</b>	<b>7.208.773</b>	<b>(42,87%)</b>	<b>(3.090.696)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(12.084.399)	(11.524.694)	4,86%	(559.705)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>(7.966.321)</b>	<b>(4.315.920)</b>	<b>84,58%</b>	<b>(3.650.401)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	155.931	21.260	633,45%	134.671
Juros e gastos similares suportados	(46.647)	(87.847)	(46,90%)	41.200
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(7.857.037)</b>	<b>(4.382.507)</b>	<b>79,28%</b>	<b>(3.474.530)</b>
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(7.857.037)</b>	<b>(4.382.507)</b>	<b>79,28%</b>	<b>3.474.530</b>

Assim, verificamos que em 2020, os “Gastos/reversões de depreciações e amortização” apresentaram um crescimento de 4,86% atingindo os €12.084.399, sendo por isso o principal gasto da autarquia, seguidos dos “Gastos com pessoal” com €9.269.479, das “Transferências e subsídios concedidos” com €6.724.066 dado que no corrente ano cresceram 27,21% (€1.454.767) ultrapassando os “Fornecimentos e serviços externos” que se ficaram pelos €5.491.921. Pelo outro lado, o dos ganhos, o grande destaque vai para os “Impostos, contribuições e taxas” com €16.064.679 seguido pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos” com €7.341.899.

No que concerne aos resultados, verificamos que o “Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento” diminuíram 42,87% (€3.090.696) face ao ano anterior, ficando-se pelos €4.118.078 o que não é suficiente para suportar os gastos com as amortizações o que originou um “Resultado operacional” negativo de €7.966.321 e conseqüentemente um “Resultado líquido do exercício” de €7.857.037

## 4. DÍVIDA

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve ter sempre em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

Na tabela 19, são apresentadas as principais dívidas do Município, não se encontrando refletido o valor das “*Outras contas a pagar*” que constam do balanço dado que estas incluem os montantes referentes aos credores por acréscimos de gastos, como é o caso do montante a pagar no ano 2021 referente ao subsídio de férias, porque não se considera relevante para a apreciação em causa que pretende demonstrar os valores que o município poderia “*pagar*” no imediato caso estivessem reunidas as condições necessários para o efeito.

No que concerne aos montantes que se consideram para efeitos do apuramento da dívida total do município serão calculados/demonstrados mais à frente na tabela 23.

Assim, podemos verificar que se registou um decréscimo da dívida da autarquia em 13,84% (€1.040.285), com a dívida de curto prazo a reduzir 12,33% (€237.466) e a de médio e longo prazo 14,36% (€802.820) face ao ano anterior.

Tabela 19 | Dívida

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
<b>Curto prazo</b>	<b>1.688.297</b>	<b>26,07%</b>	<b>1.925.762</b>	<b>25,62%</b>	<b>(237.466)</b>	<b>(12,33%)</b>
Fornecedores correntes	15.952	0,25%	233	0,00%	15.719	6.746,35%
Fornecedores correntes em conferência	612.145	9,45%	495.119	6,59%	117.026	23,64%
Fornecedores de investimento	17.957	0,28%	18.234	0,24%	(277)	(1,52%)
Fornecedores investi. em conferência	51.014	0,79%	196.388	2,61%	(145.374)	(74,02%)
Financiamentos obtidos	991.229	15,31%	1.215.788	16,17%	(224.559)	(18,47%)
<b>Médio e longo prazo</b>	<b>4.788.159</b>	<b>73,93%</b>	<b>5.590.979</b>	<b>74,38%</b>	<b>(802.820)</b>	<b>(14,36%)</b>
Fornecedores de investimento	178.070	2,75%	196.027	3,03%	(17.957)	(9,16%)
Financiamentos obtidos	4.610.089	71,18%	5.394.952	83,30%	(784.863)	(14,55%)
<b>TOTAL</b>	<b>6.476.456</b>	<b>100%</b>	<b>7.516.741</b>	<b>100%</b>	<b>(1.040.285)</b>	<b>(13,84%)</b>

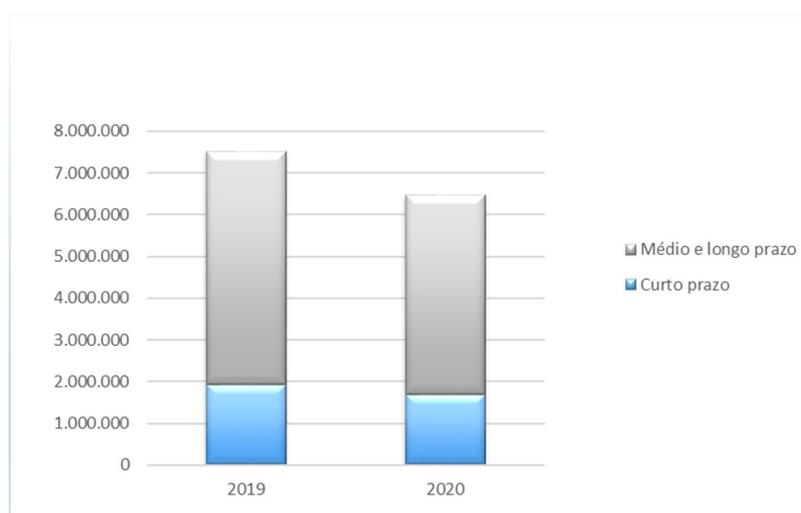
Em relação ao curto prazo, constata-se que houve um aumento de 23,64% (€117.026) da dívida em conferência dos fornecedores correntes que atingiram um montante relevante de €612.145 (este montante contém cerca de €300.000 de faturação da TaviraVerde e €78.000 da EDP, de entre outros

fornecimentos de cariz mensal, em que apenas pode haver faturação no final do mês, sendo por isso um gasto do ano que fica em dívida por não ser possível verificar e pagar dentro do próprio ano. Por outro lado, a dívida a fornecedores de investimento em conferência diminuiu 74,02% (€145.374). A dívida de curto prazo com financiamentos, é a que tem mais relevância com 15,31%, sendo esta composta pelas amortizações do capital de empréstimos (estimados) que serão de pagar no ano seguinte, ou seja, nos financiamentos de curto prazo não está incluído nenhum empréstimo de curto prazo e sim as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo que têm de ocorrer no ano seguinte (apenas no corrente ano, com a entrada em vigor do SNC-AP, é que passou a ser necessário proceder a essa estimativa).

Em relação à dívida de médio e longo prazo houve uma redução de 14,36% (€802.820) que resultaram da amortização normal dos financiamentos obtidos. De realçar, que o montante incluído nos “Fornecedores de investimento” corresponde ao montante de médio e longo prazo de um contrato de direito de superfície da “Pista de ciclismo” em vigor com o Ginásio Clube de Tavira e que pressupõe um pagamento anual na ordem dos €18.000.

Na figura seguinte pode-se ver melhor a redução da dívida nestes 2 anos e no peso significativo que o médio e longo prazo continua a ter, representando 73,93% da dívida total.

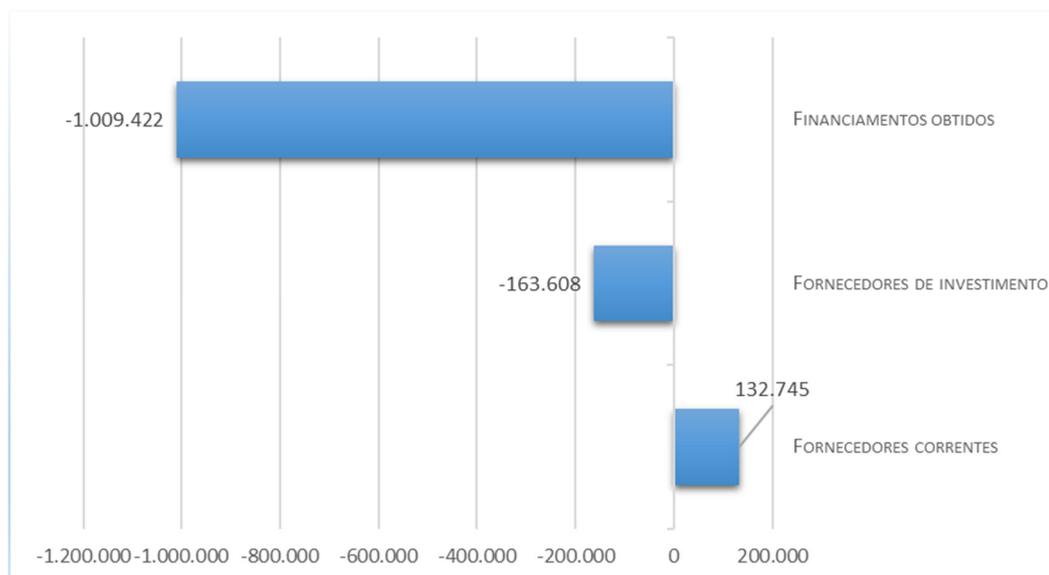
Figura 28 | Evolução da dívida



Na figura 29, encontra-se espelhada a variação da dívida por tipo, independentemente de ter uma natureza de curto ou médio/longo prazo, destacando-se claramente a diminuição dos “Financiamentos obtidos” e dos “Fornecedores de investimento”, em contrapartida do aumento da dívida a

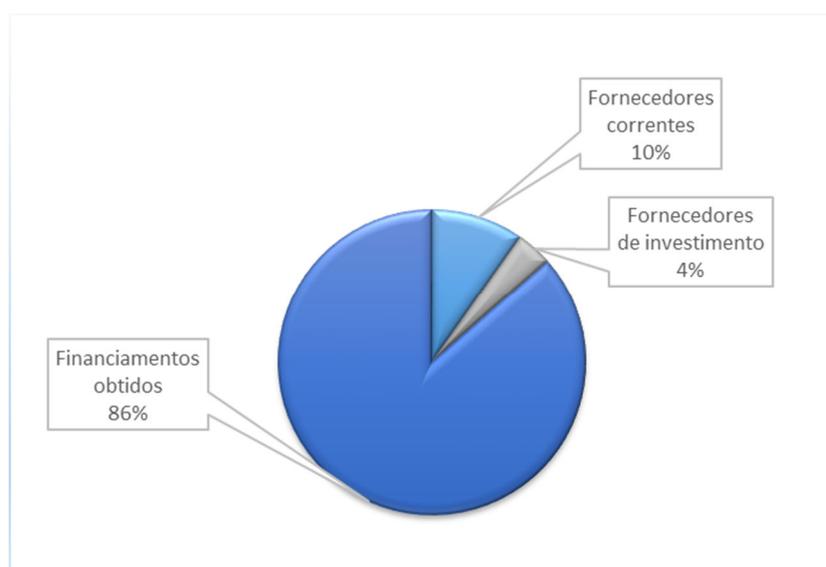
“Fornecedores correntes”.

Figura 29 | Variação da dívida – 2019/2020



Na figura seguinte, podemos confirmar que os “Financiamentos obtidos” constituem a maior fatia da dívida com 86%, seguido dos “Fornecedores correntes” com 10%, e por último os “Fornecedores de investimento” com 4%.

Figura 30 | Distribuição da dívida – 2020



Face à relevância dos financiamentos obtidos, a tabela 20 tem elencados todos os empréstimos de médio e longo prazo. Verificando-se que no corrente ano foram amortizados 18,09% (1.195.838), tendo chegado ao seu término 2 empréstimos, o da “Atalaia – INH” e o da “Horta do Carmo /inst.

*Diversas*”, sendo este um dos empréstimos excecionados e que não tem influência no apuramento da dívida total da autarquia.

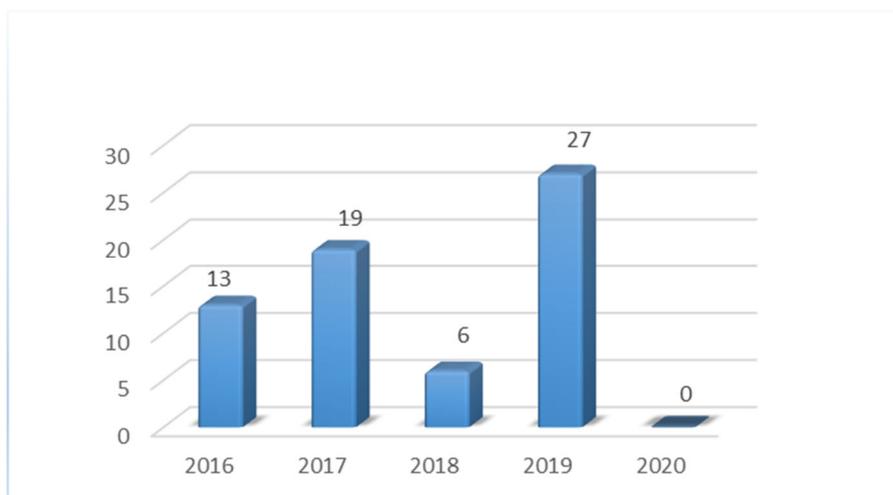
Tabela 20 | Financiamentos obtidos

DESIGNAÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO 2019-2020	
			€	%
<b>Empréstimos excecionados</b>	<b>3.138.791</b>	<b>3.663.688</b>	<b>(524.897)</b>	<b>(14,33%)</b>
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	617.637	740.964	(123.327)	(16,64%)
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	206.837	248.138	(41.300)	(16,64%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	689.768	804.392	(114.624)	(14,25%)
Atalaia - INH (1993)	-	20.628	(20.628)	(100,00%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	187.732	218.791	(31.060)	(14,20%)
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	319.530	364.625	(45.095)	(12,37%)
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	34.425	51.388	(16.963)	(33,01%)
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	1.037.558	1.165.517	(127.959)	(10,98%)
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	45.306	49.246	(3.940)	(8,00%)
<b>Empréstimos não excecionados</b>	<b>2.276.111</b>	<b>2.947.052</b>	<b>(670.941)</b>	<b>(22,77%)</b>
Horta do Carmo / Inst. diversas - CGD (24/787/19)	-	201.316	(201.316)	(100,00%)
Cine-teatro - CCA (5843)	97.490	194.981	(97.490)	(50,00%)
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	56.551	84.716	(28.165)	(33,25%)
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	122.878	183.746	(60.868)	(33,13%)
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	110.997	147.996	(36.999)	(25,00%)
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	181.267	226.406	(45.139)	(19,94%)
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	18.052	19.945	(1.893)	(9,49%)
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	1.671.630	1.854.103	(182.473)	(9,84%)
Recuperação da Igreja das Ondas - QREN -IFDR	17.246	33.844	(16.598)	(49,04%)
<b>TOTAL</b>	<b>5.414.902</b>	<b>6.610.740</b>	<b>(1.195.838)</b>	<b>(18,09%)</b>

Outro aspeto relevante da dívida é o prazo médio de pagamento a fornecedores, pelo que importa referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2020, conforme consta da declaração emitida no âmbito da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, e que faz parte integrante da prestação de contas.

No que concerne ao prazo médio de pagamento a fornecedores, pode-se observar na figura 31 a evolução deste nos últimos anos. Os dados apresentados foram apurados pela DGAL, e resultam da aplicação da fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008 de 2 de fevereiro. No corrente ano, a DGAL não conseguiu divulgar até à presente data o prazo do ano 2020. No entanto, e independentemente da fórmula que é utilizada podemos afirmar que o Município de Tavira paga abaixo dos 30 dias, desde que os documentos estejam em conformidade com o contratado. Por isso, salvo exceções a maioria dos pagamentos é efetuado abaixo dos 15/20 dias, após a entrega da fatura.

Figura 31 | Prazo médio de pagamento a fornecedores



A análise que se segue compreende na tabela 21, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2020 e 2019, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de 11,15% (€154.920), por força da redução das amortizações no corrente ano, uma vez que dívida vai diminuindo, inclusive, com o término de alguns empréstimos, sendo por isso cada vez menor o montante global de amortizações anuais.

O serviço da dívida reduziu o peso na despesa do Município em 2020 para 4,11%, face ao ano anterior, com as amortizações a representarem 3,98% das despesas pagas e os juros 0,13% destas.

Tabela 21 | Serviço da dívida

DESIGNAÇÃO	2020	2019	Variação 2019-2020	
			€	%
Juros	38.903	46.419	(7.516)	(16,19%)
Amortização	1.195.838	1.343.243	(147.405)	(10,97%)
<b>Total</b>	<b>1.234.741</b>	<b>1.389.661</b>	<b>(154.920)</b>	<b>(11,15%)</b>
<b>Indicadores</b>				
Juros / Despesa total	0,13%	0,16%	---	---
Amortizações / Despesa total	3,98%	4,77%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	4,11%	4,94%	---	---

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia,

caindo o termo “Endividamento líquido municipal” para surgir o de “Dívida total”.

O limite da dívida total é apurado em cada ano de acordo com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida nos três exercícios anteriores (n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei), sendo no corrente ano de €42.593.611, conforme apuramento demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 22 | Limite da dívida total**

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
<b>Receita corrente líquida</b>	
2017	27.229.969
2018	28.803.826
2019	29.153.426
<b>Média da receita dos 3 anos</b>	<b>28.395.740</b>
<b>Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)</b>	<b>42.593.611</b>

Por sua vez, o montante da “Dívida total” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo, n.º 2 do mesmo artigo. Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação, de acordo com o artigo 54.º da referida Lei.

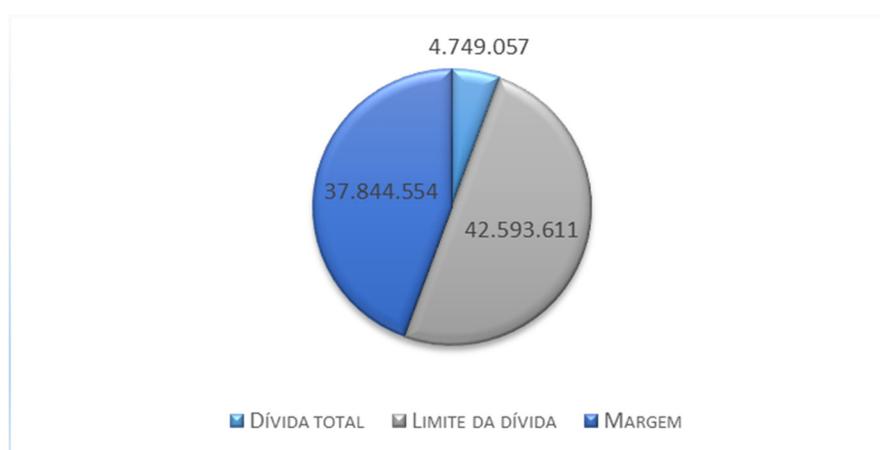
**Tabela 23 | Apuramento da dívida total**

Unidade:€	
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO	2020
1. Passivo não corrente (total)	21.560.511
2. Passivo não corrente   Provisões	4.349.535
3. Passivo não corrente   Diferimentos	12.407.043
4. Passivo corrente (total)	3.169.764
5. Passivo corrente   Diferimentos	9.500
6. Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	-
7. Saldo final de operações de tesouraria	76.349
8. Fundo de Apoio Municipal	-
9. Empréstimos bancários excluídos do cálculo	3.138.791
<b>10. DÍVIDA TOTAL (1-2-3+4-5-6-7-8-9)</b>	<b>4.749.057</b>
<b>11. Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)</b>	<b>42.593.611</b>
<b>MARGEM (11-10)</b>	<b>37.844.554</b>

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos

resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total. Para o efeito, no corrente ano através da Instrução n. 1/2019 de 6 de março, o Tribunal de Contas apresenta o modelo 14 que estabelece a forma de efetuar o apuramento da dívida total e que consiste essencialmente no somatório do passivo corrente com o não corrente, menos os valores referentes às provisões, diferimentos, operações de tesouraria e empréstimos excecionados. Assim e de acordo com essa fórmula foi elaborada a tabela n.º 23, em que concluímos que a dívida total do Município de Tavira em 2020 é de €4.749.057, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma margem de €37.844.554, conforme se pode ver na figura 32.

Figura 32 | Limite da dívida total



No entanto, para este cálculo não conta apenas o montante da dívida da autarquia, uma vez que inclui também em determinadas situações a dívida de outras entidades, tais como:

- As empresas municipais, “TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM” e “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação”, que caso se encontrem desequilibradas tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que estas apresentam as suas contas equilibradas no final do corrente ano, não relevando para a dívida do município;
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas “Águas do Algarve, SA.”; “POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, SA”; “ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA.”. À data da

elaboração deste relatório ainda não tínhamos conhecimento das contas destas empresas, no entanto, até à data estas não têm apresentado resultados negativos;

- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à “ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL” e à “CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio”, esta última com uma participação muito residual, não sendo conhecidas as contas destas, neste momento, estas não costumam ser muito relevantes;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. Como é o caso da “CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve” e da “APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico” que relevam €2.834,37 e €16,05, respetivamente;
- E, as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º o controlo ou presunção de controlo, como é o caso da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira”, que passou a ser controlado pelo Município de Tavira após a alteração dos seus estatutos, publicados em 5 de novembro de 2019, cujo passivo é de apenas €36.385,12.

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2020, que considerando todos os dados conhecidos a esta data é de €4.788.293. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite.

Caso a autarquia por algum motivo vier a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderia aumentar em cerca de 7,5 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2020.

## 5. CONTABILIDADE DE GESTÃO

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deve divulgar os custos diretos e indiretos associados a cada bem, serviço ou atividade, conforme o disposto no parágrafo 34 da norma de contabilidade pública 27 do SNCAP.

O Município de Tavira implementou a contabilidade de custos, em 2011 de acordo com o estipulado no ponto 2.8.3 do POCAL (Plano oficial de contabilidade das autarquias locais), estando a sua utilização limitada ao programa de contabilidade utilizado.

A contabilidade de gestão, tem como finalidade o tratamento contabilístico do custo corresponder à reclassificação dos gastos por cada função, atividade, objetivos ou outra finalidade de interesse.

Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obrigava à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2) e apesar de o SNC-AP prever outros tipos de custeio, manteve-se a utilização deste tipo de custeio, sendo por isso todos os dados apresentados comparáveis com o anterior normativo.

No apuramento dos custos por função no período de 2019 e 2020, foram utilizados os seguintes critérios: as despesas de funcionamento do Município, nomeadamente dos órgãos da autarquia e das diversas divisões foram imputadas à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as atividades desenvolvidas pelo Município foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa; as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços quando se tratem de funcionários operacionais sendo que os restantes (a maioria) está afeta à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as transferências para as freguesias consideraram-se na subfunção “*Transferência entre administrações*”.

Assim, a tabela 24, demonstra os custos por cada função, verificando-se um aumento dos custos totais de 2020 em 6,09% (€2.014.844), face ao ano anterior. Motivado principalmente pelo aumento das “*Outras funções*” que apresentaram uma variação positiva de 25,84% (€648.560), estas englobam custos que não reúnem uma natureza que possa ser enquadrada nas funções gerais, sociais ou económicas. Realça-se que em termos absolutos as “*Funções sociais*” também apresentaram um aumento significativo de €414.818, por força dos custos suportados com a pandemia e que estão

refletidos na subfunção “Ação social”.

Assim, no corrente ano, os principais custos do Município residem na função “331 Transportes rodoviários”, com 37,67% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização), e na “246 Proteção e meio ambiente” com 16,50%.

Tabela 24 | Custos por função

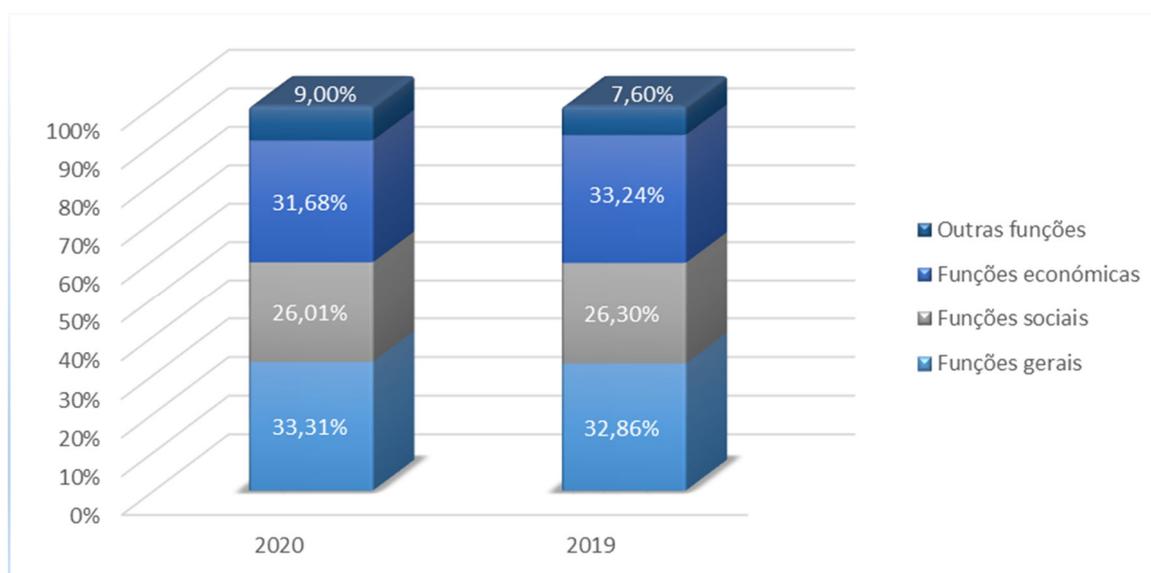
Unidade: €

FUNÇÕES	2020		2019		VARIÇÃO 2019-2020		
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%	
<b>1</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>11.688.213</b>	<b>33,30%</b>	<b>10.861.936</b>	<b>32,83%</b>	<b>826.276</b>	<b>7,61%</b>
1.1.1	Administração geral	11.239.176	32,02%	10.321.034	31,19%	918.142	8,90%
1.2.0	Segurança e ordem públicas	-	-	5.805	0,02%	(5.805)	(100,00%)
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	449.037	1,28%	535.098	1,62%	(86.061)	(16,08%)
<b>2</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>9.126.463</b>	<b>26,00%</b>	<b>8.711.645</b>	<b>26,33%</b>	<b>414.818</b>	<b>4,76%</b>
2.1.0	Educação	-	-	22.185	0,07%	(22.185)	(100,00%)
2.1.1	Ensino não superior	954.088	2,72%	1.237.577	3,74%	(283.490)	(22,91%)
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	289.523	0,82%	312.893	0,95%	(23.370)	(7,47%)
2.3.2	Ação social	847.035	2,41%	152.896	0,46%	694.139	454,00%
2.4.1	Habituação	557.262	1,59%	345.560	1,04%	211.702	61,26%
2.4.2	Ordenamento do território	67.694	0,19%	40.443	0,12%	27.251	67,38%
2.4.3	Saneamento	62.782	0,18%	122.663	0,37%	(59.882)	(48,82%)
2.4.4	Abastecimento de água	212.608	0,61%	247.001	0,75%	(34.393)	(13,92%)
2.4.5	Resíduos sólidos	9.007	0,03%	6.749	0,02%	2.258	33,45%
2.4.6	Proteção do meio ambiente	4.367.701	12,44%	3.890.673	11,76%	477.028	12,26%
2.5.1	Cultura	1.217.371	3,47%	1.699.241	5,14%	(481.870)	(28,36%)
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	498.892	1,42%	613.234	1,85%	(114.342)	(18,65%)
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	42.500	0,12%	20.529	0,06%	21.971	107,02%
<b>3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>11.130.774</b>	<b>31,71%</b>	<b>11.005.584</b>	<b>33,26%</b>	<b>125.190</b>	<b>1,14%</b>
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.350	0,02%	6.695	0,02%	(1.345)	(20,09%)
3.2.0	Indústria e energia	901.187	2,57%	732.539	2,21%	168.648	23,02%
3.3.0	Transportes e comunicações	5.252	0,01%	6.613	0,02%	(1.361)	(20,59%)
3.3.1	Transportes rodoviários	9.975.235	28,42%	10.026.180	30,30%	(50.946)	(0,51%)
3.3.2	Transportes aéreos	2.385	0,01%	4.540	0,01%	(2.155)	(47,46%)
3.3.3	Transportes fluviais	12.236	0,03%	23.408	0,07%	(11.172)	(47,73%)
3.4.1	Mercados e feiras	219.068	0,62%	187.597	0,57%	31.471	16,78%
3.5.0	Mercados e feiras	10.062	0,03%	18.013	0,05%	(7.950)	(44,14%)
<b>4</b>	<b>Outras funções</b>	<b>3.158.415</b>	<b>9,00%</b>	<b>2.509.855</b>	<b>7,59%</b>	<b>648.560</b>	<b>25,84%</b>
4.1.0	Operações da dívida autárquica	55.592	0,16%	50.233	0,15%	5.360	10,67%
4.2.0	Transferência entre administrações	901.851	2,57%	890.296	2,69%	11.555	1,30%
4.3.0	Diversas não especificadas	2.200.971	6,27%	1.569.326	4,74%	631.646	40,25%
<b>TOTAL</b>		<b>35.103.864</b>	<b>100%</b>	<b>33.089.021</b>	<b>100%</b>	<b>2.014.844</b>	<b>6,09%</b>

Em termos de distribuição dos custos por funções, nos anos 2019 e 2020, não temos grandes alterações conforme ilustrado na figura 33, as “Funções gerais” a principal, com uma representação de 33,31% da despesa global que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira,

nomeadamente, as despesas com pessoal não operacional e as inerentes ao funcionamento dos serviços, seguida das “*Funções económicas*” com 31,68%, onde se incluem as áreas de intervenção em serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações seguida das “*Funções sociais*” com 34,48%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura e das “*Funções gerais*” que diminuíram em detrimento das referidas anteriormente, passando a representar apenas 11,59%.

Figura 33 | Distribuição dos custos por funções



Considerando que a contabilidade de gestão pressupõe uma análise por tipo de atividades, bens ou serviços, nas figuras seguintes são apresentados os custos das principais atividades e bens da autarquia.

Assim na figura 34, é demonstrada a distribuição dos custos de 4 tipos de atividades, onde se verifica que os custos com a atividade “*Educação*” é a maior tendo aumentado inclusive a sua representação para 48%, em virtude do decréscimo dos “*Eventos culturais*” que diminuiu o seu peso para 20%. Esclarece-se que os custos com estas atividades incluem as depreciações dos bens afetos a cada.

No que concerne à atividade educação, podemos observar na figura 35 que apesar desta ter aumentado o seu peso. conforme ilustrado na figura anterior, os custos com esta atividade diminuíram de forma generalizada em virtude do fecho dos diversos estabelecimentos escolares no decorrer do ano 2020, tendo por isso diminuído os gastos de funcionamento com estes.

Figura 34 | Distribuição dos custos por tipo de atividade

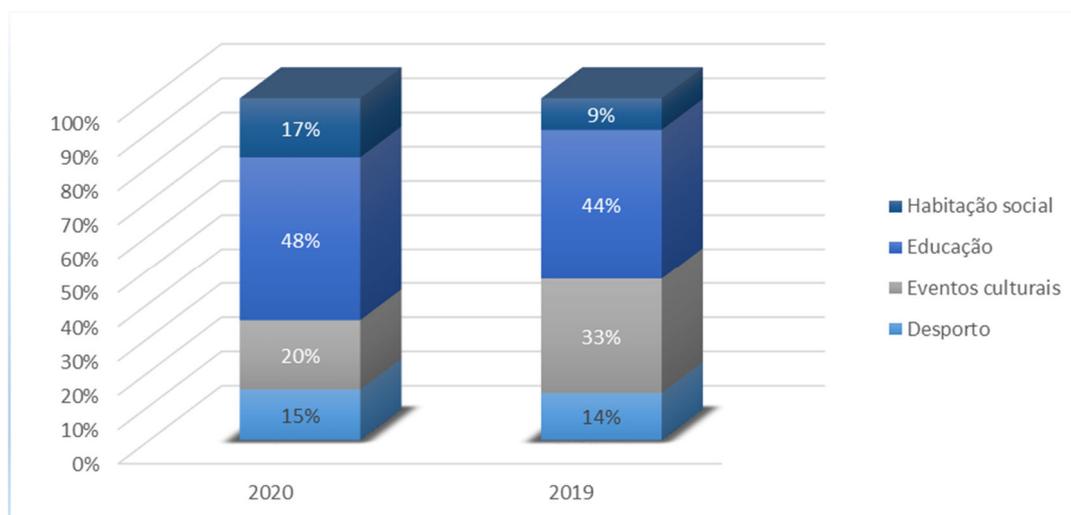
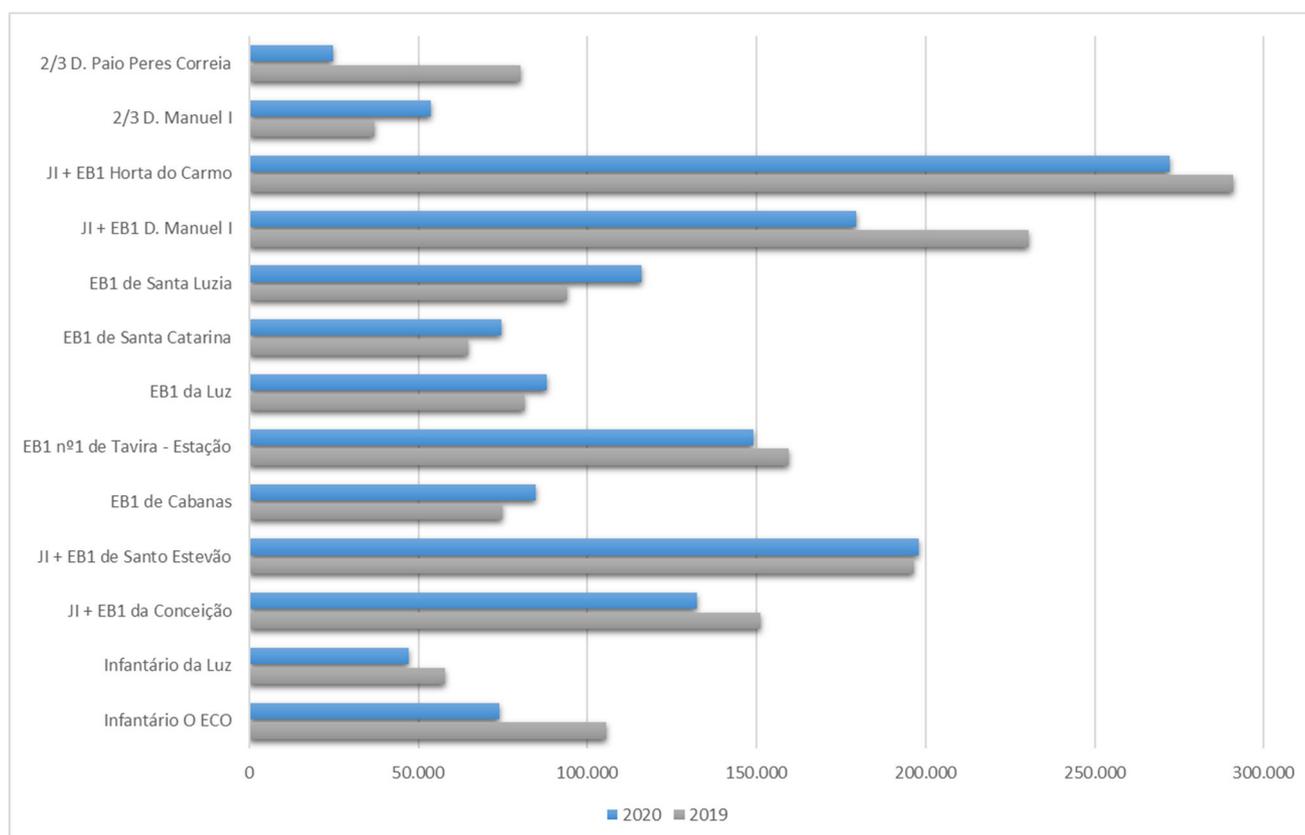


Figura 35 | Custos com a educação por estabelecimento



Quanto aos eventos culturais, que apresentaram a maior quebra destas 4 atividades que estamos a analisar, podemos constatar pelas figuras seguintes (36 e 37) que com a exceção das exposições de arte, todos os eventos registaram quebras, dado que por força da pandemia foi necessário adaptar e mesmo cancelar alguns dos eventos culturais que normalmente ocorrem no concelho de Tavira.

Destacando-se claramente, dada a sua envergadura, em anos anteriores, a Feira da Dieta Mediterrânica que não se realizou no corrente ano, o que importou numa quebra de sensivelmente 350 mil euros.

Figura 36 | Custos com principais eventos

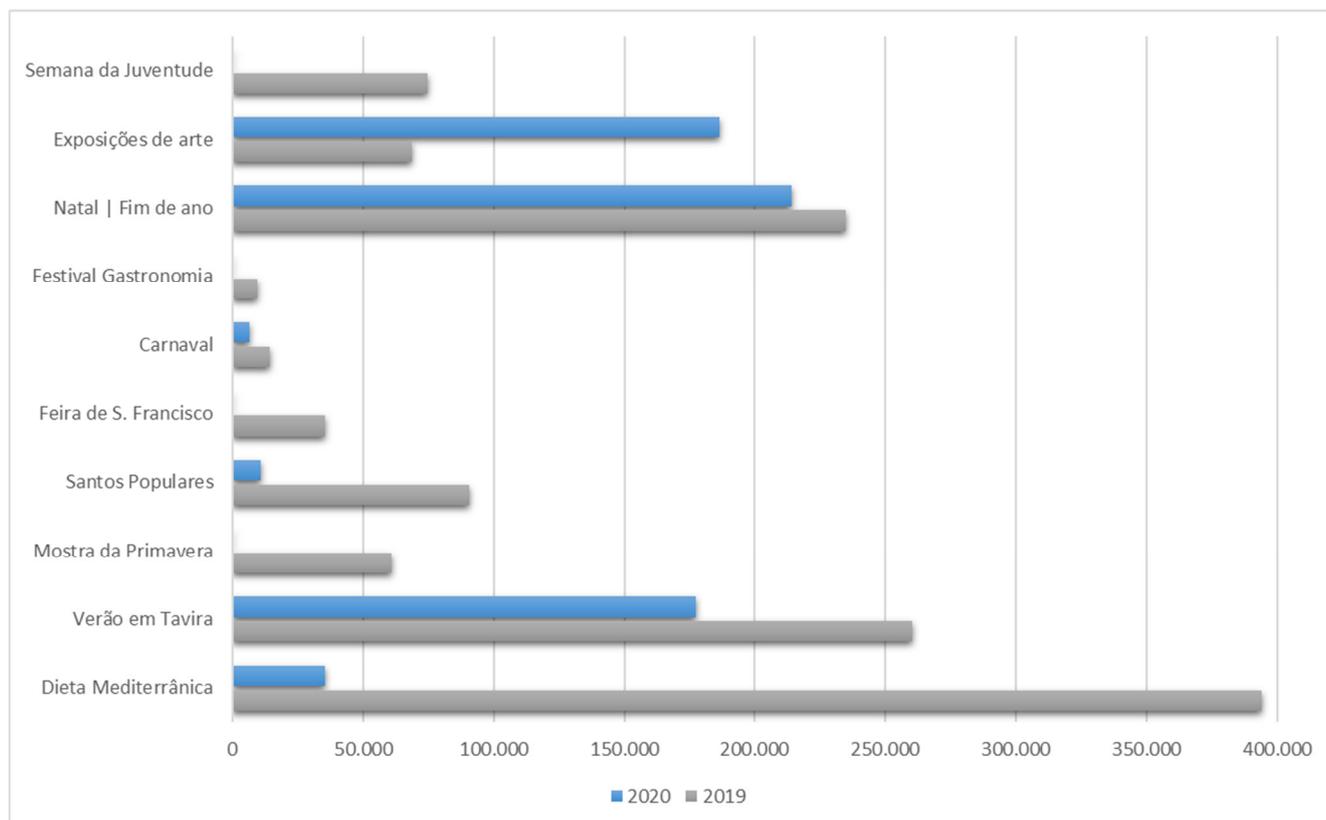


Figura 37 | Variação dos custos com os principais eventos - 2019/2020

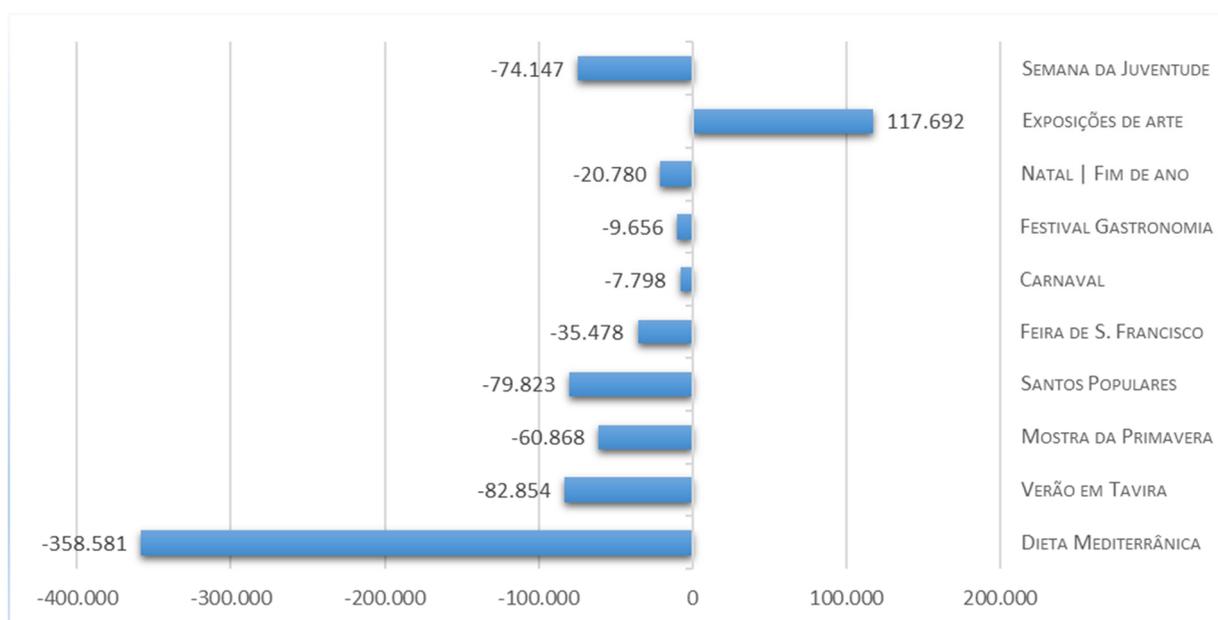


Figura 38 | Custos com infraestruturas desportivas

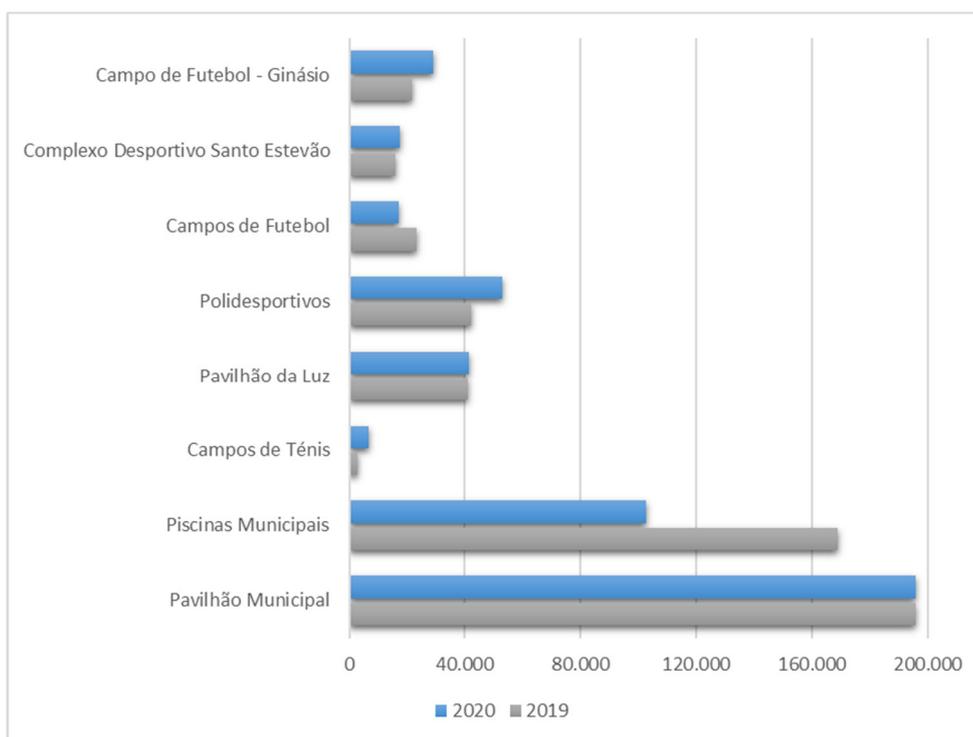
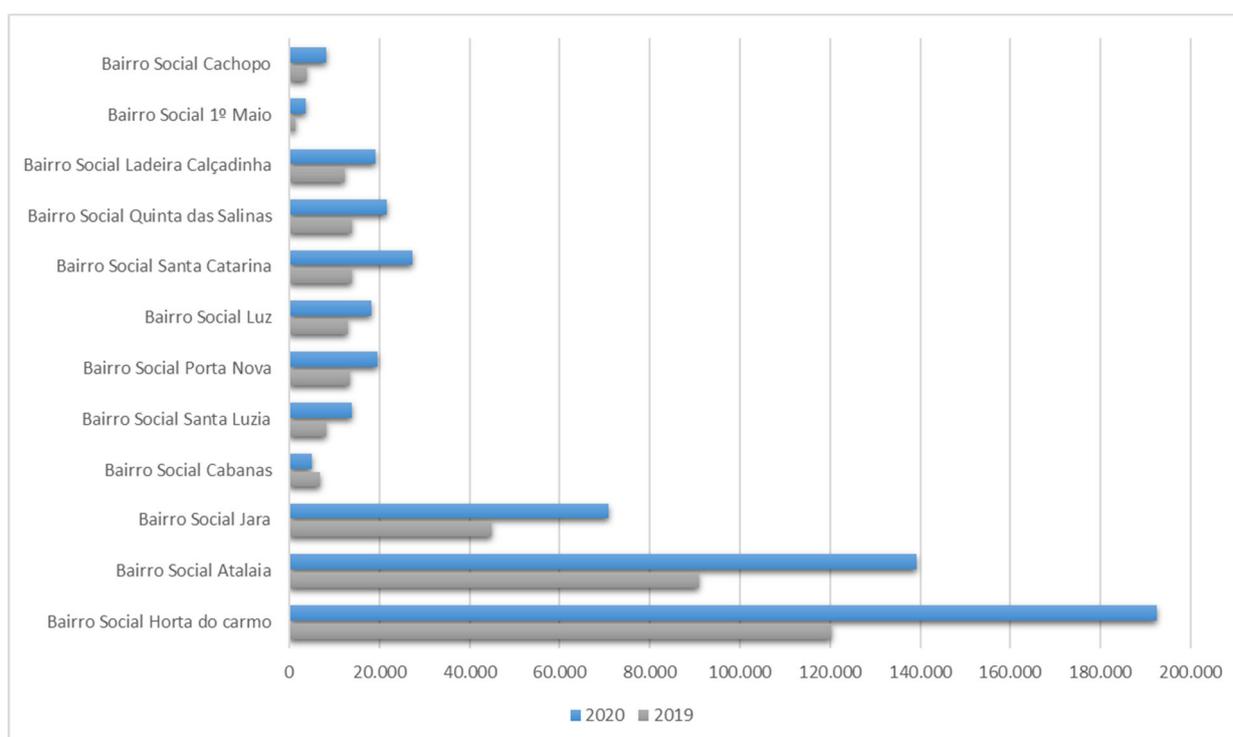


Figura 39 | Custos com a habitação social



Na figura 38, temos os custos com as infraestruturas desportivas, não sendo visível quebras com exceção das “Piscinas Municipais”, que face à sua natureza tem associados custos elevados de funcionamento (desde o gás, eletricidade, água, etc) que não ocorreram em 2020 uma vez que as

Piscinas foram alvo de reabilitação e não puderam ser abertas para o normal funcionamento devido ao surgimento do COVID.

Os custos com a habitação social, aumentaram generalizadamente em todos os bairros no corrente ano, conforme ilustrado na figura anterior (39), dado que têm vindo a ser efetuadas várias intervenções e reparações.

## COVID-19

A Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, declarou a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional do surto de novo coronavírus SARS-CoV -2 e que, em 11 de março de 2020, classificou a COVID-19 como uma pandemia internacional;

Por Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, foi declarado o estado de emergência autorizado por Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, com a duração de 15 dias, nos termos da lei, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, no sentido de habilitar o Governo à tomada de medidas para conter a proliferação de contágio de COVID-19, tendo o governo estabelecido medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março e ainda o Decreto-Lei n.º 2-A/2020 de 20 de março, e respetivas alterações, tornando-se prioridade do Governo prevenir a doença, conter a pandemia, salvar vidas e assegurar que as cadeias de abastecimento fundamentais de bens e serviços essenciais continuassem a ser asseguradas.

Nesta sequência, o executivo municipal também teve de tomar várias medidas no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores e da população, designadamente através do plano de contingência para os serviços da câmara municipal, da adoção do teletrabalho, encerramento dos equipamentos municipais, desde parques infantis, desportivos, mercados, biblioteca e museus, de entre outros.

Como sabemos, todas as restrições e medidas foram avançando e recuando conforme a evolução da situação epidemiológica, o que acarretou elevados custos para a economia e principalmente para as famílias que viram a sua fonte de rendimento desaparecer o que necessitou de uma forte resposta a nível local, quer através da disponibilização de meios humanos e logísticos para o combate à doença e de contenção à proliferação desta, quer ao nível de apoio junto da população mais carenciada em virtude da quebra de rendimentos.

Assim, no decorrer do ano 2020, o Município teve que suportar diversas despesas que atingiram cerca de 1,2 milhões de euros, tendo um impacto de 4% no total das despesas do município.

Na figura 40, estão elencadas as despesas pagas no âmbito do COVID-19 por tipo. Estas tiveram relação direta com o COVID, ou seja, caso não tivesse ocorrido esta epidemia estas despesas não tinham ocorrido.

Em primeiro lugar, surgem os “Apoios correntes” com €338.229, seguida da “Aquisição de outros bens e serviços (saúde)” com €197.482 e das “Máscaras e luvas” no montante de €160.848.

Figura 40 | Despesas no âmbito do COVID-19



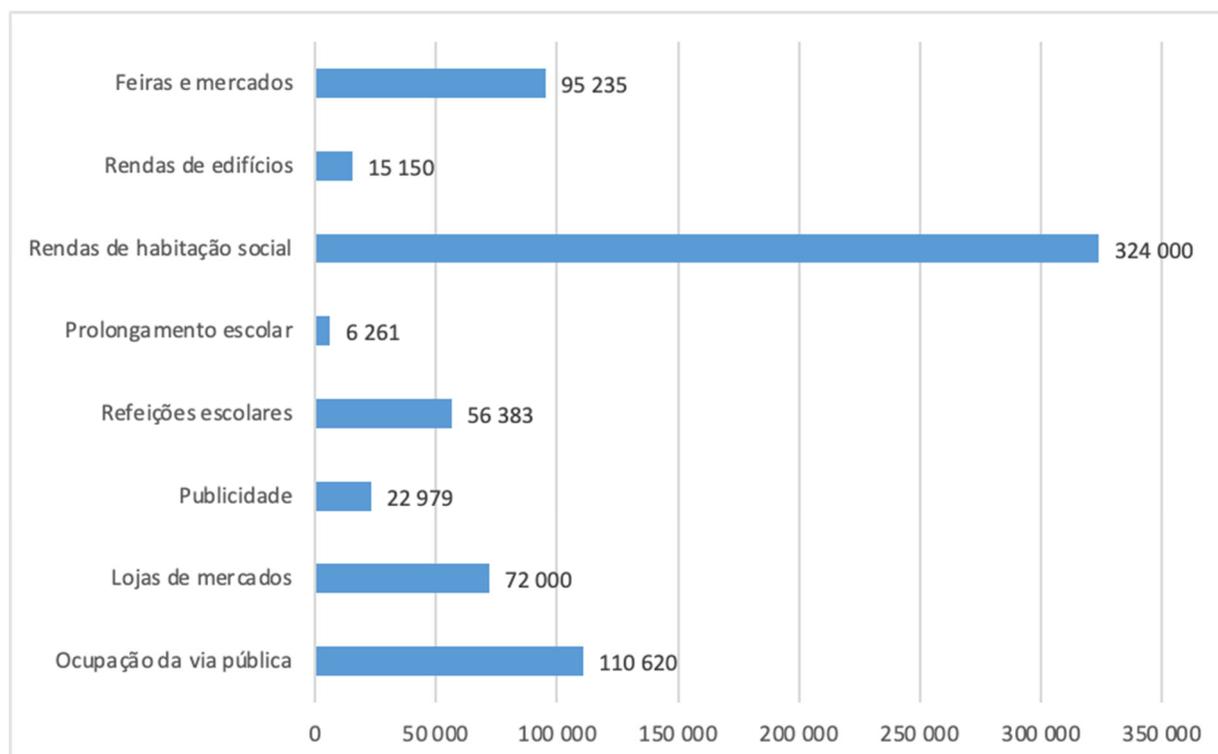
Para além das despesas a epidemia também afetou as receitas da autarquia, tendo o executivo municipal implementado medidas com vista a apoiar a população afetada, nomeadamente o tecido empresarial, tais como:

- A isenção das taxas de ocupação de espaço público e publicidade, cobradas no âmbito do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade de Tavira desde abril;
- A isenção integral do pagamento de rendas a todos os estabelecimentos comerciais em espaços municipais, que sejam propriedade da câmara desde abril;
- A isenção dos valores relativos ao pagamento do serviço de apoio à família (refeições e prolongamentos de horário) quanto ao ensino pré-escolar, assim como o suporte das refeições escolares, no 1.º ciclo do ensino básico, relativamente aos encarregados de educação das crianças que frequentam estabelecimentos da rede pública;
- A suspensão do pagamento de rendas quanto aos/às moradores/as em habitação municipal, enquanto contributo à sua sustentabilidade financeira, perante a particular situação de fragilidade social evidenciada, desde abril;

Estas medidas implicaram uma quebra de receita na ordem (estimada) dos 700 mil euros, sendo o impacto das “Rendas de habitação social” a receita com maior impacto, seguida da estimativa de

receita com a “Ocupação de via pública” com €110.620 e das “Feiras e mercados” com €95.235.

Figura 41 | Quebra estimada da receita – COVID-19



Assim, no computo geral pode-se dizer que a epidemia teve um impacto direto nas contas da autarquia na ordem dos 2 milhões de euros. No entanto, estas não tiveram esse reflexo nas contas finais, tal como pode ser confirmado nos capítulos anteriores, porque ao nível de despesa também houve redução de outros custos, nomeadamente de eventos culturais e despesas normais de funcionamento.

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## 1. BALANÇO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	SNC-AP	Normativo anterior
		31-12-2020	31-12-2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	180.276.317,69	192.784.440,58
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	2, 3	889.217,12	822.327,69
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras	2, 9, 18	5.443.505,62	3.747.973,93
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	2	-	-
Outras contas a receber		303.910,14	-
		<b>186.912.950,57</b>	<b>197.354.742,20</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	2, 10	453.907,64	455.747,15
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.000,02	2.000,02
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		7.902,00	7.902,00
Clientes, contribuintes e utentes	9	143.571,35	234.246,83
Estado e outros entes públicos		39.939,19	30.984,06
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber	23	9.021.044,46	8.876.707,05
Diferimentos		84.050,50	72.917,33
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos	1	20.689.704,66	21.386.856,02
		<b>30.442.119,82</b>	<b>31.067.360,46</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>217.355.070,39</b>	<b>228.422.102,66</b>

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	SNC-AP	Normativo anterior
		31-12-2020	31-12-2019
<b>PATRIMÓNIO LIQUIDO</b>			
Património/Capital	2	211.991.063,96	211.991.063,96
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		2.729.470,72	2.729.470,72
Resultados transitados		(28.994.204,56)	(17.662.698,36)
Ajustamentos em ativos financeiros	18	2.717.781,59	-
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no Património Líquido		12.037.721,00	11.776.105,09
Resultado líquido do período		(7.857.036,97)	(4.382.506,82)
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO</b>		<b>192.624.795,74</b>	<b>204.451.434,59</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	4.349.534,99	4.518.134,96
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	4.610.088,90	5.394.951,84
Fornecedores de investimentos	23	178.070,41	196.027,09
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Diferimentos	2, 23	12.407.042,90	10.761.587,30
Passivos por impostos diferidos		-	-
Fornecedores		-	-
Outras contas a pagar	23	15.773,79	15.773,79
		<b>21.560.510,99</b>	<b>20.886.474,98</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		9.303,04	3.431,58
Fornecedores	23	628.096,46	495.351,49
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		61.413,92	60.621,40
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	991.228,55	1.215.787,82
Fornecedores de investimentos	23	68.971,11	214.621,72
Outras contas a pagar	23	1.401.250,58	1.084.879,08
Diferimentos	2	9.500,00	9.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		<b>3.169.763,66</b>	<b>3.084.193,09</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>24.730.274,65</b>	<b>23.970.668,07</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>217.355.070,39</b>	<b>228.422.102,66</b>

## 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	Normativo anterior
		31-12-2020	31-12-2019
Impostos, contribuições e taxas	14	16.064.679,02	16.961.068,50
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões	13	397.849,73	1.083.588,18
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.		752.029,04	291.132,80
Transferências e subsídios correntes obtidos		7.341.899,09	7.742.339,62
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(380.379,96)	(448.360,43)
Fornecimentos e serviços externos	23	(5.491.921,10)	(5.991.940,31)
Gastos com pessoal	23	(9.269.479,11)	(9.263.764,88)
Transferências e subsídios concedidos	23	(6.724.065,79)	(5.269.298,85)
Prestações sociais		-	-
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		152.421,59	11.434,72
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		17.702,02	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		2.258.069,03	2.555.698,97
Outros gastos		(1.000.725,91)	(463.124,95)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>4.118.077,65</b>	<b>7.208.773,37</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(12.084.399,13)	(11.524.693,68)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>(7.966.321,48)</b>	<b>(4.315.920,31)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		155.931,22	21.260,10
Juros e gastos similares suportados		(46.646,71)	(87.846,61)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(7.857.036,97)</b>	<b>(4.382.506,82)</b>
Imposto sobre o rendimento		-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(7.857.036,97)</b>	<b>(4.382.506,82)</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		<b>(7.857.036,97)</b>	<b>(4.382.506,82)</b>

### 3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO SUBSCRITO	OUTROS INST. DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DECOR. DA TRANSF. ATIVOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAM. EM ATIVOS FINANC.	EXCEDENTES DE REVALOR.	OUTRAS VARIÁÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	(1)	211.991.063,96	-	-	-	2.729.470,72	(17.662.698,36)	-	-	11.776.105,09	(4.382.506,82)	204.451.434,59	-	204.451.434,59
<b>Alterações no período</b>														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	(6.948.999,38)	-	-	(71.592,23)	-	(7.020.591,61)	-	(7.020.591,61)
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	333.208,14	-	333.208,14	-	333.208,14
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	(4.382.507,00)	-	-	-	-	4.382.506,82	-	-
	(2)	-	-	-	-	-	(11.331.506,38)	-	-	261.615,91	-	4.382.506,82	(6.687.383,47)	(6.687.383,47)
Resultado Líquido do Período	(3)											(7.857.036,97)	(7.857.036,97)	(7.857.036,97)
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)											(3.474.530,15)	(14.544.420,44)	(14.544.420,44)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	211.991.063,96	-	-	-	2.729.470,72	(28.994.204,74)	2.717.781,59	-	12.037.721,00	(7.857.036,97)	192.624.795,74	-	192.624.795,74

## 4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Fluxos de caixas das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		348.084,93	-
Recebimentos de contribuintes		15.552.993,74	-
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7.338.180,68	-
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(5.935.585,49)	-
Pagamentos a o pessoal		(5.504.369,67)	-
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(6.587.258,09)	-
Pagamentos de prestações sociais		(2.748.576,75)	-
Caixa gerada pelas operações		2.463.469,35	-
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		360.222,11	-
Outros pagamentos		(1.133.032,63)	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1.690.658,83	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(6.890.892,57)	-
Ativos intangíveis		(56.347,41)	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		(44.245,75)	-
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		2.014.538,88	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		2.159.102,20	-
Juros e rendimentos similares		839,05	-
Dividendos		1.685.092,17	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(1.131.913,43)	-

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		599,05	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(1.211.016,72)	-
Juros e gastos similares		(45.479,09)	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(1.255.896,76)	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>(697.151,36)</b>	-
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>21.386.856,02</b>	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>20.689.704,66</b>	-
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>21.386.856,02</b>	-
-Equivalentes a caixa no início do período		(825.253,55)	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		825.253,55	-
-Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		21.386.856,02	-
De execução orçamental		21.255.558,78	-
De operações de tesouraria		131.297,24	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>20.689.704,66</b>	-
-Equivalentes a caixa no fim do período		(1.280.400,41)	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		1.280.400,41	-
-Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		20.689.704,66	-
De execução orçamental		20.613.356,15	-
De operações de tesouraria		76.348,51	-

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este documento contém as notas explicativas exigidas pelas Normas de Contabilidade Pública que compõem o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

### 1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O Município de Tavira, é uma autarquia local, contribuinte n.º 501 067 191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O período de relato corresponde ao ano económico de 2020, e foi aplicado o seguinte referencial contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178;

O Município apresenta pela primeira vez, no exercício de 2020, as demonstrações financeiras no novo normativo. Considerando que no normativo anterior não existia a demonstração de alterações do património líquido nem demonstração de fluxos de caixa, não foi possível apresentar os referidos mapas com o comparativo ao ano anterior.

No quadro seguinte temos desagregados os valores das disponibilidades da autarquia por tipo de conta (caixa e depósitos à ordem). Os depósitos consignados dizem respeito a contas à ordem onde são depositados os valores a entregar a outras entidades (operações de tesouraria) e os depósitos afetos a candidaturas.

#### Q. 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

CONTA	EUROS
Caixa	1.531,17
Depósitos à ordem	19.407.773,08
Depósitos à ordem no tesouro	-
Depósitos bancários à ordem	19.407.773,08
Depósitos a prazo	-
Depósitos consignados	1.280.400,41
Depósitos de garantias e cauções	-
<b>TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS</b>	<b>20.689.704,66</b>

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilística e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas o Município adotou as bases de preparação das demonstrações financeiras constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no diário de 1.ª série n.º 178.

Assim, as políticas contabilísticas adotadas foram as referidas a seguir.

### Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em 2002, os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo na elaboração do Balanço inicial (POCAL).

Os bens do ativo fixo tangível e intangível foi valorizado ao custo de aquisição e ou da produção, na elaboração do Balanço inicial (POCAL). Existiam, no entanto, alguns bens móveis, que devido à sua antiguidade e semelhanças entre si, não foi possível a sua valorização a custo de aquisição.

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Este processo originou reclassificações de bens entre equipamento básico, administrativo e outros, no âmbito dos ativos fixos tangíveis, não originando impacto na categoria - Ativos Fixos Tangíveis.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

### Ativos intangíveis

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Ocorreu a reclassificação de bens em ativos fixos intangíveis, que no anterior normativo, eram reconhecidos como ativos tangíveis (imobilizado corpóreo), como é o caso em concreto dos programas de computador e sistemas de informação – softwares.

As amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado,

considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

### **Participações financeiras**

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais o Município tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “Participações financeiras em equivalência patrimonial”.

As participações financeiras existentes estão mensuradas pelo seu custo uma vez que o Município tem participações inferiores a 20%, exceto para as empresas TaviraVerde e EMPET que são registadas pelo Método de equivalência patrimonial (MEP).

A mensuração subsequente pelo MEP prevê que o valor contabilístico do investimento seja subsequentemente ajustado para refletir:

- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos resultados da investida (com as variações a serem refletidas nos resultados do período);
- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos ativos líquidos da investida (com as variações a serem reconhecidas no capital próprio);
- As distribuições de dividendos (as quais reduzem o valor contabilístico do investimento).

### **Clientes, contribuintes e utentes e Outros devedores**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

O montante acumulado de imparidades para cobertura das dívidas em situação de cobrança duvidosa apurado para dívidas superiores a 12 meses.

## **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

## **Devedores e Credores por acréscimos e Diferimentos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Na rubrica de Diferimentos no passivo destacamos as Transferências e subsídios correntes/capital obtidos, os valores são relativos a subsídios ao investimento relacionados com obras que de acordo com a nota de enquadramento ao plano de contas do SNC-AP estão condicionados à execução de determinada obra e que poderão ser devolvidos, caso os mesmos não sejam total ou parcialmente executados nas condições previamente estabelecidas. Após a sua conclusão os mesmos são transferidos para respetiva rubrica de Património e depreciado de acordo com a vida útil do bem que lhe está associado

## **Património**

O património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos de passivos, com referência à data do relato financeiro.

A rubrica de outras variações do capital próprio inclui todas as variações e valores relacionados com transferências e subsídios (não reembolsáveis) de capital. Assim os subsídios são amortizados de acordo com o período de vida útil ao qual estão associados dando cumprimento ao disposto no CC2.

## **Financiamentos obtidos**

O reconhecimento do passivo do capital em dívida dos empréstimos é registado de acordo com o nível de maturidade da mesma, sendo considerado passivo de médio e longo prazo quando a exigibilidade é superior a um ano e de curto prazo para valores exigíveis até um ano.

### 3. Ativos intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis correspondem a programas informáticos e a projetos de desenvolvimento.

A quantia escriturada no início do período apresentada nos quadros 3.1 e 3.2, não corresponde aos valores do balanço no normativo anterior, porque estes já se encontram ajustados ao novo normativo, sendo que a diferença resulta da reclassificação dos “Programas de computador e sistemas de informação” no montante de €38.284,58 (no normativo anterior eram considerados imobilizado corpóreo).

Registou-se um ligeiro aumento dos ativos intangíveis no corrente ano, por força da aquisição de programas informáticos que superaram a diminuição das amortizações anuais, conforme pode ser verificado nos quadros seguintes.

#### Q3.1. AI - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	-	-	200.077,83	200.077,83	-	-	200.077,83
Programas de computador e sistemas de informação	529.457,72	491.173,14	-	38.284,58	586.258,69	519.369,26	-	66.889,43
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	622.249,86	-	-	622.249,86	622.249,86	-	-	622.249,86
	<b>1.351.785,41</b>	<b>491.173,14</b>	-	<b>860.612,27</b>	<b>1.408.586,38</b>	<b>519.369,26</b>	-	<b>889.217,12</b>

### Q3.2. AI - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIÁÇÕES									QUANTIA ESCRIT. FINAL
		ADIÇÕES	TRSF. INTERNA	REVALORIZAÇÃO	REVERSÕES PERDA IMP.	PERDAS IMPARIDADE	AMORT. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	(10) = Σ (1) a (9)	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.077,83
Programas de computador e sistemas de informação	38.284,58	56.800,97	-	-	-	-	(28.196,12)	-	-	-	66.889,43
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	622.249,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	622.249,86
<b>TOTAL</b>	<b>860.612,27</b>	<b>56.800,97</b>	-	-	-	-	<b>(28.196,12)</b>	-	-	-	<b>889.217,12</b>

### Q3.2.A. AI - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADIÇÕES										TOTAL
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. TROCA	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FIN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	(10) = Σ (1) a (9)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	56.800,97	-	-	-	-	-	-	-	-	56.800,97
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>56.800,97</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>56.800,97</b>

Não se verificaram diminuições nem revalorizações no corrente ano.

#### 4 Contratos concessão (concedente)

No corrente ano não foram celebrados quaisquer acordos de concessão de serviços na ótica do concedente.

## 5. Ativos fixos tangíveis (AFT)

Os ativos fixos tangíveis são bens com sustância física que o Município detém para fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, tais como edifícios de serviços e equipamentos básico, administrativo e de transporte. Bem como os bens de domínio público onde se incluem as diversas infraestruturas do concelho, nomeadamente as estradas, pontes, arruamentos e parques.

A quantia escriturada no início do período apresentada nos quadros 5.1 e 5.2, não corresponde aos valores do balanço no normativo anterior, porque estes já se encontram ajustados ao novo normativo, o que importou em cerca de 7 milhões de euros.

No ano 2020, o valor dos ativos fixos tangíveis atingiu em termos brutos cerca de 339 milhões de euros com 159 milhões de euros de amortizações acumuladas o que dá um ativo escriturado (líquido) a rondar os 180 milhões de euros.

### Q5.1. AFT - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	46.721.807,67	-	-	46.721.807,67	46.746.807,67	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	2.583.370,09	1.749.818,46	-	833.551,63	2.583.370,09	1.896.924,90	-	686.445,19
Infraestruturas	136.743.190,72	106.142.541,25	-	30.600.649,47	139.072.122,63	115.905.218,14	-	23.166.904,49
Património histórico, artístico e cultural	414.274,62	-	-	414.274,62	416.374,62	-	-	416.374,62
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	27.648.258,14	174,16	-	27.648.083,98	27.698.651,85	325,60	-	27.698.326,25
Edifícios e outras construções	64.193.832,53	24.763.918,05	-	39.429.914,48	64.786.221,86	26.392.858,34	-	38.393.363,52
Equipamento básico	5.070.218,17	4.470.744,40	-	599.473,77	5.302.541,07	4.716.194,30	-	586.346,77
Equipamento de transporte	5.704.994,09	4.699.661,48	-	1.005.332,61	5.892.843,28	4.755.373,67	-	1.137.469,61
Equipamento administrativo	2.696.313,54	2.454.383,86	-	241.929,68	2.783.342,60	2.478.948,68	-	304.393,92
Outros	2.874.477,98	2.556.205,57	-	318.272,41	2.922.374,92	2.647.133,23	-	275.241,69
Ativos fixos tangíveis em curso	37.913.456,49	-	-	37.913.456,49	40.864.643,96	-	-	40.864.643,96
<b>TOTAL</b>	<b>332.564.194,04</b>	<b>146.837.447,23</b>	<b>-</b>	<b>185.726.746,81</b>	<b>339.069.294,55</b>	<b>158.792.976,86</b>	<b>-</b>	<b>180.276.317,69</b>

## Q5.2. AFT - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIAÇÕES								QUANTIA ESCRIT. FINAL
		ADIÇÕES	TRANSF. INT. À ENTIDADE	REVALORIZ.	REVERSÕES DE PERDAS DE IMPARIIDADE	PERDAS POR IMPARIIDADE	DEPRECIA. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = Σ (1) a (9)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
Terrenos e recursos naturais	46.721.807,67	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	833.551,63	-	-	-	-	-	(147.106,44)	-	-	686.445,19
Infraestruturas	30.600.649,47	2.240.279,52	88.652,39	-	-	-	(9.762.676,89)	-	-	23.166.904,49
Património histórico, artístico e cultural	414.274,62	-	2.100,00	-	-	-	-	-	-	416.374,62
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	27.648.083,98	50.393,71	-	-	-	-	(151,44)	-	-	27.698.326,25
Edifícios e outras construções	39.429.914,48	161.724,04	430.665,29	-	-	-	(1.628.940,29)	-	-	38.393.363,52
Equipamento básico	599.473,77	247.505,98	-	-	-	-	(245.449,90)	-	(15.183,08)	586.346,77
Equipamento de transporte	1.005.332,61	353.518,77	-	-	-	-	(55.712,19)	-	(165.669,58)	1.137.469,61
Equipamento administrativo	241.929,68	199.308,06	-	-	-	-	(24.564,82)	-	(112.279,00)	304.393,92
Outros	317.089,99	49.996,94	(2.100,00)	-	-	-	(89.745,24)	-	-	275.241,69
Ativos fixos tangíveis em curso	37.913.456,49	5.925.778,35	(2.762.695,37)	-	-	-	-	-	(211.895,51)	40.864.643,96
<b>TOTAL</b>	<b>185.725.564,39</b>	<b>9.253.505,37</b>	<b>(2.243.377,69)</b>	-	-	-	<b>(11.954.347,21)</b>	-	<b>(505.027,17)</b>	<b>180.276.317,69</b>

## Q5.2.A. AFT - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADIÇÕES										TOTAL
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. OU TROCA	EXPROPR.	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FINAN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = Σ (1) a (10)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>											
Terrenos e recursos naturais	-	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000,00
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.240.279,52	2.240.279,52
<b>Ativos fixos em concessão</b>											
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.393,71	50.393,71
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	161.724,04	161.724,04
Equipamento básico	-	247.505,98	-	-	-	-	-	-	-	-	247.505,98
Equipamento de transporte	-	227.449,14	-	126.069,63	-	-	-	-	-	-	353.518,77
Equipamento administrativo	-	196.078,05	-	-	-	-	-	-	-	3.230,01	199.308,06
Outros	-	47.015,37	-	-	-	-	-	-	-	2.981,57	49.996,94
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.925.778,35	5.925.778,35
<b>TOTAL</b>	-	<b>743.048,54</b>	-	<b>126.069,63</b>	-	-	-	-	-	<b>8.384.387,20</b>	<b>9.253.505,37</b>

### Q5.2.B. AFT - desagregação das diminuições

Unidade: €

RÚBRICAS	DIMINUIÇÕES					TOTAL (6) = Σ (1) a (5)
	ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO	TRANSF. OU TROCA	DEVOL. OU REVERSÃO	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Equipamento básico	-	-	-	-	(15.183,08)	(15.183,08)
Equipamento de transporte	(154.447,40)	-	-	-	(11.222,18)	(165.669,58)
Equipamento administrativo	-	-	-	-	(112.279,00)	(112.279,00)
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	(211.895,51)	(211.895,51)
<b>TOTAL</b>	<b>(154.447,40)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(350.579,77)</b>	<b>(505.027,17)</b>

Em 2020, registou-se o abate de 6 viaturas que foram alienadas através de retoma na aquisição de novos equipamentos de transporte.

De referir que o ativo fixo tangível do Município contém as infraestruturas de rede de águas e saneamento e ETAR's no montante de cerca de 2,4 milhões de euros líquidos, que estão cedidas à empresa local TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM, que tem a competência para a sua utilização.

De referir ainda, que o inventário do Município de Tavira encontra-se praticamente registado e valorizado na sua totalidade, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de ser avaliado por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização da avaliação.

## 6. Locações

O Município de Tavira realizou no corrente ano um contrato de cessão da posição contratual de locatário do contrato de locação financeira imobiliária n.º 450010451, referente ao prédio sito na rua da Liberdade n.º 1 (Level UP).

### Q6.1 Locações financeiras - Locatário

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	QUANTIA ESCRIT. LIQUIDA	PAGAMENTOS EFETUADOS ACUMULADOS				FUTUROS PAGAMENTOS			
		PERÍODO		ACUMULADO		ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL
		CAPITAL	JURO	CAPITAL	JURO				
Contrato locação financeira - Edifício Level Up	201.574,82	13.650,75	5.836,23	13.650,75	5.836,23	25.982,64	129.913,20	63.478,30	219.374,14
	<b>201.574,82</b>	<b>13.650,75</b>	<b>5.836,23</b>	<b>13.650,75</b>	<b>5.836,23</b>	<b>25.982,64</b>	<b>129.913,20</b>	<b>63.478,30</b>	<b>219.374,14</b>

## 7. Custo de empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos que se encontram em vigor no ano 2020, são os que constam do quadro seguinte, e totalizam uma dívida a 31 de dezembro de 5,4 milhões de euros.

Os custos dos empréstimos obtidos são considerados como gastos do período.

### Q7.1. Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Unidade: €

ENTIDADE	DATA DO CONTRATO	DATA DE VISTO TC	PRAZO DO CONTRATO	CAPITAL		TAXA DE JURO		PAGAMENTOS DE ANOS ANTERIORES			PAGAMENTOS DO ANO			ENCARGOS VENCIDOS E NÃO PAGOS	SALDO EM 1 DE JANEIRO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO
				CONTRATADO	UTILIZADO	INICIAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL			
Financiamento de Investimentos de 2003	21-05-2003	10-07-2003	240	706.555,00	706.555,00	2,00%	2,00%	558.559,00	41.238,80	599.797,80	36.999,00	1.411,10	38.410,10	-	147.996,00	110.997,00
Investimentos 2009	29-06-2009	23-07-2009	240	3.962.667,00	3.100.722,92	3,26%	1,43%	1.246.620,37	517.374,94	1.763.995,31	182.472,54	27.937,67	210.410,21	-	1.854.102,55	1.671.630,01
Financiamento de Investimentos 2004	29-07-2004	25-08-2004	240	765.296,00	765.296,00	1,48%	0,24%	538.890,22	38.598,29	577.488,51	45.138,70	342,05	45.480,75	-	226.405,78	181.267,08
Habitação Social Quinta das Salinas	29-01-2002	28-11-2002	300	2.800.000,00	2.800.000,00	1,89%	0,65%	1.634.483,29	112.417,17	1.746.900,46	127.959,21	3.398,49	131.357,70	-	1.165.516,71	1.037.557,50
Terreno Sítio Cara de Pau	18-06-2002	04-07-2002	240	423.997,00	423.997,00	1,58%	1,58%	339.281,39	22.182,24	361.463,63	28.164,78	202,53	28.367,31	-	84.715,61	56.550,83
Habitação Social - Bairro Jara	20-12-2006	25-01-2007	300	90.776,80	90.776,80	1,63%	0,00%	41.531,17	3.495,94	45.027,11	3.939,65	-	3.939,65	-	49.245,63	45.305,98
Horta do Carmo 67 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	2.971.774,02	2.971.774,02	0,66%	0,23%	2.230.810,09	40.001,30	2.270.811,39	123.327,43	371,41	123.698,84	-	740.963,93	617.636,50
Horta do Carmo 57 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	1.010.333,10	1.010.333,10	0,55%	0,23%	762.195,45	13.817,10	776.012,55	41.300,49	124,38	41.424,87	-	248.137,65	206.837,16
Habitação Social Stª Catarina 24 fogos (ñ bonif)	29-10-2002	07-11-2002	240	262.237,46	262.237,46	1,97%	1,06%	210.848,98	20.465,32	231.314,30	16.963,49	455,20	17.418,69	-	51.388,48	34.424,99
Cine-Teatro	22-10-2001	15-11-2001	240	1.496.393,69	1.496.393,69	1,03%	1,03%	1.301.413,03	34.912,58	1.336.325,61	97.490,33	-	97.490,33	-	194.980,66	97.490,33
Equipamentos diversos	23-09-2002	14-11-2002	240	826.837,49	826.837,49	1,92%	1,92%	643.091,66	58.508,90	701.600,56	60.868,03	1.037,05	61.905,08	-	183.745,83	122.877,80
Atalaia 66 fogos	23-11-2001	14-12-2001	300	2.634.730,30	2.634.730,30	0,66%	0,31%	1.830.338,73	42.303,76	1.872.642,49	114.623,90	640,30	115.264,20	-	804.391,57	689.767,67
Atalaia 66 fogos (não bonificado)	23-11-2001	14-12-2001	300	658.682,57	658.682,57	1,64%	0,31%	439.891,25	28.473,28	468.364,53	31.059,54	435,56	31.495,10	-	218.791,32	187.731,78
Habitação social Santa Catarina - 24 fogos (bonificado)	29-10-2002	07-11-2002	300	1.045.762,54	1.045.762,54	0,91%	0,86%	681.137,58	29.451,68	710.589,26	45.095,41	1.068,96	46.164,37	-	364.624,96	319.529,55
Habitação Social Fração H - Lote 11	30-12-2004	24-02-2005	300	45.051,18	45.051,18	0,67%	0,26%	25.106,02	899,79	26.005,81	1.893,31	13,31	1.906,62	-	19.945,16	18.051,85
Empréstimo QREN - Recuperação da Igreja Nossa Srª das Ondas	25-02-2013	23-07-2013	100	94.325,78	94.234,11	2,00%	2,00%	60.390,33	16.955,77	77.346,10	16.598,14	1.148,83	17.746,97	-	33.843,78	17.245,64
Atalaia - (1993)	28-07-1993	29-07-1993	312	701.524,33	594.128,15	0,00%	0,00%	573.500,40	-	573.500,40	20.627,75	47,80	20.675,55	-	20.627,75	-
Horta do Carmo/Instalações Diversas	20-12-2000	22-12-2000	240	3.499.861,33	3.211.834,48	1,51%	0,31%	3.010.518,20	88.845,55	3.099.363,75	201.316,28	268,29	201.584,57	-	201.316,28	-
<b>TOTAL</b>				<b>23.996.805,59</b>	<b>22.739.346,81</b>			<b>16.128.607,16</b>	<b>1.109.942,41</b>	<b>17.238.549,57</b>	<b>1.195.837,98</b>	<b>38.902,93</b>	<b>1.234.740,91</b>	<b>-</b>	<b>6.610.739,65</b>	<b>5.414.901,67</b>

## 8. Propriedades de investimento

O Município de Tavira não tem nenhum ativo classificado como propriedade de investimento no corrente ano.

## 9. Imparidade de ativos

Foram reconhecidos como imparidade os ativos que correspondem a dívida de clientes, contribuintes e utentes que estão em execução fiscal por se encontrarem ultrapassados os prazos legais de pagamento, no montante de €266.303,67 e os investimentos financeiros referentes a participações do Município na EMPET e na Globalgarve que se encontram em processo de insolvência.

### Q 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

ATIVO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	REVERSÃO DE IMPARIDADES	QUANTIA RECUPERÁVEL	MODELO UTILIZADO	
						JUSTO VALOR	VALOR DE USO
(1)	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(4)	(5)
Devedores e credores por transf., sub. e empréstimos bonif	Gerador de caixa	598,98	-	-	598,98		x
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	409.875,02	266.303,67	-	143.571,35		x
Fornecedores	Gerador de caixa	628.096,46	-	-	628.096,46		x
Pessoal	Gerador de caixa	250,00	-	-	250,00		x
Outras contas a receber e a pagar	Gerador de caixa	7.661.138,71	-	-	7.661.138,71		x
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Gerador de caixa	453.907,64	-	-	453.907,64		x
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	5.999.009,06	573.205,46	17.702,02	5.443.505,62		x
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	139.411.673,73	-	-	139.411.673,73		x
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	266.967,26	-	-	266.967,26		x
Investimentos em curso	Não gerador de caixa	41.486.893,82	-	-	41.486.893,82		x
<b>TOTAL</b>		<b>6.408.884,08</b>	<b>839.509,13</b>	<b>17.702,02</b>	<b>5.587.076,97</b>		

## 10. Inventários

O inventário é o que se encontra demonstrado nos quadros seguintes.

### Q 10.1. Inventários

RÚBRICA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	453.907,64	-	453.907,64
<b>TOTAL</b>	<b>453.907,64</b>	<b>-</b>	<b>453.907,64</b>

## Q 10.2. Inventários: movimentos do período

Unidade: €

RÚBRICA	MOVIMENTOS NO PERÍODO								
	QUANTIA								QUANTIA
	ESCRITURADA INICIAL	COMPRAS LIQUIDAS	CONSUMOS/ GASTOS	VAR. INV. PRODUÇÃO	PERDAS POR IMPARIDADE	REV. PERDAS IMPARIDADE	OUTRAS RED. INV.	OUTROS AUM. INV.	ESCRITURADA FINAL
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = Σ (1) a (8)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	455.747,15	392.556,01	(380.379,96)	-	-	-	(14.015,56)	-	453.907,64
<b>TOTAL</b>	<b>455.747,15</b>	<b>392.556,01</b>	<b>(380.379,96)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.015,56)</b>	<b>-</b>	<b>453.907,64</b>

### 11. Agricultura

Não se aplica ao corrente ano

### 12. Contratos de construção

Não se aplica ao corrente ano

### 13. Rendimento de transações com contraprestação

No corrente período, o Município de Tavira obteve rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação: prestação de serviços, uso de terceiros de ativos que produzem juros e dividendos e a locação de ativos fixos tangíveis.

Nos “*outros*” estão refletidos os valores dos contratos de concessão da iluminação pública e de energia eólica.

#### Q 13.1 Rendimento com contraprestação

Unidade: €

TIPO DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO	RENDIMENTO DO PERÍODO RECONHECIDO
(1)	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	397.849,73
VENDA DE BENS	-
JUROS	839,05
ROYALTIES	-
DIVIDENDOS OU DISTRIBUIÇÕES SIMILARES	907.121,21
OUTROS	2.091.112,72
<b>TOTAL</b>	<b>3.396.922,71</b>

### 14. Rendimento de transações sem contraprestações

Os rendimentos sem contraprestação comportam os impostos e taxas, as transferências financeiras

(correntes e de capital) e as multas e outras penalidades que o Município reconheceu no corrente ano.

### Q 14.1. Rendimentos sem contraprestação

Unidade: €

TIPOS DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	REND. DO PERÍODO RECONHECIDO EM		QUANTIAS A RECEBER		ADIANTAMENTOS RECEBIDOS
	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LIQ.	INÍCIO DO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	
Impostos diretos	8.052.759,11	-	-	-	7.321.313,34
Impostos indiretos	6.752.991,29	-	-	-	927.518,95
Contribuições para sistemas de proteção social e subsist. de saúde	-	-	-	-	-
Taxas	1.134.713,53	-	-	-	-
Multas e outras penalidades	124.215,09	-	-	-	-
Transferências sem condição	7.341.899,09	894.137,00	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.406.578,11</b>	<b>894.137,00</b>	-	-	<b>8.248.832,29</b>

### 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2020, o Município de Tavira diminuiu as suas provisões face ao ano anterior e não dispõe de nenhum ativo ou passivo contingente.

### Q 15.1. Provisões

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS			DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL	
		REFORÇOS	AUMENTO QUANTIA ESCRITURADA	OUTROS AUMENTOS	TOTAL AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	OUTRAS DIMINUIÇÕES		TOTAL DIMINUIÇÕES
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) + (3) + (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) + (7) + (8)	(10)
Processos judiciais em curso	4.251.632,96	90.000,03	-	-	90.000,03	-	-	-	-	4.341.632,99
Contratos onerosos	266.502,00	-	-	-	-	-	-	258.600,00	258.600,00	7.902,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.518.134,96</b>	<b>90.000,03</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.000,03</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>258.600,00</b>	<b>258.600,00</b>	<b>4.349.534,99</b>

No que concerne aos “Impostos, contribuições e taxas” e “Processos judiciais em curso” registou-se um reforço dos valores provisionados por força do aumento de dívida de clientes em atraso e da constituição de 2 novos processos no tribunal contra a autarquia, respetivamente. Por outro lado, os “Contratos onerosos” diminuíram porque foi anulada a provisão constituída para a dívida de um contrato com a AGETAV, no montante de €258.600 cujo desfecho foi desfavorável à autarquia.

No corrente ano não se registaram quaisquer movimentos de passivos e ativos contingentes.

### 16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica ao corrente ano

### 17. Acontecimentos após a data de relato

Não se aplica ao corrente ano

## 18. Instrumentos financeiros

### Q 18.1. Ativos financeiros

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		COMPRAS	GANHOS DE JUSTO VALOR	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS	ALIENAÇÕES	PERDAS DE JUSTO VALOR	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS	
Participações financeiras - custo	3.747.973,93	-	-	17.702,02	2.717.781,59	-	-	19.951,92	1.020.000,00	5.443.505,62
<b>TOTAL</b>	<b>3.747.973,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.702,02</b>	<b>2.717.781,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.951,92</b>	<b>1.020.000,00</b>	<b>5.443.505,62</b>

### Q 18.4. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		COMPRAS	GANHOS DE JUSTO VALOR	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS	ALIENAÇÕES	PERDAS DE JUSTO VALOR	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS	
Participações de capital - ao custo										
Águas do Algarve, SA	709.137,59	-	-	-	-	-	-	-	-	709.137,59
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	159.675,00	-	-	-	-	-	-	-	-	159.675,00
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alengarve, CRL	1.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500,00
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	2.249,90	-	-	17.702,02	-	-	-	19.951,92	-	-
Ares do Sul - Cooperativa de Reabilitação e Inserção, CRL	524,00	-	-	-	-	-	-	-	-	524,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL	500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500,00
Centro Tecnológico de Citricultura	12.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500,00
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	-	-	796.423,50
Fórum Cultural de Tavira	14.963,94	-	-	-	-	-	-	-	-	14.963,94
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Soc. POLIS - Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA	2.025.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.025.000,00
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	25.500,00	-	-	-	2.717.781,59	-	-	-	1.020.000,00	1.723.281,59
<b>TOTAL</b>	<b>3.747.973,93</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.702,02</b>	<b>2.717.781,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.951,92</b>	<b>1.020.000,00</b>	<b>5.443.505,62</b>

## 19. Benefícios dos empregados

Não se aplica ao corrente ano.

## 20. Divulgações de partes relacionadas

O Município de Tavira detém uma participação maioritária nas empresas locais: “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação” – parques empresarias de Tavira, E.M e TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”, com 96% e 51% respetivamente; e detém o controlo direto da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira” conforme o disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

### Q 20.1. Listagem de entidades controladas

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	SEDE	% CONTROLO	
		DIRETO	INDIRETO
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	Tavira	96%	-
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	Tavira	51%	-
UAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira	Tavira	100%	-

## 21. Relato por segmentos

Não se aplica ao corrente ano.

## 22 Interesses em outras entidades

Não se aplica ao corrente ano.

## 23. Outras informações

### Fornecedores e outras contas a pagar

No quadro seguinte constam discriminados os montantes que compõem os fornecedores e outras contas a pagar que constam do balanço, por corrente e não corrente.

Verifica-se que houve um aumento deste por força do aumento registado nas outras contas a pagar onde se incluem os credores por acréscimos de gastos (estimativas de despesas com o pessoal – férias).

### Q.23.1 – Fornecedores e outras contas a pagar

Designação	2020	2019	Unidade: €	
			VARIAÇÃO 2019-2020 €	%
<b>Passivo corrente</b>	<b>2.169.035</b>	<b>1.858.906</b>	<b>310.130</b>	<b>16,68%</b>
<b>Credores por transf. e sub. não reemb. concedidos</b>	<b>9.303</b>	<b>3.432</b>	<b>5.871</b>	<b>171,10%</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>628.096</b>	<b>495.351</b>	<b>132.745</b>	<b>26,80%</b>
Fornecedores c/c	15.952	233	15.719	6.749,22%
Fornecedores fat. em conferência	612.145	495.119	117.026	23,64%
<b>Estado outros entes públicos</b>	<b>61.414</b>	<b>60.621</b>	<b>793</b>	<b>1,31%</b>
<b>Fornecedores de investimento</b>	<b>68.971</b>	<b>214.622</b>	<b>(145.651)</b>	<b>(67,86%)</b>
Fornecedores de investimento c/c	17.957	18.234	(277)	(1,52%)
Faturas em receção e conferência	51.014	196.388	(145.374)	(74,02%)
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>1.401.251</b>	<b>1.084.879</b>	<b>316.372</b>	<b>29,16%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>193.844</b>	<b>211.801</b>	<b>(17.957)</b>	<b>(8,48%)</b>
Fornecedores de investimento c/c	178.070	196.027	(17.957)	(9,16%)
Outras contas a pagar (OT)	15.774	15.774	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.362.879</b>	<b>2.070.706</b>	<b>292.173</b>	<b>14,11%</b>

### Outras contas a receber

No que concerne, às outras contas a receber o quadro seguinte discrimina a composição destas.

### Q.23.2 – Outras contas a receber

Designação	2020	2019	Unidade: €	
			VARIAÇÃO 2019-2020 €	%
<b>Outras contas a receber</b>	<b>9.021.044</b>	<b>8.876.707</b>	<b>144.337</b>	<b>1,63%</b>
<b>Outros devedores</b>	<b>182.284</b>	<b>343.671</b>	<b>(161.387)</b>	<b>(46,96%)</b>
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>	<b>8.362.110</b>	<b>8.005.416</b>	<b>356.693</b>	<b>4,46%</b>
IMI	7.376.277	7.563.000	(186.723)	(2,47%)
IMT	927.519	388.184	539.335	138,94%
Outros	58.313	54.232	4.082	7,53%
<b>Outros acréscimos de rendimentos</b>	<b>476.651</b>	<b>410.779</b>	<b>65.873</b>	<b>16,04%</b>
<b>Adiantamento a fornecedores</b>	<b>-</b>	<b>116.842</b>	<b>(116.842)</b>	<b>(100,00%)</b>

## **Diferimentos**

De referir ainda, que o montante que compõe os diferimentos no passivo não corrente é constituído por várias transferências e subsídios obtidos de vários programas comunitários e nacionais para a realização de diversas obras que se encontram por regularizar, umas porque ainda não se encontram totalmente encerradas (as candidaturas), outras porque as obras ainda estão a decorrer e uma parte referente a obras que se encontram refletidas em investimentos em curso que ainda não foi possível regularizar.

## **Fornecimento e serviços externos**

O fornecimento e serviços externos diminuiu cerca de meio milhão em resultado da pandemia, que impossibilitou a realização de uma série de despesas com eventos, bem como de funcionamento, houve redução dos gastos com eletricidade, água, transporte, de entre outras a qual se encontra explicada com maior pormenor no capítulo 2.2 Execução da despesa, nomeadamente a figura 21.

## **Gastos com o pessoal**

Os gastos com o pessoal mantiveram-se semelhantes, tendo sido abordado no teor do relatório, na sua vertente orçamental no capítulo 2.2 execução da despesa.

## **Transferências e Subsídios concedidos**

Registou-se um grande aumento nos apoios e transferências correntes concedidas, devido à necessidade de apoiar famílias e instituições no âmbito da pandemia, conforme foi descrito no capítulo da execução da despesa (2.2), designadamente na tabela 14.

## CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, destacam-se os seguintes aspetos:

- O Município de Tavira tem um grau de independência financeira de 68,97%;
- O grau de execução da receita situou-se nos 92,62%, tendo as receitas correntes atingido os 93,55%;
- Registou-se um aumento da receita cobrada bruta em 4,98% (€2.459.254), com a receita corrente a diminuir 2,45% (€713.643) e a de capital a subir 30,20% (€502.955);
- O grau de execução da despesa foi de 53,64%. A despesa corrente teve uma execução de 70,43% e a de capital ficou-se pelos 33,85%, com a despesa paga no corrente ano a aumentar 6,71% (€1.888.215), face ao ano anterior. Tendo a despesa de pessoal diminuído 1,37% (€126.676);
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, tendo uma margem de €4.292.149;
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2021 é de €20.613.356;
- Os indicadores de liquidez do Município apresentam uma elevada capacidade de cobertura do passivo;
- Os resultados antes das depreciações e gastos de financiamento foram de €4.118.078. No entanto, os elevados gastos de depreciação e amortização, fizeram com que o resultado líquido do exercício seja negativo no valor de €7.857.037;
- Redução da dívida em cerca de 1 milhão de euros, passando a ser apenas cerca 6,5 milhões de euros, cumprindo-se o limite da dívida total, com uma margem de €37.844.554 o que permite que no ano 2021 se possa aumentar a dívida em cerca de 7,5 milhões de euros;
- As medidas tomadas para combate e prevenção no âmbito da pandemia tiveram um impacto nas contas da autarquia na ordem dos 2 milhões de euros.

Paços do Concelho, 26 de maio de 2021

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins

**MUNICÍPIO DE TAVIRA**  
**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

*Handwritten signature*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Tavira (a Entidade), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, (que evidencia um total de 217.355.070 euros e um total de património líquido de 192.624.796 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.857.036 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1 e 2, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos pontos 3 a 5, da secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *Município de Tavira*, em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. A aplicação do SNC-AP implicou a alteração dos períodos de vida útil de bens do ativo fixo, tendo a Entidade efetuado um apuramento que determinou uma redução do ativo líquido e do património líquido de cerca de 6.950.000 euros. Não se encontravam disponíveis elementos que permitissem validar o suporte desse ajustamento e os cálculos efetuados.
2. Não foram obtidas as demonstrações financeiras da empresa Municipal Empet, EM – sociedade em liquidação, referentes ao exercício de 2020. A informação que nos foi facultada, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhe sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade da constituição de eventuais provisões.
3. A aplicação do SNC-AP implicou a alteração do registo dos montantes de subsídios para investimento recebidos, tendo a Entidade registado em outras variações no património líquido de cerca de 3.928.000 euros e no passivo na rubrica de diferimentos de cerca de 12.407.000 euros, que incluem montantes com elevada antiguidade. Não se encontravam disponíveis elementos que permitissem validar o suporte do registo e os cálculos efetuados, incluindo a adequada repartição dos montantes afetos a cada um dos projetos participados e a validação da informação com os elementos do ativo fixo participado.



4. Os ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, de cerca de 40.864.000 euros e 622.000 euros, respetivamente, incluem cerca de 34.000.000 euros de obras e projetos já concluídos, que por isso, deveriam ter sido transferidas para as respetivas rubricas do ativo e amortizadas. Também na rubrica de ativos intangíveis estão registados cerca de 200.000 euros de bens que não têm período de vida útil definido, não se encontrando a ser amortizados. Não é possível quantificar o efeito destas situações que deveriam determinar uma redução do ativo, do resultado líquido e do património líquido.

5. Na rubrica de participações financeiras, estão registados cerca de 1.723.000 euros referentes à participação na Taviraverde, EM, sobre os quais nos termos do novo SNC-AP deveria ser aplicado o método da equivalência patrimonial. Caso este método tivesse sido adotado no final do exercício, os investimentos financeiros deveriam aumentar cerca de 1.100.000 euros por contrapartida do resultado líquido em 525.000 euros e dos ajustamentos em ativos financeiros no património líquido em 575.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 50.654.552 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 30.041.195 euros), e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma Contabilística Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

Nos termos da norma de contabilidade pública 27 do SNC-AP, a entidade deverá implementar uma contabilidade de gestão, que permita o apuramento e divulgação de gastos e rendimentos das suas atividades. Conforme referido no ponto 5 do relatório de gestão, o sistema de contabilidade de gestão utilizado é limitado ao apuramento de custos nos termos previstos no anterior normativo, não tendo sido adaptado às novas exigências do SNC-AP.

Faro, 4 de junho de 2021



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro, em representação de  
DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda